

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS  
TECNOLOGIAS**

**ELOISE CRISTINA TEIXEIRA FREITAS BRUSTOLIN**

**AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM: AS ORIENTAÇÕES EMANADAS  
DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ PARA AS ESCOLAS  
DA REDE ESTADUAL NO CENÁRIO PANDÊMICO DE COVID – 19,  
NOS ANOS 2020 E 2021**

**CURITIBA  
2023**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS**

**ELOISE CRISTINA TEIXEIRA FREITAS BRUSTOLIN**

**AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM: AS ORIENTAÇÕES EMANADAS DA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ PARA AS ESCOLAS DA REDE  
ESTADUAL NO CENÁRIO PANDÊMICO DE COVID – 19, NOS ANOS 2020 E  
2021**

**CURITIBA  
2023**

**ELOISE CRISTINA TEIXEIRA FREITAS BRUSTOLIN**

**AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM: AS ORIENTAÇÕES EMANADAS DA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ PARA AS ESCOLAS DA REDE  
ESTADUAL NO CENÁRIO PANDÊMICO DE COVID – 19 NOS ANOS 2020 E 2021**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação – Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Educação e Novas Tecnologias.  
Área de Concentração: Educação

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Joana Paulin Romanowski

**CURITIBA  
2023**

B912a    Brustolin, Eloise Cristina Teixeira Freitas  
          Avaliação de aprendizagem : as orientações  
          emanadas da Secretaria de Educação do Paraná para  
          as escolas no cenário pandêmico de Covid – 19 anos  
          2020 e 2021 / Eloise Cristina Teixeira Freitas Brustolin. –  
          Curitiba, 2023.  
          125 f. : il. (algumas color.)  
          Orientador: Prof. Dra. Joana Paulin Romanowski  
          Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Novas  
          Tecnologias) – Centro Universitário Internacional  
          1. Avaliação escolar. 2. Pandemias. 3. COVID-19  
          (Doença). 4. Paraná. Secretaria de Educação. I. Título.

CDD 371.334

Catálogo na fonte: Vanda Fattori Dias - CRB-9/547

## ATA DA BANCA



CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO-PGPE  
PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS  
Secretaria do Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias

Defesa Nº 09/2023

### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE EM EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS

No dia 21 de junho de 2023, às 14h reuniu-se via web conferência a Banca Examinadora designada pelo Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, composta pelos professores doutores: Joana Paulin Romanowski (Presidente-Orientador-PPGENT/ UNINTER); Prof. Dr. Ivo José Both (Integrante Externo/ UEPG); Siderly do Carmo Dahle de Almeida (Integrante Interno Titular - PPGENT/UNINTER); Dr. Luis Fernando Lopes (Integrante Interno Suplente - PPGENT/UNINTER), para julgamento da dissertação: "AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM: AS ORIENTAÇÕES EMANADAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ PARA AS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL NO CENÁRIO PANDÊMICO DE COVID-19 NOS ANOS 2020 E 2021", da mestranda Eloise

Cristina Teixeira Freitas Brustolin. O presidente abriu a sessão apresentando os professores membros da banca, passando a palavra em seguida à mestranda, lembrando-lhe de que teria até vinte minutos para expor oralmente o seu trabalho. Concluída a exposição, a candidata foi arguida oralmente pelos membros da banca.

Concluída a arguição, a Banca Examinadora reuniu-se e comunicou o Parecer Final de que a mestranda foi:

- APROVADA, devendo a candidata entregar a versão final no prazo máximo de 60 dias.
- APROVADA somente após satisfazer as exigências e, ou, recomendações propostas pela banca, no prazo fixado de 60 dias.
- REPROVADA.

O Presidente da Banca Examinadora declarou que a candidata foi aprovada e cumpriu todos os requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação e Novas Tecnologias, devendo encaminhar à Coordenação, em até 60 dias, a contar desta data, a versão final da dissertação devidamente aprovada pelo professor orientador, no formato impresso e PDF, conforme procedimentos que serão encaminhados pela secretaria do Programa. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata que vai assinada pela Banca Examinadora.

Recomendações: A banca recomenda a publicação dos resultados da dissertação.



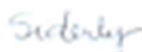
---

Dra. Joana Paulin Romanowski  
Presidente da Banca



---

Dr. Ivo José Both  
Integrante Externo



---

Dra. Siderly do Carmo Dahle de Almeida  
Integrante Interno Titular

---

Dr. Luis Fernando Lopes  
Integrante Interno Suplente



---

Eloise Cristina Teixeira Freilás Brustolin  
Mestranda

A avaliação se constitui em atribuição de valor (ter valor, ser válido). Entretanto, a valoração que aí se estabelece não se reduz a formas numéricas, mas, sim, compreende ações de promoção de desenvolvimento construtivo socio-pessoal. Desse modo, percebemos que a avaliação está associada ao modelo moderno, subjetivo, em que a medida não se restringe a um valor estático, “frio”, mas age como instrumento pedagógico real da experiência humana. Podemos acompanhar o aluno de forma construtiva e ele tem seu desenvolvimento garantido por meio da aprendizagem, na qual os fatores que se impõem são principalmente os de cunho social.

*(BOTH, 2017, p. 14)*

## A metamorfose da Avaliação

Enquanto ainda se rastejava em sua brevidade,  
a avaliação era apenas uma lagarta a medir os depósitos  
feitos naquelas mentes em que não havia espaço para pensar.  
Mas, a vida em sua imensa sabedoria e intensidade a convida a se fechar para o  
mundo das meras aceitações.  
É num casulo, envolto de incertezas e esperanças, que se busca a transformação,  
e o senhor tempo é capaz de conduzir este processo com maestria.  
É fechando-se que se abre para as novas oportunidades.  
É de dentro para fora que acontecem os primeiros movimentos.  
É no sentir, refletir, agir e reagir que há uma tomada de decisão para melhorar e  
sustentar uma aprendizagem.  
Um processo, não muito simples, deu asas à avaliação.  
Do aspecto pouco agradável e breve, ela passou à beleza e leveza das borboletas.  
Transformada, leva as sementes do conhecimento às flores e nos mostra as inúmeras  
possibilidades de voos, a forma e o tempo de cada um florescer, produzir.  
Desde sempre tão essencial, agora vestida de possibilidades, valor, justiça,  
empatia, afetividade, equidade e sensibilidade, torna-se uma aliada  
especial dos mestres e estudantes.  
A avaliação tem asas, cores e o dom de falar e é no diálogo, que ela nos  
apresenta os caminhos para a liberdade de ser.  
O percurso, em busca do jardim do conhecimento, é contemplado como processo e  
parte de uma viagem a favor da aprendizagem.  
A avaliação sempre esteve em toda a atividade humana, mas quando ela olha  
para a aprendizagem, tem a certeza do seu processo de voo que será no sentido de  
deixar para trás as quantidades e focar na qualidade do seu trajeto.  
Sua essência continuará sendo oferecer um casulo, para que cada um  
desenvolva suas asas e voe para onde quiser, seguro e feliz, construindo o próprio  
caminho em busca do conhecimento e da paz para todos!

Eloise Brustolin/2021



**Dedico este trabalho à minha mãe, foi ela que, desde a tenra idade, me colocou para questionar o sistema de avaliação de aprendizagem e a forma como a sociedade encarava os resultados da escola. Apesar de parecer um pouco contraditório, em função da pressão a que fui submetida para a busca de notas excelentes, eu não a julgo. Eu sei que ela não teve oportunidades na escola, parou seus estudos na quarta série. Essa forma de intervenção com a sua primeira filha, só poderia ser o melhor para mim. No seu entendimento, uma educação rígida, baseada em resultados expressos em notas altas definiriam quem eu poderia ser dentro de uma sociedade altamente seletiva e de classes.**

## AGRADECIMENTOS

A gratidão é a irmã do amor, sentimentos poderosos e verdadeiramente transformadores, pois nos levam a reconhecer e a valorizar tudo o que a vida nos oferece. Sejam coisas boas ou ruins na nossa percepção, aquisições materiais ou imateriais, risos ou dores, abraços ou distâncias, ser grato pelo que nos envolve como seres humanos é a receita da felicidade nesta vida terrena, é a elevação e evolução espiritual para um nível que transcende o entendimento.

O Mestrado em Educação era um grande sonho meu, mas, acima de tudo, um plano que já estava no coração de Deus, pois foi por Ele que hoje estou concluindo estes dois anos de muito aprendizado, o qual se refletirá por toda minha vida profissional e pessoal! A Deus, agradeço pelo dom da vida e pelas inúmeras oportunidades que Ele me permitiu conquistar, por Ele não desistir de mim e colocar seus anjos humanos para me ampararem quando tudo parecia desmoronar. Aos meus pais, Cleide e Miguel (*in memoriam*); ao meu esposo Jomar, ao meu filho Eduardo, à minha irmã, aos meus antepassados, minha eterna gratidão por, de alguma forma estarem ao meu lado, me dando “pílulas” de força, incentivo e coragem.

Minha mãe, minha inspiração para o tema da dissertação, foi também meu anjo da guarda. Ela esteve presente, dando suporte à minha família em tudo o que foi preciso, em tudo o que não pude fazer, onde eu precisei estar e não estive. Mãe, nossos destinos foram traçados na maternidade e desde lá eu já sabia que poderia contar com você. Gratidão por tudo e por tanto!

Não há palavras para agradecer ao meu companheiro de vida, Jomar Brustolin, um ser humano que tem muitas qualidades: é paciente, calmo, inteligente, carinhoso, trabalhador, dedicado e talvez a pessoa que mais me dá forças para não desistir dos meus objetivos, que acredita em mim e na minha capacidade. Acho que, sem ele, eu não teria conseguido. Obrigada, meu amor, por ter tanta empatia, tolerância e paciência nos momentos mais difíceis deste processo. *“The reason is you!”*

O que dizer do meu pequeno Eduardo? A criança mais fantástica que já conheci nesta vida. Até em trabalhos do mestrado ele me ajudou com seus conhecimentos precoces sobre tecnologia e ciência. Um menino amoroso, que foi paciente e compreendeu todas as vezes que, mesmo estando perto de mim, eu estava longe,

mergulhada em trabalhos e na resolução de problemas. Obrigada, meu filho, por me escolher, por estar comigo. A você, eu dedico esta vitória!

Agradeço a todos os professores do Programa de Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias da UNINTER, em especial, aos membros da banca, que, além de professores, foram guias e luzes no caminho de construção da minha aprendizagem. Professor Dr. Ivo Both, grande mestre e inspiração de vida, suas palavras e ensinamentos sempre foram como música clássica aos ouvidos, tocam a alma; Professora Dr<sup>a</sup>. Siderly Almeida, quanta humanidade e delicadeza encontramos nos seus olhos e no seu sorriso, que transmite confiança e sabedoria; Professora Dr<sup>a</sup>. Luana Wunch, mesmo não sendo membro desta banca, é energia, gentileza, sensibilidade e disponibilizou seu tempo para me falar palavras de apoio e incentivo, quando pedras apareciam pelo caminho; Professora Dr<sup>a</sup>. Joana Romanowski, minha amada e inesquecível orientadora, é GENEROSIDADE, sabedoria, escuta afetiva, mãe de coração. Nunca desistiu de mim, acreditou no meu potencial, quando nem eu mais acreditava e por muitas vezes estendeu seus braços e abriu seu coração para acolher minhas lágrimas e angústias durante o curso. Mestres, sem vocês, não seria possível!

Aos amigos que a vida me presenteou durante o período do mestrado, só tenho a agradecer pelas grandes parcerias, as aprendizagens consolidadas, as emoções compartilhadas e os desafios superados. Amigos virtuais deste Brasil todo e de fora do país que se transformaram em uma grande “família digital”. Meu muito obrigada à minha amiga Kelly Weibel, que sempre foi uma grande inspiração como pessoa, mãe e empresária, uma incentivadora! À Alessandra, minha parceira de trabalho, que me ajudou muito nestes últimos anos em todos os sentidos, destaco meus sinceros agradecimentos, por me oferecer seu apoio, dedicação e presteza. E, por fim, e não menos importante, meu agradecimento à minha amiga Michelle Martinez, um dos anjos que Deus colocou em minha vida e que desde o processo de seleção do Mestrado esteve de mãos dadas comigo, subindo degrau por degrau para chegarmos à vitória, à defesa desta dissertação.

Se alguém ficou fora dos agradecimentos no texto escrito, perdoe-me, mas no meu coração e na minha memória estará sempre registrado o sentimento de gratidão a todos os que fizeram parte desta história.

*“Deem graças em todas as circunstâncias, pois esta é a vontade de Deus para vocês em Cristo Jesus”. 1 Tessalonicenses*

## RESUMO

Esta pesquisa é vinculada ao grupo de pesquisa Educação, Tecnologia e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias – UNINTER. Discorre sobre a avaliação da aprendizagem e examina a forma como a Secretaria de Estado da Educação do Paraná orientou as escolas e seus docentes da Educação Básica para a prática pedagógica e consolidação deste importante elemento do planejamento de ensino durante a pandemia da COVID-19. O problema advém da seguinte questão: quais foram as orientações oficiais emanadas pela da Secretaria de Educação do Paraná para nortear a prática da avaliação de aprendizagem com os estudantes do Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio da Educação Básica da Rede estadual de ensino durante o cenário pandêmico de Covid-19, nos anos 2020 e 2021? O objetivo geral desta pesquisa é analisar nos documentos oficiais emanados da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná quais foram as orientações para as práticas de avaliação de aprendizagem dos estudantes da Educação Básica durante o cenário de pandemia Covid-19. A metodologia de abordagem qualitativa do tipo exploratória traz como estratégia de pesquisa a Pesquisa Documental, fundamentada em Ludke e André (1986 - 2013), Fonseca (2002), Gil (2008) para examinar as orientações emanadas da SEED/PR, publicadas e disponibilizadas pela internet nos sites do Governo do Paraná e referida secretaria, portais e plataformas digitais de acesso público, durante a pandemia da Covid-19 nos anos 2020 e 2021. Para esta análise, foi realizada a leitura flutuante dos documentos, em seguida, estabelecidos os grupos dos quais se inferem os tipos: orientação, deliberação, ofício, comunicado e resolução. A discussão dos resultados revela que, de modo geral, os documentos da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná, emanaram orientações insuficientes para as práticas de avaliação de aprendizagem dos estudantes da Educação Básica durante o cenário de pandemia no que se refere a subsídios aos professores quanto aos tipos, metodologias, recursos e práticas de avaliação com foco substancial no processo de ensino-aprendizagem visando à realização desta prática. Porém, estes documentos não deixaram de ratificar a concepção de avaliação do Estado do Paraná destacada na Instrução 01/2017 vigente até o presente momento. Como produto deste trabalho, observada a pouca abordagem de informações mais consistentes e didáticas nos documentos expedidos pela SEED/PR que falam sobre a avaliação de aprendizagem, uma série de vídeos curtos foram feitos pela autora, tendo como propósito divulgar por esta mídia digital o resultado da sua pesquisa. Os vídeos contêm síntese da pesquisa sobre como a avaliação de aprendizagem foi tratada pela Secretaria de Estado da Educação no Paraná, no período de pandemia nos anos 2020 e 2021 e, ainda, com base nos referenciais bibliográficos trazem informações objetivas sobre os tipos de avaliação, destacadas e sistematizadas pela autora no quadro desenvolvido na fundamentação teórica desta dissertação. Esse produto visa também contribuir para a melhoria da prática de avaliação da aprendizagem.

**Palavras-chave:** Avaliação de aprendizagem. Tipos de avaliação. Documentos oficiais. Secretaria de Educação do Paraná, COVID-19.

## ABSTRACT

This research is part of an investigation linked to the research group Education, Technology and Society, of the Graduate Program in Education and New Technologies - UNINTER and explains about the evaluation of learning and the way in which the Secretary of State for Education of Paraná guided schools and their Basic Education teachers towards effective pedagogical practice and consolidation of this important planning element during the COVID-19 pandemic. The problem is composed of the following question: what were the official guidelines issued by the Secretary of Education of Paraná to guide the practice of learning assessment with students of Elementary School 2 and Secondary School of Basic Education of the State Education Network during the pandemic scenario of Covid-19 in the years 2020 and 2021? The general objective of this research is to analyze, in the official documents issued by the State Department of Education of the State of Paraná, what were the guidelines for the learning assessment practices of Basic Education students during the Covid-19 pandemic scenario. The methodology of qualitative approach of the exploratory type, having as research strategy, the Documentary Research based on Ludke and André (1986 - 2013), Fonseca (2002), Gil (2008), proposes the investigation of the guidelines emanating from SEED/PR, published and made available on the internet on the websites of the Government of Paraná and the aforementioned secretariat, portals and digital platforms for public access, during the Covid-19 pandemic in 2020 and 2021. The groups from which the types are inferred: guidance, deliberation, letter, communication and resolution. The discussion of the results reveals that, in general, documents from the State Department of Education of the State of Paraná, issued insufficient guidelines for effective practices for evaluating the learning of Basic Education students during the Covid-19 pandemic scenario in the period 2020 and 2021 with regard to subsidies for teachers regarding the types, methodologies, resources and practices of assessment with a substantial focus on the teaching-learning process with a view to guaranteeing the quality of public education. However, at no time did these documents fail to ratify the conception of evaluation of the State of Paraná highlighted in Instruction 01/2017 in force until the present moment. As a result of this work, observing the absence of more consistent and didactic information in the documents issued by SEED/PR that talk about learning assessment, a series of short videos was created by the author, with the purpose of showing, through this digital media, the result of your research on how learning assessment was handled in a documentary way by the State Department of Education in Paraná during the pandemic period in the years 2020 and 2021 and also, based on bibliographic references, to provide teachers with clear and objective information about the types of evaluation, these highlighted and systematized by the author in the framework developed in the theoretical foundation of this dissertation.

**Keywords:** Learning assessment. Types of evaluation. Official documents. Secretary of Education of Paraná. COVID-19.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Percurso de pesquisa.....	28
Quadro 2 - Síntese dos tipos de avaliações de aprendizagem.....	49
Quadro 3 - Documentos selecionados para a análise com base no ano de 2020....	59
Quadro 4 - Documentos selecionados para a análise com base no ano de 2021.....	60
Quadro 5 – Tipos de documentos para a análise.....	61
Quadro 6 – Tipo de documento: Orientação.....	62
Quadro 7 - Tipo de documento: Deliberação.....	68
Quadro 8 - Tipo de documento: Ofício.....	77
Quadro 9 - Tipo de documento: Comunicado.....	86
Quadro 10 - Tipo de documento: Resolução.....	88
Quadro 11 – Panorama da análise por tipo de documento.....	91
Quadro 12 – Proposta e sequência da série de vídeos do Produto.....	97
Quadro 13 – Síntese dos tipos de avaliações de aprendizagem.....	98

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nuvem de palavras: Orientação n° 01/2020.....	63
Figura 2 - Nuvem de palavras: Orientação n° 04/2020 .....	64
Figura 3 - Nuvem de palavras: Orientação n° 012/2020.....	66
Figura 4 - Nuvem de palavras: Orientação n°003/2021.....	66
Figura 5 - Nuvem de palavras: Orientação n°07/2021.....	67
Figura 6 - Nuvem de palavras: Orientação n° 011/2021.....	68
Figura 7 - Nuvem de palavras: Deliberação n° 01/2020 .....	70
Figura 8 - Nuvem de palavras: Deliberação n° 05/2020 .....	73
Figura 9 - Nuvem de palavras: Deliberação n° 09/2020 .....	75
Figura 10 - Nuvem de palavras: Deliberação n° 01/2021 .....	77
Figura 11 - Nuvem de palavras: Ofício n° 040/2020 .....	80
Figura 12 - Nuvem de palavras: Ofício n° 047/2020 .....	81
Figura 13 - Nuvem de palavras: Ofício n° 048/2020 .....	83
Figura 14 - Nuvem de palavras: Ofício n° 083/2020 .....	85
Figura 15 - Nuvem de palavras: Comunicado n° 06/2020 .....	86
Figura 16 - Nuvem de palavras: Comunicado n° 07/2020 .....	87
Figura 17 - Nuvem de palavras: Resolução 1.016/2020.....	89
Figura 18 - Nuvem de palavras: Resolução 673/2021.....	90
Figura 19 - Nuvem de palavras: síntese da análise.....	92
Figura 20 - QR CODE de acesso à série de vídeos da autora.....	95
Figura 21 - Vídeo de abertura: avaliação para além dos documentos.....	99
Figura 22 - Avaliação diagnóstica.....	101
Figura 23 - Avaliação formativa.....	102
Figura 24 - Avaliação somativa.....	103
Figura 25 – Avaliação comparativa.....	104
Figura 26 – Avaliação cumulativa.....	104

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEE – Conselho Estadual de Educação

CFE – Conselho Federal de Educação

CNE – Conselho Nacional de Educação

CIEB – Centro de Inovação para a Educação Brasileira

CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação

COVID-19 – Corona Virus Disease (“doença causada pelo vírus Corona”, em tradução literal do inglês).

EaD – Ensino à Distância

ERE – Ensino Remoto Emergencial

GS/SEED – Gabinete do Secretário Secretaria de Estado de Educação do Paraná

IEP – Instituto de Educação do Paraná

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

OMS – Organização Mundial da Saúde

PPP – Projeto Político Pedagógico

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEED/PR – Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Estado do Paraná

SUED/PR - Superintendência da Educação

TDIC – Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação

UNINTER – Centro Universitário Internacional



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO RUMO À PESQUISA .....	22
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	<b>26</b>
<b>3 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM: contexto histórico do Brasil</b> .....	<b>29</b>
3.1 OS CAMINHOS DA AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM NO BRASIL.....	29
3.2 (RE) VISITANDO OS CONCEITOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM ...	36
3.3 CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM: o que e como avaliar? .....	40
3.4 TIPOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO TEÓRICO ....	45
3.5 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM E AS TECNOLOGIAS: DESAFIOS DO PROCESSO EDUCATIVO NO PERÍODO PANDÊMICO.....	50
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS: o que revelam os documentos oficiais da Secretaria de Educação do Estado do Paraná no âmbito da avaliação de aprendizagem</b> .....	<b>52</b>
4.1 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DO ESTADO DO PARANÁ .....	53
4.2 OS DOCUMENTOS EXPEDIDOS PELA SEED/PR NO CONTEXTO PANDÊMICO E OS DIRECIONAMENTOS NO PROCESSO AVALIATIVO DE APRENDIZAGEM .....	57
4.3 RECOMENDAÇÕES DOS DOCUMENTOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ .....	60
4.3.1 Tipo de documento: Orientação .....	61
4.3.2 Tipo de documento: Deliberação .....	68
4.3.3 Tipo de documento: Ofício .....	77
4.3.4 Tipo de documento: Comunicado .....	85
4.3.5 Tipo de documento: Resolução.....	87
4.4 SÍNTESE DAS ANÁLISES POR TIPO DE DOCUMENTO .....	90
<b>5 AVALIAÇÃO PARA ALÉM DOS DOCUMENTOS: O PRODUTO DA PESQUISA</b> .....	<b>93</b>
5.1 O PRODUTO: AVALIAÇÃO PARA ALÉM DOS DOCUMENTOS .....	94
5.1.1 Avaliação diagnóstica.....	99
5.1.2 Avaliação formativa .....	100
5.1.3 Avaliação somativa.....	101
5.1.4 Avaliação comparativa .....	102
5.1.5 Avaliação cumulativa.....	103
5.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRODUTO .....	104
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>106</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>110</b>

<b>APÊNDICE A - ROTEIRO SÉRIE DE VÍDEOS.....</b>	<b>115</b>
<b>APÊNDICE B – QR CODE DO PRODUTO .....</b>	<b>121</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Não tenho como começar a falar da minha escolha pela área de Educação sem me reportar à minha infância. Meus pais me matricularam na pré-escola com cinco anos, quando essa etapa de ensino funcionava no salão da igreja. Recordo-me, ainda com muita clareza, da minha primeira professora e das suas propostas durante as aulas. O que eu mais gostava era de brincar de massinha, fazer panelinhas com tampinhas, fogãozinho e desenhar no quadro de giz. Aquela professora era encantadora, delicada e gentil. Foi ela que motivou a minha brincadeira preferida e repetida todos os dias: “escolinha”! Quando ganhei meu primeiro quadro de giz, meu pai o pendurou na parede do paiol, deu-me alguns gizes, papéis, canetas e livros antigos. Eu não saía mais daquele lugar, tinha alunos imaginários e muitos afazeres na minha “sala de aula”.

Já no primeiro ano do Ensino Fundamental, fui para uma escola Municipal perto de casa, aprendi a ler e escrever com seis anos de idade, logo nos primeiros meses de aula. A professora era linda, perfumada e nos ensinava como ninguém, mas também era brava, colocava quem não se comportava de costas para a parede, com chapéu de burro ou ajoelhado no milho. Esse não era o meu caso, pois meus olhos estavam sempre fixados no que a professora ensinava. Como fazia tudo com certa facilidade e rapidez, gostava de conversar com as amigas, virando para trás nas carteiras. Isso por vezes atrapalhava os colegas e a professora me pedia para ficar em silêncio, virar para frente e abaixar a cabeça na carteira, no caso, sem fazer nada, esperando o tempo passar. Mas, mesmo assim, eu era feliz e adorava observar a performance daquela professora que até os dias atuais me chama de “baixinha” quando me encontra na rua. Mas, de um dia para o outro, resolveram dividir a turma de primeiro ano e minha mãe me transferiu para o turno da manhã, sem ao menos perguntar a minha opinião, pois, naquela época, as crianças não podiam ter opinião. Fiquei muito triste por sair da sala da minha amada professora e de colegas com quem já havia feito amizade. Foi uma nova adaptação, eu não gostava muito de acordar cedo, mas meus pais, no caso, minha mãe, achava que era melhor estudar pela manhã, porque a cabeça estava mais “fresca”. Bom, no meu entendimento, a turma era mais fraca, a professora nova estava ensinando tudo que a outra já havia ensinado e, sempre que ela perguntava algo, lá estava eu, de mãos levantadas para responder.

Eu sempre queria falar o que sabia, não conseguia ficar quieta diante de algum questionamento ou proposta. Acredito que até hoje sou assim. Mas isso não foi visto com bons olhos naquele momento e minha mãe foi chamada à escola e, apesar de um boletim recheado de 10,0 (dez), a fala da professora com a minha mãe a meu respeito foi o foco da situação. Ela disse que, apesar de eu ser muito inteligente e saber várias coisas, deveria falar menos, pois como já sabia praticamente tudo da alfabetização inicial, eu atrapalhava os que não sabiam, interrompia a professora e quando terminava as lições, ficava conversando com as amigas. Além disso, apontou que a minha letra cursiva poderia ser mais redonda e sugeriu que eu praticasse caligrafia em casa. Pronto! Um boletim com notas máximas não foi suficiente para não levar uma bronca daquelas. A caligrafia passou a fazer parte das minhas tardes. Minha mãe me obrigou a fazer a cópia do texto da “galinha”, de uma antiga cartilha, dez vezes, no caderno de caligrafia. Um trauma irreparável, mas eu fiquei com a tal letra redonda.

Os anos foram passando e cada vez mais minha mãe exigia que eu tirasse nota 10,0 (dez). Nada menor que isso era permitido, sob pena de duras intervenções disciplinares. Então, os momentos de provas, trabalhos e testes eram sempre torturantes, apesar de ter continuado sendo uma boa aluna até a 4ª série do antigo primário, sempre decorando os conteúdos, questionários e tendo a tabuada na ponta da língua.

Minhas professoras foram todas muito boas e me inspiravam e eu queria ser “professora de verdade” já com 12 ou 13 anos. Foi aí que tive a brilhante ideia de me tornar catequista. O negócio lá era passar muitas coisas no quadro, fazer questionários, fazer as crianças decorarem cânticos e aplicar e corrigir as famosas provas! Claro que não precisava de tudo isso na catequese. Era invenção minha. Eu tinha planejamento, livro de chamada, caderno de notas. Eu me realizava brincando de escolinha nos salões paroquiais. Mas como os alunos não eram imaginários e perfeitos, me deparei com aquela realidade de crianças com dificuldades de ler, escrever e mal comportamento. Até que coloquei um catequizando de castigo e me dei mal. Esta não era a proposta da igreja e fui convidada a sair da atividade. Veio a primeira decepção com a Educação. Afinal, o que eu tinha feito de errado, uma vez que estas eram minhas referências? Outro trauma! Parei de brincar de escolinha. Na escola, já não era mais tão aplicada e estava acostumada a levar as chamadas de

atenção em todas as entregas de boletins, pois minhas notas não eram do agrado da minha mãe. Sempre estudei em escola pública e minhas médias bimestrais nas disciplinas eram entre 9,0 e 10,0. Isso nunca foi bom! Segundo minha mãe, eu deveria ser uma aluna nota 11. Algo incompressível para mim, como seria possível? Eu aprendia rápido, apresentava trabalhos com facilidade e domínio de conteúdo, tinha boa leitura, interpretação, produção de texto e oralidade, mas o que determinava os resultados eram as notas das provas.

Na escolha do curso de segundo grau, minhas opções na escola pública eram Magistério e Administração e, claro, eu não queria nenhum dos dois. Tinha me decepcionado com a docência e não me considerava boa em matemática para fazer um curso de administração. Eu queria fazer Processamento de Dados no colégio OPET, instituição particular, pois havia muita propaganda na TV e eu ficava empolgada. Obviamente não fui surpreendida pelo fato de meus pais me lembrarem que não tínhamos condições financeiras para estudar numa escola particular. A opção era tentar a prova de classificação no Colégio Estadual do Paraná para um dos cursos profissionalizantes, Processamento de Dados, Prótese Dentária ou Análise Patológica, tudo menos o magistério no Colégio Estadual de Piraquara. Ah, sim, esqueci de dizer que este era o meu plano. De acordo com as previsões da minha mãe, eu nunca passaria numa prova destas. Então, sem opção e sem poder decidir nada, fui matriculada no Magistério em 1994, em Piraquara mesmo, tudo o que eu não queria.

Os dois primeiros anos do curso foram bem desanimadores para mim, até que consegui um estágio em uma escola particular no bairro Atuba, em Curitiba. Não foi assim tão fácil ingressar neste estágio. Várias barreiras, como a opinião da minha mãe, distância, horários foram obstáculos superados. Não valeria a pena eu descrever todo este processo. O importante é que foi nessa escola que comecei de fato minha carreira profissional, em 1995, e descobri a minha vocação. Amparada, supervisionada e muito bem instruída por uma excelente coordenadora pedagógica, eu já não via o magistério como uma opção, e sim, como uma escolha de vida. O terceiro e quarto anos do magistério fiz no Instituto de Educação do Paraná no período noturno, enquanto trabalhava o dia todo. Minha mãe não acreditava que eu seria capaz de passar no processo seletivo do IEP, mas não foi só isso que superei, ganhei o destaque de melhor aluna do curso na minha formatura, em 1997.

Embora fosse uma boa aluna no magistério, especificamente nas disciplinas da parte diversificada, não consegui aprovação no vestibular de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná. Não fiz cursinhos preparatórios e não tinha boa base, especialmente nas áreas de Química, Física e Matemática, disciplinas que me desclassificaram no vestibular. Mas não me dei por vencida e, mesmo sem ter recursos, fiz o vestibular na Universidade Tuiuti do Paraná, um curso de licenciatura de três anos em Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar. Não foi fácil assumir esta obrigação de pagar a faculdade, pois eu era apenas uma estagiária. Mas as portas foram se abrindo e eu fiquei cada dia mais apaixonada pela Educação.

Aprovada no vestibular, fui contratada como professora regente na escola onde eu era estagiária e aí começou uma paixão pela avaliação. Nesta instituição, as provas eram feitas de maneira interdisciplinar e o formato me chamava a atenção. Era uma única prova, que começava com um texto, que poderia ser de qualquer uma das áreas, e, a partir dele, eram extraídos os conteúdos que deveriam ser avaliados em cada área do conhecimento. Diferentemente de outras escolas, esta era especial e tinha uma metodologia de trabalho interessante, com salas-ambiente e professores divididos por área de conhecimento. As crianças se movimentavam pelas salas quando o sinal batia, de acordo com o horário de aulas, desde o primeiro ano do Ensino Fundamental. Eu era professora de Ciências, então, na minha sala, havia equipamentos de laboratório, esqueletos, cartazes do corpo humano, terrário, móveis de sistema solar, entre outros elementos específicos. Como complementação do trabalho de Ciências, eu também fazia o trabalho de horta com as crianças.

Na primeira avaliação que surgiu partindo da minha disciplina, lembro-me que o texto base era sobre o sistema digestório, eu o coloquei dentro do contorno de um estômago. A prova era bem interativa e não precisa ser feita toda no mesmo dia. Uma das propostas era confeccionar o sistema digestório com massinha, em outra, desenhar o caminho do alimento. Nas outras áreas, os professores se preocuparam em retirar informações do texto ou do tema em questão para conduzir os exercícios que avaliassem o seu conteúdo. Ao final da prova, sempre havia uma dinâmica, neste caso, tivemos uma aula de culinária. Esta lembrança me parece ser o início de um amor pela avaliação de aprendizagem.

No mesmo ano em que havia sido registrada como regente, fui acometida por uma pneumonia grave. Fiquei no hospital por um bom tempo e as sequelas deste

evento eu trago comigo até hoje. Fui demitida! Tive medo de não conseguir terminar a faculdade, de não conseguir emprego, de ser um fracasso total. Eu só conseguia imaginar minha mãe apontando para mim com todos estes julgamentos.

O meu pensamento negativo não era tão forte para interferir nos planos de Deus para minha vida, que são muito maiores do que se pode desejar e imaginar. Consegui novas colocações em escolas de grande porte em Curitiba, me reergui, me destaquei, fiz três pós-graduações, Administração de Escolas, Pedagogia Empresarial, Psicopedagogia. Mas o sonho mesmo era um mestrado, com o tema que eu já tinha em mente: avaliação de aprendizagem. Depois de ter saído daquela primeira escola, experimentei outros tipos de avaliação e em algumas situações sofri com isso, eram relatórios, depois provas, provas processuais, avaliações externas, tantas coisas que eu não conseguia entender o porquê.

O tempo foi passando, fui assumindo cada vez mais responsabilidade e trabalhos. O mestrado já era um sonho distante, eu não tinha tempo para nada, trabalhava manhã, tarde e noite.

Mesmo sem ter bagagem teórica para isso, compreendia que a avaliação era algo ligado ao processo, à aprendizagem significativa. Fiz nove concursos públicos sem estudar absolutamente nada, apenas com a minha roupagem de experiência, leituras e conhecimento acumulado ao longo da minha vida acadêmica. Oito deles foram na área de educação e um no judiciário. Passei em todos, fui chamada em todos, exceto no Judiciário, pois apesar de aprovada, minha colocação estava fora do número de vagas disponíveis. Optei por ser pedagoga no Governo do Estado do Paraná e sou funcionária pública há 18 anos. Atuei mais tempo no Ensino Médio, mediando as práticas pedagógicas, atendendo pais, alunos, professores, organizando e realizando a formação de professores, conforme determinações da SEED/PR. Sempre participei dos cursos de formação continuada promovidos pelo Estado e rapidamente cheguei à classe 11 do plano de carreiras. Sempre defendi a avaliação na escola, mas me decepcionava muito com a postura de alguns profissionais.

Na rede privada, ainda transitei por algumas escolas, mas minha paixão sempre foi a Educação Infantil. Atualmente, tenho a minha própria escola, localizada no bairro Bacacheri.

Eu já tinha vivenciado a graduação, a pós-graduação, a docência na Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, alfabetização de idosos na Ação social, gestão

escolar, coordenação pedagógica e outros trabalhos correlacionados, mas ainda havia uma lacuna na história da minha vida que me deixava triste diante da impossibilidade. Esta lacuna se chamava Mestrado em Educação.

No ano de 2020, fomos surpreendidos por um vírus desconhecido e altamente perigoso que matou várias pessoas em um curto período. Eu estava entre as pessoas do grupo de risco, pois tenho um quadro de bronquiectasias crônico, asma, bronquite e havia passado por um quadro de embolia pulmonar. Escolas fechando, mudanças na escola pública, demandas até então desconhecidas, uma tecnologia nunca aprendida nesse contexto. A rede particular iniciava demissões em massa, pois com o fechamento das escolas e outras frentes de trabalho, muitas famílias, sem recursos financeiros, buscaram a escola pública como alternativa aos estudos dos filhos e deixaram de pagar mensalidades escolares. O medo e o caos se instalaram na minha vida e na sociedade como um todo.

Todos os setores da sociedade sofreram impactos brutais gerados pela pandemia. Foi necessário restringir a circulação e as atividades, evitar aglomerações, usar máscaras de proteção, cumprir um rigoroso protocolo de higienização das mãos e ficar atento aos possíveis sintomas da doença, uma vez que as instituições de saúde do mundo todo estavam sobrecarregadas com casos graves de Covid-19.

O ano de 2020 passou de forma bastante conturbada e não sabíamos quais eram as expectativas para 2021 na Educação. Em outubro de 2020, uma porta de oportunidade se abriu diante dos meus olhos para a realização de um sonho antigo. O ensino remoto, híbrido, síncrono, à distância e outras modalidades que surgiram mediadas pela tecnologia digital na educação possibilitaram o processo seletivo do curso de mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias da UNINTER – Centro Universitário Internacional, com tais características.

A partir desse momento, passei a ter ainda mais atenção e maior interesse em leituras e assuntos relacionados a EaD (Educação à Distância). Nos estudos em Moran (2015), a definição de EAD pode ser compreendida como um processo de ensino e aprendizagem mediado por computadores, em que professores e estudantes estão fisicamente separados, mas conectados e interligados por tecnologias digitais de informação e comunicação.

Nesse sentido, a educação e o ensino são híbridos, pois podemos ensinar e aprender de inúmeras formas, em todos os momentos, em múltiplos espaços. O



híbrido acrescenta também a integração entre os momentos e atividades presenciais e os digitais. Pode-se trabalhar com aulas com materiais e atividades tradicionais, do dia a dia e os digitais, sempre de forma dinâmica e integrada (MORAN, 2015).

No contexto pandêmico de restrição ao contato social e medidas sanitárias, o ensino presencial precisou ser transposto para os meios digitais. No Ensino Remoto Presencial, autorizado pela Portaria nº 343 de 17 de março de 2020, a aula ocorria num tempo síncrono (seguindo os princípios do ensino presencial), com videoaula, aula expositiva por sistema de webconferência e as atividades seguiam durante a semana no espaço de um ambiente virtual de aprendizagem (AVA), de forma assíncrona.

Baseado no amparo legal, o curso de mestrado da UNINTER funcionaria na modalidade síncrona no ano de 2021, o que possibilitou a minha inscrição no processo seletivo.

Sem saber como pagaria tal curso e nem mesmo o que me esperava pela frente, com a ajuda de uma antiga colega de trabalho, a Mestre em Educação, Michelle Cristine Pinto Martinez, elaborei meu pré-projeto e me dediquei aos estudos para a aprovação. Estava certa de que gostaria de seguir na linha de formação de professores, mas não achei formas, naquele momento, de associar o projeto com a avaliação. Escrevi uma proposta cuja investigação realmente valia a pena, mas estava, de certo modo, um pouco decepcionada por não ter feito nada sobre avaliação de aprendizagem, algo que me motivava desde minha formação inicial.

Meu projeto foi aceito e a ratificação do meu nome no edital dos aprovados foi motivo de alegria. Agora meu sonho começava a se tornar realidade.

As aulas do mestrado iniciaram em março de 2021, e eu estava muito empolgada com tudo que estava acontecendo. Eu seria orientada da conceituada professora Joana Romanowski. Um certo pavor volta a surgir! Como atender as expectativas avaliativas de uma professora tão exigente, mundialmente citada, com conhecimento, pesquisas, leitura, artigos, livros e obras de tamanho destaque? Mas não foi Joana que me desestabilizou nas primeiras aulas de mestrado. Um dos professores do curso nos pediu para escrever um texto, denominado “short paper”, sobre a aula e este instrumento faria parte de suas avaliações. Pesquisei sobre short paper, mas não entendi muita coisa. Escrevi um texto e postei no AVA. O feedback não foi dos melhores e os questionamentos do professor me colocaram em xeque. “O

que você faz num mestrado se não sabe se quer o que são normas da ABNT?”. Chorei uma noite toda e acordei disposta a desistir. Eu realmente estava muito tempo longe do meio acadêmico, não tinha nenhuma produção expressiva e dispunha de pouco tempo para tanta demanda. Foi aí que entrou em cena a professora Joana, que, ao saber da minha decisão, entrou em contato comigo e me perguntou se eu realmente estava disposta a deixar o meu sonho por algo tão pequeno. “Se você não sabe, aprende”, disse ela! Enchi-me de coragem e segui no curso.

Nas aulas do professor Ivo Both, a chama de amor pela avaliação voltou a se acender. Este ser humano incrível e de uma delicadeza indescritível, tocou meu coração com suas palavras. Eu sempre acreditei na sua concepção de avaliação: com justo valor, sensibilidade, afetividade e simplesmente pela aprendizagem. Por mim, esta disciplina não precisava terminar, mas como uma boa aluna e filha obediente, o meu resultado foi 10. Foi com o professor Ivo que compreendi como associar a avaliação com a formação de professores e com a anuência da professora Joana, redefini meu projeto de pesquisa. Finalmente, eu fazia o mestrado pelo motivo que sempre quis.

Mas, as coisas não foram tão fáceis assim. Em meados de agosto de 2020, contraí Covid-19 e descobri que estava grávida. Fiquei com medo de morrer por conta das complicações do meu quadro de saúde. Sobrevivi, mas o meu bebê não resistiu morreu. Com cerca de dez semanas, tive um aborto espontâneo e então desenvolvi uma grave depressão. Lutei muito para conseguir encerrar o ano.

Após completar todos os créditos com excelência em 2021, mesmo passando por situações tão difíceis, só me restava agradecer aos meus colegas de curso, que viraram mais que amigos virtuais; ao professor Rodrigo por ter me tirado da zona de conforto e acomodação; ao professor Ivo, por me mostrar o caminho da avaliação; ao professor Luciano, por ter me feito pesquisar sobre tecnologia; à professora Luana, por além de falar com propriedade sobre tendências pedagógicas e contextos pandêmicos, por ser uma pessoa com tanta humanidade e compaixão; à professora Siderly, por liderar sua equipe com tanta sabedoria, por fim e ao mesmo tempo desde o início e sempre, à minha querida professora Joana, por ter me ensinado tanto sobre educação e segurado a minha mão ao andar por caminhos antes desconhecidos. Eu havia aprendido, entendido a importância do mestrado, da pesquisa, das referências. Estava pronta para escrever uma linda dissertação. Era sobre avaliação que eu queria

pesquisar, falar, aprender. Era sobre este importante elemento do planejamento que eu estava disposta a pesquisar no contexto pandêmico pelo qual passávamos.

O termo avaliação, pelas definições dicionarizadas, é entendido como: determinar a valia, estimar o merecimento, calcular, computar, apreciar, dentre outros. Mediante estes significados construídos socialmente, faz-se necessário analisar o termo avaliação da aprendizagem à luz dos autores e com base na LDB 9394/96, como meios de buscar a compreensão sobre o que é avaliar e para que avaliar. Autores como Perrenoud (1999), Luckesi (2005), Hoffmann (1996, 2011), Both (2007), Demo (1999), Hadji (2001), entre outros, entendem a avaliação como momento que antecede, acompanha e sucede o trabalho pedagógico do professor. A LDB 9394/96, art. 24, V, a trata como verificação do rendimento escolar, sendo contínua e cumulativa, prevalecendo os aspectos qualitativos e quantitativos. Contudo, alertamos sobre como esses aspectos, o teórico e o legal, influenciam as práticas pedagógicas do professorado, levando-o ora a atender a parte legislativa ora a considerar a aprendizagem qualitativa, ocorrendo, muitas das vezes, o privilégio da demanda do sistema de ensino em desfavor de suas concepções. Sob esta ótica, foquei a busca sobre documentos e materiais que orientaram a avaliação de aprendizagem no contexto pandêmico de 2020 e 2021.

Altos e baixos se tornaram a minha realidade em 2022. O quadro depressivo se intensificou e tudo passou a ficar sem sentido. Eu já não estava sequer conseguindo trabalhar, cuidar do meu filho e família. Como então escrever uma dissertação? Foram muitos remédios, terapias, crises, atestados, emergências médicas. A culpa, a autocobrança e o sentimento de tristeza por estar desistindo de um sonho debilitavam ainda mais o meu estado de saúde. Mas os médicos recomendavam que eu renunciasse a alguma coisa e o mestrado era o mais indicado. Resolvi desistir! Mas isso também não foi fácil. Prestes a trancar a matrícula, a professora Joana abre seu coração e as portas da sua casa, estende a sua mão e oferece toda a ajuda possível e avisa: eu não vou deixar você desistir! Por mais que eu afirmasse para ela que eu era uma decepção, ela dizia: “eu não acho!” Sim, foi por ela que não desisti. Ela ainda acreditava em mim, muito mais do que eu mesma. Mantive a matrícula, mas procrastinei por mais algum tempo. Eu só pensava na banca, na nota, na defesa da dissertação e sempre com um olhar negativo sobre mim mesma,

pensando que eu não atingiria uma nota adequada para a minha titulação e que minha pesquisa não teria a qualidade esperada pelos professores.

Até que certo dia acordei pensando, como posso falar, pesquisar e escrever sobre avaliação se não consigo aplicar este conceito a mim mesma? Comecei a relembrar das aulas do professor Ivo e a sua constante afirmação de que a avaliação deve ser entendida como um processo amplo, e não limitado a um único momento, tornando-se uma possibilidade permanente de fazer com que todos os envolvidos no processo educacional possam obter o êxito desejado em suas variadas tarefas. Desta forma, ele nos traz a reflexão necessária para desvendar o sentido que a avaliação deve ganhar no processo de ensino-aprendizagem e o papel que ela deve cumprir.

Foi então que deixei de lado a busca pelo resultado e passei a seguir, apreciando o processo! Se cheguei até aqui, é porque fiz das dificuldades a minha estrada.

Com o livro da minha vida aqui aberto e compartilhado, sigo na carreira docente, empresarial e mestrandia curiosa em relação à avaliação de aprendizagem no cenário pandêmico de Covid-19 entre 2020 e 2021, então imersa em documentos que trazem as orientações emanadas da Secretaria de Educação do Paraná, desenvolvo meu sonho em páginas de leitura, ora em livros impressos, ora em livros digitais e pela web, nas páginas oficiais entre consulta a documentos e notícias constantes desse período tão desafiador.

Esse processo de pesquisa foi organizado em seis partes: Introdução; Metodologia; Avaliação de aprendizagem; Análise dos dados; Avaliação para além dos documentos: o produto da pesquisa e as Considerações finais.

## 1.1 PROBLEMATIZAÇÃO RUMO À PESQUISA

De repente, portões de escolas fechados e estudantes distantes da sala de aula. Eis um cenário que não se via desde a Segunda Guerra Mundial. Em março de 2020, o mundo parou. Um novo vírus, considerado letal e pouco conhecido pela comunidade científica, cujos primeiros casos começaram na China, começa a circular por todos os continentes do planeta, afetando e contaminando milhares de pessoas. O coronavírus se torna uma ameaça global.

Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia, que, de acordo com essa organização, refere-se à distribuição geográfica de uma doença que afeta vários países e regiões do mundo.

A pandemia trouxe alterações para a vida em todas as dimensões: sociais, econômicas, de saúde, trabalho e de educação. As escolas e os sistemas de ensino logo se viram diante da impossibilidade de manter as portas abertas e dar continuidade às aulas presenciais. Foi então que surgiu a necessidade de encaminhamentos emergenciais vindos do Governo Federal.

Em 28 de abril de 2020, foi aprovado um parecer do Conselho Nacional de Educação para a reorganização do calendário escolar e a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual em virtude da suspensão das aulas e fechamento das escolas. Eis a primeira regra de avaliação neste documento: cumprimento da carga horária mínima anual! No texto de tal parecer, o CNED destaca que mais de 150 países se encontravam na mesma situação.

Estava instalada uma situação não prevista no Projeto Político Pedagógico das escolas. Veiga (2000, p.192) destaca que o projeto político-pedagógico é o que direciona as ações da escola: “Ele possibilita que as potencialidades sejam equacionadas, deslegitimando as formas instituídas”. A escola ficou desgovernada, porque seu maior instrumento de direção, construído coletivamente, não dava conta do contexto emergencial.

Diante disso, cada uma das Secretarias de Educação do Brasil teve que, num curto espaço de tempo, despachar orientações para o caos instalado sobre as escolas, procurando assegurar de alguma forma o direito à Educação, o cumprimento do Projeto Político Pedagógico (PPP), o mínimo de prejuízos ao calendário letivo, aprendizagem e avaliação escolar.

Nesse sentido, no contexto do PPP, a avaliação é um elemento fundamental para a aprendizagem dos estudantes, dando subsídios para o redirecionamento da prática pedagógica da escola. De acordo com Luckesi, 1998, em seu livro – Avaliação Educacional:

A avaliação escolar adquire seu sentido na medida em que se articula com o seu projeto pedagógico e de ensino. No caso que nos interessa, a subsidia a decisões a respeito da aprendizagem dos educandos, tendo em vista garantir

a qualidade dos resultados que estamos construindo. Por isso, não pode, ser estudada, definida, delineada sem um projeto que a articule.

Segundo Caldeira (2000, p. 122) “a avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual (...)”. Na concepção de Both (2007), a avaliação vem atrelada ao processo, em que se direciona a qualidade do desempenho sobre a quantidade de atividades propostas, tanto para o aluno quanto para o professor, ultrapassando os limites da verificação, vira alvo de preocupação dos pais, estudantes, professores e gestores da escola pública.

Para Demo (1999, p.01),

Refletir é também avaliar, e avaliar é também planejar, estabelecer objetivos etc. Daí os critérios de avaliação, que condicionam seus resultados estejam sempre subordinados finalidades e objetivos previamente estabelecidos para qualquer prática, seja ela educativa, social, política ou outra.

Aulas não presenciais, como poderiam ser organizadas, ministradas, garantidas? Como avaliar a aprendizagem dos alunos? Questionamentos que tornaram a esfera escolar cheia de incertezas e preocupações. Cada Estado, de acordo com seu entendimento, publicou orientações, pareceres, deliberações e outros documentos para nortear esta prática pedagógica nas escolas. As dificuldades encontradas pela comunidade escolar para viabilizar tais encaminhamentos eram chamadas de destaque nos telejornais e redes sociais.

Assim esta pesquisa se origina nesse panorama e focaliza a avaliação da aprendizagem realizada durante a pandemia da Covid 19. Para compreender esse cenário, com foco especialmente no Paraná, levantou-se o seguinte problema de pesquisa: **quais foram as orientações oficiais emanada pela Secretaria de Educação do Paraná, para nortear a prática da avaliação de aprendizagem com os estudantes do Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio da Educação Básica da Rede estadual de ensino durante o período pandêmico de Covid-19 nos anos 2020 e 2021?**

Com o problema em pauta e em busca de respostas, o objetivo geral da pesquisa foi: analisar nos documentos oficiais da Secretarias Estadual de Educação do Paraná quais foram as orientações para as práticas de avaliação de aprendizagem com os estudantes da Educação Básica da Rede estadual durante o

cenário de pandemia Covid-19 no período citado. Com os objetivos específicos buscamos:

a) definir o conceito de avaliação de aprendizagem de acordo com os indicativos da literatura, incluindo a definição de critérios e instrumento que fazem parte do processo avaliativo de aprendizagem;

b) analisar as definições legais sobre a avaliação de aprendizagem para as escolas de Educação Básica no cenário de pandemia de Covid-19 nos anos de 2020 e 2021 e seus impactos na escola;

c) contextualizar as orientações sobre a avaliação da aprendizagem no cenário educacional das escolas da rede pública, vinculadas à Secretaria de Educação do Estado do Paraná, nos anos de 2020 e 2021;

d) desenvolver uma série de vídeos intitulada “Avaliação para além dos documentos” sobre os resultados desta pesquisa e os tipos de avaliação da aprendizagem, com base no referencial teórico estudado sobre a temática.

Assim, a dissertação está composta por esta introdução, descrição da metodologia, seguida de um capítulo de fundamentação sobre a avaliação de aprendizagem. Na sequência, o capítulo sobre os dados obtidos na análise dos documentos e a sistematização desses dados, cotejando com os referenciais teóricos e, ao final, uma síntese do trabalho desenvolvido. O próximo capítulo apresenta o produto da dissertação e finaliza com as considerações oriundas do desenvolvimento da pesquisa. A seguir, apresentamos o caminho traçado para a realização da pesquisa

## 2 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa escolhida é a abordagem qualitativa, por considerar o contexto da pandemia da Covid-19, que interferiu na organização da Educação Básica. Na composição da pesquisa, são tomados como elementos a fundamentação teórica a respeito do objeto de estudo, no caso, a avaliação da aprendizagem, com base principalmente nos pesquisadores: Perrenoud (1999), Luckesi (1998, 2005, 2011), Hoffmann (1996, 2011), Both (2007, 2012, 2017), Demo (1999), Hadji (2001, 2011) Caldeira (2000), Vasconcellos (2005), Romanowski (2003, 2004, 2016), entre outros. Ludke e André (2013) foram consideradas para sustentar a proposta de abordagem qualitativa. Como estratégia de pesquisa, a opção que melhor atende aos objetivos estabelecidos é Pesquisa Documental e para tal, foram consultados Ludke e André (1986 - 2013), Fonseca (2002), Gil (2008).

A pesquisa qualitativa se compõe no processo e de acordo com as especificidades de cada contexto, por isso, ressaltamos a subjetividade de acordo com a(s) realidade(s).

As autoras Menga Ludke e Marli André (2013, p. 9) defendem que:

(...) nas pesquisas qualitativas os dados coletados são predominantemente descritivos, partindo da análise do pesquisador e de sua compreensão do todo para a reflexão sobre o que pode ser ou não elucidado, pois descrição deve possibilitar um diálogo com o objeto. A pesquisa qualitativa então trabalha com o sentido de inteligência do pesquisador.

Bodgan e Biklen (1982) citados por Lüdke e André (2013, p.12-14) retratam características da pesquisa qualitativa, que confirmam esta tese:

1. A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento.
  2. Os dados coletados são predominantemente descritivos.
  3. A preocupação com o processo é muito maior do que produto.
  4. O “significado” que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador.
  5. A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.
- No contexto da pesquisa de abordagem qualitativa, espera-se que o pesquisador seja capaz de identificar os elementos qualitativos, interpretando os dados sob sua observação e análise participante, imprimindo em suas apreciações, reflexo de sua postura crítica, criativa, flexível e investigativa, imbuída de elementos significativos de sua pesquisa.

Os dados deste estudo são extraídos dos documentos oficiais da pela Secretaria de Educação do Paraná (SEED)\_Deliberações, Instruções, Normativas,



Orientações, Pareceres, Ofício-circular, Comunicados\_ destinados aos professores, equipes pedagógicas e gestores que fazem parte do quadro funcional das escolas estaduais do Paraná, que ofertam o Ensino Fundamental 2 (6º ao 9º ano) e Ensino Médio, , disponíveis nas plataformas na forma on-line ou digital que tratam da temática da avaliação de aprendizagem durante o contexto pandêmico nos anos 2020 e 2021.

A metodologia de pesquisa documental é uma abordagem de pesquisa que envolve o uso de documentos, materiais impressos, eletrônicos ou outros registros escritos para coletar dados e informações. Essa metodologia pode ser aplicada em diversas áreas de pesquisa, como nas ciências sociais, humanas e em ciências exatas, por exemplo.

A pesquisa documental para Ludke e André (2013, p. 45) é uma “técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

Estas autoras indicam que trabalho de análise começa com a coleta dos materiais, mas não é uma acumulação mecânica. Assim, a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas, tais como: “leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares” (LUDKE, ANDRÉ, 2013, p. 45).

As autoras ainda destacam que a pesquisa documental é uma técnica fundamental em muitas áreas do conhecimento, como história, sociologia, antropologia, psicologia, entre outras. Ela permite a análise de fontes primárias e secundárias para a compreensão de contextos históricos, sociais e culturais.

Para Fonseca,

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Entre as vantagens da pesquisa documental, Fonseca destaca a possibilidade de se trabalhar com fontes não disponíveis em outros tipos de pesquisa, analisar materiais históricos e revelar aspectos que não são facilmente identificados por outras técnicas de pesquisa. Mas ressalta que a pesquisa documental exige um cuidado especial na seleção e na análise dos materiais utilizados, uma vez que podem estar sujeitos a problemas de autenticidade, confiabilidade e representatividade.

Já para Gil (2008) é uma técnica de pesquisa que envolve a busca, a identificação, a seleção, a recuperação, o exame e a interpretação de dados e informações provenientes de fontes documentais, sejam elas escritas, audiovisuais, sonoras, iconográficas ou de outras naturezas.

Marli e Menga ainda destacam que é necessário seguir algumas etapas no percurso da pesquisa documental, como a definição do tema ou problema de pesquisa, a identificação dos documentos relevantes, a seleção e a organização dos materiais, a leitura e análise dos documentos e a interpretação e discussão dos resultados.

É importante ressaltar que a pesquisa documental requer cuidados na interpretação dos documentos, pois eles podem conter vieses, erros, omissões ou ambiguidades. Por isso, é importante contextualizar os documentos e considerar outras fontes de informação para uma análise mais completa e precisa.

A seguir, apresentamos o percurso da pesquisa da autora fundamentada na abordagem qualitativa e estratégia de pesquisa documental.

Quadro 1 – Etapas da pesquisa

1. Definição do assunto a ser pesquisado levando em conta o objetivo e o problema de pesquisa.
2. Seleção das fontes de informação para a pesquisa.
3. Coleta e verificação da documentação disponível.
4. Organização dos documentos em ordem cronológica.
5. Leitura e análise dos documentos buscando informações relevantes para a pesquisa.
6. Interpretação e análise crítica dos documentos.
7. Confecção de nuvem de palavras por meio do aplicativo Voyant para a identificação de singularidades e representatividade para a pesquisa.
8. Descrição dos dados interpretados em forma de texto.
9. Produção de relatório resultados obtidos e as conclusões a partir da análise dos documentos.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

### 3 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM: contexto histórico do Brasil

A avaliação é muito discutida atualmente. Ela está presente em todas as esferas sociais e mesmo em situações cotidianas, estamos sempre a avaliar. Contudo, é no espaço escolar e no processo de ensino e aprendizagem que ela se encontra mais presente e que podem se ver refletidas as diferentes concepções de avaliação. .

Apesar de um tema atual e presente, nota-se que ainda é necessário compreender o que é avaliação no processo educativo, de modo a ressignificar esta prática no contexto escolar. Para isso, torna-se fundamental se aprofundar nos conceitos de avaliação em referenciais teóricos compreendendo as vozes dos autores que embasam esta temática. Nesse mergulho, destacamos, a seguir, a etimologia da palavra, algumas definições e tipos de avaliação de aprendizagem.

#### 3.1 OS CAMINHOS DA AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM NO BRASIL

Ao nos referir ao termo avaliação, os documentos e publicações apontam que há uma centralidade em entender as concepções de provas e testes que fizeram e fazem parte da nossa vida, especialmente dos estudantes. Nessa perspectiva, buscamos a etimologia da palavra *avaliar* e constatamos que avaliar vem de “*valia*”, que, por sua vez, vem de “*val(er) + -ia*”. “Valer” provém do latim 'valere', «ser forte, vigoroso; fig., potente, ter valor; estabelecer-se, manter-se, reinar; ter por fim, por objectivo/objetivo; ter uma significação, um sentido (falando de uma palavra); passar bem, estar de saúde. (“O que significa um avaliador? - Guia sobre, 2022. Disponível em <https://raveportugal.gen.tr/o-que-significa-um-avaliador>. Acesso em 29 de dezembro de 2022). Já no Dicionário Aurélio (2008, p.156 ), o significado de avaliar é “1.determinar a valia ou o valor de. 2. Calcular” e no mesmo dicionário encontramos a definição de avaliação que é: “1. ato ou efeito de avaliar. 2. Valor determinado pelos avaliadores”.

Agora, seguimos a pesquisa com base em algumas definições de autores que há décadas pesquisam sobre a palavra que causa tantas emoções até os dias atuais. A cada vez que viramos uma página de livro sobre avaliação escolar ou avaliação de aprendizagem, quando navegamos em artigos pela web, ao planejar cada aula, a avaliação está ali, sempre presente, mas neste estudo, além da etimologia, dos

significados, definições e teorias, o que mais nos chama atenção é pensar tudo isso em um período que não foi planejado nos PPPs, nem nos planos anuais, semestrais, bi ou trimestrais nas escolas e secretarias de educação do mundo durante a pandemia devido à Covid-19. Entretanto, limitamos o universo da pesquisa ao Estado do Paraná

Assim, seguimos com apontamentos históricos sobre a avaliação no Brasil e as principais tendências. Iniciamos de um ponto de partida simples, ou seja, é fato que o ser humano utiliza a avaliação em seu cotidiano, muitas vezes, sem perceber. Isso pode acontecer ao se levantar da cama e avaliar o tempo que acordou e o horário que terá que se arrumar, se alimentar e organizar as coisas para sair e chegar a tempo ao trabalho, à escola ou a algum outro compromisso. Nesse processo precisamos avaliar o que e como devemos fazer, tudo dentro de um tempo suficiente para atingir o objetivo dentro dos critérios necessários da rotina. Na vida em sociedade, também estamos constantemente avaliando e sendo avaliados, seja por motivo pessoal ou profissional.

Historicamente a avaliação é uma herança de proposições e prescrições dos séculos XVI e XVII (LUCKESI, 2011). Nesse processo histórico, as marcas que trazemos nas escolas até hoje vêm da pedagogia tradicional, educação jesuíta (visão católica) e comeniana (visão protestante) do bispo protestante Jan Amós Comênio.

A pedagogia jesuítica recebeu esse nome da ordem religiosa que a criou, os padres da Companhia de Jesus ou padres jesuítas, fundada em 1534 por Inácio Loyola e reconhecida pelo papa em 1540. Por volta de 1548, fundou-se o primeiro Colégio Jesuíta, em Mesina, na Itália. No Brasil, a primeira escola foi fundada em 1549, em Salvador, na Bahia. E em 1599 foi publicada a *Ratio Studiorum*, que eram normas para garantir uma administração comum e uniforme a todas as instituições da rede jesuítica.

Algumas partes das normas para realização de provas escritas da *Ratio Studiorum* estão detalhadas em Luckesi (2011). Essas normas diziam, por exemplo, que nenhum aluno poderia faltar em dia de avaliação, exceto por motivo grave; os alunos deveriam trazer seu próprio material para que não precisassem pedir nada a ninguém; os alunos deveriam sentar-se afastados e provas parecidas ou idênticas seriam consideradas suspeitas; observações e correções deveriam ser feitas antes da entrega da prova e, uma vez entregue, nada poderia ser alterado. As normas

mencionadas são semelhantes a algumas ainda praticadas hoje na instituição pesquisada e muito provavelmente em todas as instituições escolares.

O bispo protestante Jan Amós Comênio também tem influência na educação no Brasil. Vale ressaltar que ele foi primeiro autor de um livro sobre didática, no século XVII. Sua obra, intitulada *Didactica Magna*, defendia uma educação para todos. Os protestantes desejavam que todos fossem capacitados para a leitura, para lerem a Bíblia, pois caberia a cada cristão a interpretação de seus preceitos.

As escolas protestantes (Comênicas) também tinham *Leis para a boa ordenação da escola*, uma norma parecida com a *Ratio Studiorum*. No capítulo sobre os exames, defendia que todos os alunos deveriam se submeter a avaliações diariamente, de forma que não sobrasse tempo para mais nada.

O início de um sistema de avaliação mais estruturado surge depois do século XVIII. Nesse período, começam a ser formadas as primeiras escolas modernas - públicas. Porém, apesar de públicas, a educação era seletiva e as avaliações tinham a função de examinar e verificar os alunos com capacidade de seguir nos estudos. Assim sucedeu até meados do século XX.

Em 1930, foi criado no Brasil o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Buscaram-se as normatizações sobre a avaliação. No Decreto nº 19.890/31 Reforma Francisco Campos –, não há menção à palavra avaliação. O termo utilizado é exame de admissão e provas. Nos artigos 34 a 42 deste decreto apresentam-se as regras para realização das provas e exames finais, as quais eram extremamente rigorosas.

Nesses termos, buscamos relacionar a definição da palavra admitir no dicionário Aurélio (2013) que apresenta o significado de “aceitar por bom, verdadeiro ou legítimo, reconhecer (p. 385). Já o termo prova significa: “1. Aquilo que atesta a veracidade ou autenticidade de algo. (...) Processo que permite verificar com exatidão dum cálculo. 4. Ato de provar. (p. 662). Essas definições elucidam o rigor das tais provas e exames finais.

Em 1932, foi retomada a legislação anterior, porém o Decreto Federal nº 21.241 que alterou a organização do ensino secundário, não alterou as diretrizes avaliativas e assim vigorou até 1941. No ano de 1942, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Secundário – Reforma Capanema. O Decreto-Lei nº 4.244/42, cap. IV, art. 30, dispõe

que a avaliação será obtida por meio de notas em exercícios e exames que graduarão de zero a dez.

A diferença diante das legislações anteriores é o uso do termo *avaliação*, porém, esse ainda está expressamente ligado à quantidade, ou seja, à nota. A avaliação continua sendo classificatória, a fim de selecionar os alunos que têm condições, aos olhos do examinador, de continuar os estudos, ou seja, bem de acordo com o significado da palavra prova. Até esse momento, as avaliações eram formuladas pelo Sistema estadual ou municipal.

A Reforma Capanema permaneceu em vigor até ser aprovada a Lei Federal nº 4.024, em 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Segundo Souza (2009, p.6-7), para compreender melhor o que trata essa legislação sobre a avaliação, é preciso refletir sobre os Pareceres do Conselho Federal de Educação - Parecer nº 102/62 e o Parecer nº 207/66.

Lei nº 4.024/61, art. 39: §1º - Na avaliação do aproveitamento do aluno preponderarão os resultados alcançados, durante o ano letivo, nas atividades escolares, asseguradas ao professor, nos exames e provas, liberdade de formulação de questões e autoridade de julgamento.

§2º - Os exames serão prestados perante comissão examinadora, formada por professores do próprio estabelecimento e, se este for particular, sob fiscalização da autoridade competente.

Parecer CFE nº 102/62: “[...] Não se trata de prescrição de provas e exames, mas de verificação da aprendizagem de maneira contínua e acumulada, ao longo de todo o curso [...]”.

Parecer CFE nº 207/66: “[...] Na avaliação do aproveitamento do aluno devem preponderar os resultados alcançados, durante o ano letivo, nas atividades escolares [...]”.

A partir da LDB, Lei 4.024, as instituições de ensino ganham mais liberdade. O professor é quem decide se um aluno tem ou não condições avançar nos estudos, entretanto, permanece o autoritarismo e a avaliação quantitativa. Ressaltamos que, apesar de mudanças de nomenclatura, permaneceu o aspecto classificatório dos exames, provas e avaliações com notas de 0 a 10, ou seja, mantém-se o pensamento de que o estudante pode ir para a escola o ano inteiro e obter uma nota “zero” como se não tivesse aprendido nada. A seguir, destacamos um trecho do Parecer do CFE nº 207/66:

Nenhum educador digno deste nome sacrifica a realidade do fato pedagógico a uma presunção legal.” Talvez se visse forçado a fazê-lo em outras épocas, coagido por leis mais rígidas. Dentro da L.D.B., não. Compete ao professor, que tem no exame “autoridade de julgamento” tudo ponderar: a situação inicial do aluno, os “resultados alcançados durante o ano letivo, sua facilidade ou dificuldade de raciocínio e expressão no momento das provas, os resultados do exame. E depois de tudo ponderado, cabe não à máquina

calculadora da Secretaria, mas ao mesmo professor, antes, aos professores (pois se trata de uma banca), dar o juízo definitivo sobre o rendimento escolar do aluno.

Ao refletir sobre a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 4.024/61 e o Parecer supracitados, notamos nessas normatizações uma menção à avaliação contínua, cumulativa e que valoriza o qualitativo sobre o quantitativo, porém, deve haver para isso um acompanhamento constante do aproveitamento do aluno, para assim, promovê-lo para a série superior. Esse acompanhamento era realizado bimestralmente por meio de provas e aluno que obtivesse rendimento escolar acima da nota sete estava dispensado de realizar os exames. Os alunos que no exame não obtivessem média cinco poderiam realizar exame de segunda época no máximo em duas ou três disciplinas e se não obtivesse nota em até duas disciplinas, o aluno ficava em dependência. Se o rendimento fosse inferior em mais de três disciplinas, o aluno estaria reprovado.

Com data de 11 de agosto de 1971 foi sancionada a Lei nº 5.692, com as novas Diretrizes para a Educação Nacional. Essa nova Lei normatiza o ensino de 1º grau – ensino fundamental, que passa a ser obrigatório para crianças com idade entre 7 e 14 anos. E o ensino de 2º grau – ensino médio, com duração de 3 a 4 anos, após o qual o aluno deveria sair preparado para o mercado de trabalho (art. 5). Nessa legislação, também se torna obrigatório que as instituições de ensino tenham aprovado o seu regimento escolar (art. 81, parágrafo único). A LDB nº 5692/71, com respeito ao sistema de avaliação, esclarece o seguinte:

Art. 14. A verificação do rendimento escolar ficará, na forma regimental, a cargo dos estabelecimentos, compreendendo a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

§ 1º Na avaliação do aproveitamento, a ser expressa em notas ou menções, preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso esta seja exigida.

"§ 2º O aluno de aproveitamento insuficiente poderá obter aprovação mediante estudos de recuperação proporcionados obrigatoriamente pelo estabelecimento."

§ 3º Ter-se-á como aprovado quanto à assiduidade:

a) o aluno de frequência igual ou superior a 75% na respectiva disciplina, área de estudo ou atividade;

b) o aluno de frequência inferior a 75% que tenha tido aproveitamento superior a 80% da escala de notas ou menções adotadas pelo estabelecimento;

c) o aluno que não se encontre na hipótese da alínea anterior, mas com frequência igual ou superior, ao mínimo estabelecido em cada sistema de ensino pelo respectivo Conselho de Educação, e que demonstre melhoria de aproveitamento após estudos a título de recuperação.

"§ 4º Verificadas as necessárias condições, os sistemas de ensino poderão admitir a adoção de critérios que permitam avanços progressivos dos alunos pela conjugação dos elementos de idade e aproveitamento."

Destacamos um grande avanço, ao considerar a regulamentação do sistema de avaliação, pois observamos que fica agora especificado que os aspectos qualitativos devem superar os aspectos quantitativos. O resultado ao longo do período sobre as eventuais provas finais, ficava a cargo de cada estabelecimento ou rede de ensino. Dentro das normas previstas no regimento escolar, baseado na legislação, a instituição poderia decidir sobre o avanço do aluno, ou seja, o a avaliação do contexto e do processo.

A ideia era que o aluno fosse visto integralmente, quanto aos aspectos cognitivo, afetivo e físico. Sousa (2009, p. 10) cita que, no Parecer nº 360/74, fica evidente que o aproveitamento do aluno deveria ser encarado como um processo de crescimento em todas as áreas do desenvolvimento humano: crescimento físico, mental, social e emocional. É também a LDB nº 5692/71 que regulamenta a recuperação dos estudos, com o objetivo de sanar as dificuldades dos alunos, para, assim, promovê-lo para a série seguinte. Contudo, prevalece ainda a avaliação que inclui provas e testes.

Por muito tempo, o significado e o conceito de avaliação estavam bem definidos e era comum entre os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Dentro da escola, já se sentia como cristalizada a ação de verificar, medir e classificar ao término de uma etapa da suposta aprendizagem do aluno. A avaliação da aprendizagem resultava então numa espécie de sentença final, da qual não se poderia apelar e, assim, foi criado um rótulo negativo para muitos estudantes.

Em 1996, a LDB nº 5.692/71 é reformulada pela LDB nº 9394/96, baseada no princípio do direito universal à educação. Esta segue as determinações da Constituição Federal Brasileira de 1988 e considera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8069/90. De acordo com o Art. 205, "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." E o artigo Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988).

O capítulo IV do ECA, em seu artigo 53, determina que:



A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;" (Inciso III do Artigo 53 da Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 - JusBrasil)

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

No que se refere à avaliação, a LDB nº 9394/96 dispõe em seu artigo 24, inciso V, que a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Com o amparo legal, percebemos novas perspectivas no que se refere à avaliação de aprendizagem, pois a LDB nº 9394/96 ressalta que a avaliação deve ser contínua, cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre as eventuais provas finais.

Diferentemente das leis que a precederam, na LDB nº 9394/96 as instituições têm mais poder de decisão. Os estabelecimentos de ensino podem julgar sobre os itens b, c, e d detalhados anteriormente, porém, ao contrário da LDB nº 5.692/71, agora é obrigatória a frequência mínima de 75% do total de horas letivas para a aprovação do aluno.

Nos dias de hoje, o tema avaliação de aprendizagem tem sido objeto de constantes estudos por parte de teóricos de diferentes tendências pedagógicas e, acredita-se que o caráter de julgamento e sentença estabelecido anteriormente, deve ser

A legislação em vigor e os currículos atuais destacam a importância da avaliação e reforçam seu caráter contínuo, formativo, concebendo-a como mais um elemento do processo de ensino e aprendizagem e permitindo analisar os resultados de ações didáticas e, conseqüentemente, melhorá-las, se necessário.

Nesse sentido, faz-se necessário reflexões constantes sobre a prática avaliativa, com base no diálogo entre diferentes autores, pesquisadores e professores, para que possam iluminar as práticas avaliativas existentes na escola com vistas a redefinir as práticas tradicionais, que, consciente ou inconscientemente, se caracterizam muitas vezes como freios do processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com Luckesi (2005), a forma de avaliar é importante para a efetivação do projeto educacional. É ela que indica aos alunos o que o professor e a escola valorizam como práticas avaliativas. A avaliação é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem e exige dos profissionais envolvidos o preparo técnico e alta capacidade de observação para que se atinjam os objetivos.

Nesse contexto, a avaliação educacional deverá manifestar-se como um instrumento para diagnosticar a situação dentro do contexto de cada realidade escolar, tendo em vista o avanço e o desenvolvimento, não a estagnação disciplinadora e muitas vezes punitiva.

A seguir, apresentamos alguns conceitos de aprendizagem que são constantemente revisitados para refletir, repensar e realizar um processo de avaliação de aprendizagem mais significativo.

### 3.2 (RE) VISITANDO OS CONCEITOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

Quando perguntamos a qualquer pessoa leiga no assunto o que é avaliação de aprendizagem, logo nos deparamos com uma resposta comum, que atravessa o tempo e a história, que a relaciona a provas ou testes de conhecimento. Vemos que este contexto ainda reverbera nas atuais concepções de educação, na nova sociedade do conhecimento, da era tecnológica e digital. Porém, não é recente que grandes estudiosos e autores sobre o assunto destacam que a avaliação não se resume a um mero instrumento de quantificação de questões certas e erradas sobre determinado conteúdo trabalhado em sala de aula. De acordo com Both (2012), por meio da prova, não se torna possível demonstrar caminhos que levam à aprendizagem. As notas ou outros resultados quantitativos de desempenho feitos de forma periódica não apontam caminhos para uma aprendizagem efetiva.

A avaliação de aprendizagem provoca reflexões constantes no coletivo escolar, ela representa o reflexo da concepção que se tem da educação, do ensino e da

sociedade. Ela não é e não pode ser concebida de forma isolada, pois vem imbuída de uma variável ideológica que revela compromissos políticos e valores morais correspondentes a um modelo de sociedade. A avaliação escolar, hoje, só faz sentido se tiver o intuito de buscar caminhos para a melhoria da aprendizagem (HOFFMAN, 1996).

Gasparin (2005) destaca que a avaliação da aprendizagem na concepção dialética é o resultado do conhecimento adquirido pelo aluno para a resolução de problemas. Segundo o autor, na concepção dialética, a proposta pedagógica tem como primeiro passo ver a prática social dos sujeitos da educação, a tomada de consciência sobre esta prática, levando professores e alunos a teorizar sobre a realidade. Desta forma, passar do senso comum para os conhecimentos científicos, retornando à prática social de origem com a perspectiva de uma ação transformadora desta realidade. Sendo assim, com o conhecimento teórico adquirido, o aluno vai atuar sobre seu meio social com um entendimento mais crítico, elaborado e consistente.

Vasconcellos (2005) valida tal conceito, apontando que se deve avaliar para mudar o que tem que ser mudado. A avaliação deve ter efeito prático, ou seja, para o professor mudar a forma de trabalhar, retomando conteúdos, explicando de outra maneira, adequando a forma de organizar o trabalho em sala de aula e dando atenção especial aos alunos que apresentam maior dificuldade; quanto à escola, proporcionar mais condições de estudo, criar espaço para recuperação, rever o currículo, incentivar a integração entre professores e desenvolver sempre alternativas para melhoria do processo de ensino e aprendizagem, envolvendo o coletivo escolar.

A avaliação de aprendizagem do aluno, de acordo com Luckesi (2005), não deve ser o ponto de chegada, mas uma oportunidade de observar se o processo está ocorrendo com qualidade prevista. Estes dados de análise do processo de ensino e aprendizagem são fundamentais para retomar a prática pedagógica de forma mais adequada, uma vez que o objeto da ação avaliativa, no caso a aprendizagem, é dinâmico e, com a função classificatória, a avaliação não auxilia o avanço e o crescimento para a autonomia.

Como vimos até aqui, a avaliação escolar está intimamente ligada à concepção de homem, de educação e de sociedade envolvidos num processo dialético contínuo,

cujo objetivo é acompanhar o processo e coletar as informações necessárias para a melhoria da aprendizagem dos estudantes e a prática pedagógica dos professores, não tendo como princípio uma ação classificatória. A avaliação é uma etapa que faz parte do processo de ensino/aprendizagem na educação escolar e em um novo paradigma. A avaliação da aprendizagem pode ser vista como processo mediador da construção do currículo, relacionando-se intimamente com a gestão de aprendizagem dos alunos, como afirma Perrenoud (1999).

Para esta democratização da avaliação, é necessário transcender da visão classificatória para a diagnóstica, ou seja, ela precisa ser entendida como um instrumento dialético do avanço, um instrumento de identificação de novos rumos para a aprendizagem.

Vários autores conceituam a avaliação de aprendizagem no sentido de processo, desmerecendo a prática classificatória que advém do tempo e tendências da educação. Neste contexto, propõem uma prática de planejamento, ação, reflexão e retomada, com objetivos definidos, com justo valor, com propósito na aprendizagem significativa e libertadora.

Na concepção de Both (2007), a avaliação está vinculada ao processo, em que se direciona a qualidade do desempenho sobre a quantidade de atividades propostas, tanto para o aluno quanto para o professor, ficando em um processo comparativo. Porém, na visão do autor, o foco principal é a qualidade do ensino, ultrapassando os limites da verificação. Demo compactua com esta visão e considera que:

Refletir é também avaliar, e avaliar é também planejar, estabelecer objetivos etc. Daí os critérios de avaliação, que condicionam seus resultados estejam sempre subordinados a finalidades e objetivo previamente estabelecidos para qualquer prática, seja ela educativa, social, política ou outra. (DEMO, 1999, p.01).

De acordo com Luckesi (2005), “a avaliação tem sido definida como um juízo de valor, sobre dados relevantes, para uma tomada de decisão”. Ou seja, a avaliação só tem sentido para que se tomem decisões após o julgamento de valor, deixando de lado a sua dimensão burocrática. A avaliação, assim entendida, permite manter o planejamento ou redimensioná-lo com vistas à melhoria da qualidade do ensino para melhor adequar o ensino aprendizagem. Avaliar, portanto, significa examinar o grau

de adequação com base num conjunto de informação e de critérios apropriados aos objetivos previamente elaborados para uma tomada de decisão.

Libâneo explica que avaliar é uma tarefa complexa e que não pode se resumir à aplicação de provas e atribuições de resultados de forma quantitativa. Os aspectos qualitativos devem se sobrepor aos quantitativos, assim, “a avaliação cumpre funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle em relação as quais se recorrem a instrumentos de verificação do rendimento escolar.” (LIBÂNEO, 1997, p.195).

De acordo com Caldeira (2000, p.122), “a avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica.

Vasconcellos coloca que as concepções contemporâneas priorizam a avaliação do processo de construção do conhecimento, confirmando que este processo se dá em três momentos: síntese, análise e síntese. O educador vai acompanhando a construção do aluno e percebendo o nível de aprendizagem em que ele se encontra (mais ou menos sincrético), bem como “as elaborações sintéticas, ainda que provisórias, possibilitando a interação na perspectiva de superação do senso comum” (VASCONCELLOS, 2005, p.72).

Segundo Perrenoud (1999), “a avaliação da aprendizagem, no novo paradigma, é um processo mediador na construção do currículo e se encontra intimamente relacionada à gestão da aprendizagem dos alunos”.

Hadji (2001) ainda nos aponta que avaliar não é medir um objeto, observar uma situação ou pronunciar um julgamento de valor, mas sim:

(...) “pronunciar-se, tomar partido, sobre a maneira como as expectativas são realizadas; ou seja, sobre a medida na qual uma situação real corresponde a uma situação desejada. Isso implica que se saiba o que se deve desejar (para pronunciar um julgamento sobre o valor, desse ponto de vista, daquilo que existe); e que se observe o real (será preciso coletar observáveis) no eixo desejado.

Analisando os vários conceitos ao que se refere à avaliação, Sant’Anna (2001) destaca que a avaliação da aprendizagem escolar é múltipla, porque não ocorre num único sentido. Não se tem por objetivo identificar apenas o rendimento, domínio ou desenvolvimento de habilidade e competências por parte do aluno. Mas, sobretudo, e paralelamente, o próprio processo educativo, os professores e as metodologias de se avaliar em sua prática pedagógica.

Tais posicionamentos implicam o entendimento de que o processo de avaliação escolar da aprendizagem, ainda que focalize o aluno como elemento de desempenho, na verdade, o que deve estar como elemento de centralização e de atenção maior é o próprio processo educativo, já que, de forma invariável, a aprendizagem do aluno, salvo casos extremos, decorre essencialmente dos procedimentos pelos quais passou no processo de contato, utilização e domínio de formas de conhecimento (BOTH, 2007).

### 3.3 CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM: o que e como avaliar?

Um dos principais entraves à compreensão da avaliação escolar é a sua associação imediata a provas e outros instrumentos avaliativos. Há ainda profissionais da área de educação que reduzem a avaliação escolar a instrumentos avaliativos, quase sempre à prova.

Como já visto nos capítulos anteriores, a avaliação vai muito além da verificação de conhecimento do aluno por meio de provas e testes. Ela é um caminho que tem como o objetivo a aprendizagem do estudante. Mas, então como realizar a avaliação de aprendizagem como processo que provoque o desenvolvimento do educando? Esta resposta pode ser encontrada quando se tem consciência de que a avaliação depende de um conjunto de fatores que permeiam toda a prática educativa, entre eles, os critérios, instrumentos e tipos de avaliação.

Podemos entender por critérios de avaliação de aprendizagem os padrões estabelecidos pelos professores ou instituições de ensino para avaliar o desempenho dos alunos em relação aos objetivos de aprendizagem determinados. Esses critérios podem incluir diferentes elementos, como conhecimento teórico, habilidades práticas, criatividade, pensamento crítico, comunicação e colaboração. Eles ajudam a definir as expectativas claras em relação ao que se espera que os alunos aprendam e como sua aprendizagem será avaliada, permitindo uma avaliação justa e objetiva do desempenho dos estudantes.

De acordo com Sant'Anna (1995), os critérios de avaliação devem ser claros e transparentes, para que os alunos saibam o que se espera deles e possam se

preparar adequadamente. Esses critérios devem estar alinhados com os objetivos de aprendizagem e com as competências que se deseja desenvolver nos alunos.

Além de ter clara a finalidade da avaliação de aprendizagem, o docente precisa conhecer quais são os dados relevantes a serem avaliados, conforme coloca Luckesi (1996). O processo avaliativo deve contemplar o que o aluno sabe ou o que aprendeu, o que ainda não sabe ou ainda não aprendeu, o que deveria saber, o ensino realizado na sala de aula e as experiências anteriores do aluno. O professor precisa definir ainda *como* avaliar, definindo a seleção das técnicas e dos instrumentos de avaliação.

Os diferentes instrumentos de avaliação utilizados na educação apresentam registros de naturezas diversas: aqueles realizados pelo aluno (como provas, cadernos, textos) e aqueles produzidos pelo professor (como pareceres, registros de observação e fichas). No entanto, é importante refletir sobre a elaboração desses instrumentos, considerando sua adequação aos objetivos, conteúdo e metodologia, sua aplicabilidade, correção e devolução dos resultados.

De acordo com Vasconcellos (2003), a reflexão crítica sobre os instrumentos de avaliação leva o professor a questionar como eles são preparados, analisados e corrigidos, como os resultados são comunicados e o que se faz com esses resultados. Todos esses aspectos precisam ser amadurecidos pelo professor, sendo que a elaboração do instrumento é um ponto crucial nesta reflexão. Vasconcellos (2003) destaca alguns critérios que devem ser considerados na elaboração de um instrumento de avaliação, como sua essencialidade, reflexividade, abrangência, contextualização, clareza e compatibilidade com o trabalho realizado pelo professor com o aluno.

Além dos critérios envolvidos na escolha do instrumento de avaliação, o professor dispõe de uma variedade significativa de opções e possibilidades de aplicação na prática educativa, tais como a prova, observação, relatório, conselhos de classe. Para Depresbiteris (2004) e Saverd (2007), instrumentos para a aferição da aprendizagem dos alunos incluem: situação-problema, projetos, estudos de caso, simulações, autoavaliação, mapas conceituais.

Diante de uma situação-problema, de acordo com Meirieu (1998) os sujeitos são mobilizados por uma questão desafiadora, um “enigma”, que provoque a elaboração de um conhecimento. A situação-problema permite que os estudantes

efetuem as operações mentais como consultas, perguntas: “luta-se para desvinculá-los das condições de sua aprendizagem; integra-se aí um trabalho metacognitivo relacionando regularmente os resultados obtidos e os procedimentos utilizados.”(p. 169). Isto é, “aprende-se aí como compreender o mundo; constrói-se a si mesmo da mesma forma que se constrói seu próprio saber, constrói-se a se mesmo autônomo.” (p. 169).

Os projetos podem envolver temas, assuntos ou exploração de problemas reais, com o objetivo de encontrar soluções pertinentes, criativas, baseadas em investigações. Geralmente, mobilizam mais de um aluno, que realizam o estudo, de acordo com um roteiro planejado. Assuntos como meio ambiente favorecem estudos relacionados a diversos campos do conhecimento. Cabe aos alunos encontrarem fontes de estudo, dados, escreverem o relatório, explicarem como realizaram o estudo e que resultados obtiveram.

A realização de estudos de caso são construções de situações de aprendizagem, baseadas em eventos reais ou hipotéticos. Pode tratar-se de uma história, para desafiar os estudantes a buscar a compreensão e solução da situação. De modo geral, essa situação permite várias indicações de solução, criando para os estudantes possibilidades de busca de alternativas de respostas. Pode conter informações simples ou complexas, a critério do professor, como uso de gráficos, tabelas, mapas e figuras para ampliar a descrição. Os casos descrevem um relato de uma situação, incluindo a solução que foi dada para ser analisada pelos estudantes. Alguns casos contêm a procura de uma resposta mais adequada, outros podem instigar a busca de respostas criativas, mas plausíveis, como indica Depresbiteris (2004).

Simulações e dramatizações são espaços protegidos, que criam cenários das práticas. Os estudantes podem usar procedimentos simulados, usando bonecos ou instrumentos que se associam aos propósitos da aprendizagem. A simulação permite aos estudantes vivenciarem a dinâmica que envolve a prática no mesmo formato, as mesmas regras e o mesmo tempo para a realização da atividade proposta. É uma espécie de experimentação, que permite a identificação das áreas em que os estudantes têm mais facilidade e mais dificuldade, para chegar à melhor forma de realizar a atividade. Ainda, preparar emocional e fisicamente, ensinando como se comportar diante de uma prática efetiva.



Os mapas conceituais oportunizam identificar os conhecimentos prévios que compõem a estrutura cognitiva dos estudantes. Geralmente se reportam a conceitos relevantes para a aprendizagem significativa de um tema, partindo de discussões, questionários e situações-problema.

Essa técnica foi desenvolvida por Novak e tem por finalidade a elaboração de relações significativas entre conceitos, na forma de proposições. Uma proposição envolve dois ou mais termos conceituais relacionados por palavras, de modo a formar uma unidade de conhecimentos e conceitos. Na sua forma mais simples, um mapa de conceitos consta apenas de dois conceitos unidos por uma palavra de ligação de modo a formar uma proposição. (NOVAK, 1984. p. 31). Os mapas conceituais podem ser utilizados de diversas formas no processo de ensino e aprendizagem: como instrumento didático de ensino e aprendizagem, para o planejamento curricular, em avaliação, como organizador prévio dos conteúdos, para diagnóstico prévio, como resumo de determinado tema e como forma de aprimorar a recordação sobre um tema. Sua utilização é associada à promoção de uma aprendizagem significativa, pois envolve os estudantes e seu design em formato de gráfico favorece a visualização das conexões entre os conceitos, oportunizando uma síntese de um assunto.

Os portfólios podem ser usados como instrumento de avaliação e contribuem para conduzir os alunos a uma autoavaliação, conforme Alvarenga e Araújo (2006). As autoras ressaltam que portfólios são “uma coletânea das evidências que documentam o desenvolvimento, as competências e as habilidades” dos estudantes (ALVARENGA e ARAÚJO, 2006, p. 142). A decisão sobre *o que* coletar e *como* organizar os documentos que comporão a amostra do portfólio permitem entender o que ocorreu durante o processo de aprendizagem de fatos, conceitos, procedimentos, atitudes como os conhecimentos foram aplicados nas tarefas propostas.

Em alguns casos, segundo Alvarenga e Araújo (2006), coletam-se inclusive os rascunhos, corrigidos pelo professor e pelo próprio estudante para análise do desenvolvimento do trabalho feito. O exame desse material possibilita verificar a dimensão do esforço inicial, da aplicação do conhecimento e das habilidades desenvolvidas no processo de elaboração e reflexões sobre os temas. O material coletado e que compõe o portfólio expressa as evidências que demonstram como a aprendizagem aconteceu, quais conhecimentos foram elaborados e como foram

aplicados. São oportunas as reflexões dos estudantes como indícios e indicadores da construção das aprendizagens de conceituais, atitudes e habilidades. Para Alvarenga e Araújo (2006), há certa insistência na ideia de que o objetivo do portfólio é descrever a extensão da compreensão do estudante a respeito dos conteúdos abordados nas aulas.

A autoavaliação, conforme Depresbiteris (2004), está associada às possibilidades de processos metacognitivos. Envolve situações em que se solicita que os estudantes descrevam as aprendizagens realizadas, as dificuldades sentidas, dúvidas, autocorreções. Pode ser feita como avaliação diagnóstica, antes de executar uma unidade de conteúdo, verificando o que os estudantes já sabem a respeito do assunto, perguntando as informações conhecidas, o que sentem ao trabalhar com essas informações, o que acham mais difícil e o mais fácil sobre o assunto. Depois que o estudo foi feito, questionando o que ajudou na resolução e no entendimento para resolver o problema. Qual foi a parte mais clara do assunto, ou estudo? E a parte mais confusa? O que foi mais difícil? Quais foram os erros cometidos? Qual conceito atribuiu à aprendizagem obtida? Quando usada com frequência, os estudantes contribuem para que o professor possa conhecer melhor as aprendizagens e dificuldades de uma turma.

Ainda, os professores podem realizar pareceres descritivos sobre a aprendizagem dos estudantes como instrumento para indicar os resultados. Os pareceres expressam uma avaliação qualitativa, que busca interpretar e descrever o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes. A sua utilização no ensino fundamental é mais recente, pois propõe uma mudança da avaliação como medida e como registros em notas para uma avaliação expressa em descrição do que e como foi aprendido. Souza (2007, p. 93) indica que sua prática ainda não segue critérios bem definidos, pois a descrição de modo geral é imprecisa e genérica “as avaliações comunicadas nos pareceres não interpretam as aprendizagens do aluno, apenas descrevem as qualidades, o comportamento padrão, ordenam para o desenvolvimento de ações e realizam a classificação do desempenho do aluno nas atividades propostas e nas disciplinas”.

No entanto, é importante ressaltar que este trabalho não pretende se aprofundar na apresentação, caracterização e função de todos os instrumentos de avaliação relevantes para o processo educativo, mas sim, levar o leitor à compreensão

da importância destes elementos, critérios e instrumentos, no processo avaliativo consciente, afetivo, justo e que caminhe com a aprendizagem.

### 3.4 TIPOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO TEÓRICO

Amanhã será dia de prova! Essa expressão pode causar várias e diferentes sensações nos estudantes. Geralmente, não é algo bom e pode até causar um certo mal-estar, ansiedade, medo e outros tipos de sensações só ao ouvir a tal expressão pela professora ou pelo professor. Nessa perspectiva, Hoffmann (2011, p. 51) questiona, “por que permanece tão forte, em nossas escolas, a prática de aulas expositivas e de prova final, apesar dos estudos atuais sobre aprendizagem e avaliação?”

Uma resposta a essa pergunta, a autora afirma que:

O ensino, visando à construção do conhecimento, não nega a importância da aula expositiva, da formalização dos conteúdos pelo professor, mas exige a promoção do debate, da oportunidade de expressão de ideias pelo estudante, do confronto de ideias entre os alunos e entre professor e alunos (HOFFMANN, 2011, p. 55).

Segundo a autora, pode-se identificar duas situações ainda presentes no contexto escolar: “a ênfase excessiva na palavra e no ponto de vista do professor em detrimento ao agir e pensar do estudante, e a concentração de esforços na testagem de resultados finais ao invés da análise de processos de aprendizagem” (HOFFMANN, 2011, p. 51).

Não podemos negar a importância das avaliações no processo de aprendizagem, pois podem servir como referência para os professores, coordenadores e os próprios estudantes, fornecendo parâmetros para entender como está o desenvolvimento da aprendizagem, quais são os pontos fortes, os que precisam ser superados no processo escolar e o momento em que poderá avançar o conteúdo, ou seja, a avaliação é uma via de mão dupla.

Há diferentes maneiras de avaliar e não somente por meio de uma prova, com um único objetivo ou para um único fim, pois, independentemente dos diferentes entendimentos sobre avaliação, “todos a ela se referem como instrumento auxiliar necessário para a tomada de decisões plausíveis” (BOTH, 2017, p. 54). Assim, esse instrumento é alvo de atenção, que, segundo o autor, desde as épocas mais remotas

até as atuais “concebem o processo avaliativo na aprendizagem como fator de desenvolvimento – a avaliação considerada como regulação de um conjunto de processos que provocam o desenvolvimento do aluno.” (2017, p. 54).

Neste estudo, apresentaremos alguns tipos de avaliações internas: diagnóstica, formativa, somativa e comparativa. Esclarecemos que há duas categorias de avaliação, a interna e externa. Esta última se refere às avaliações aplicadas em larga escala e geralmente fora do ambiente escolar, como é o caso do Saeb (*Sistema de Avaliação da Educação Básica*), que segundo o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) “é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante”. Já as avaliações internas de aprendizagem correspondem àquelas aplicadas dentro das instituições educacionais, cujo objetivo é acompanhar o desempenho dos estudantes nas disciplinas curriculares. Esse tipo de avaliação faz parte do planejamento pedagógico.

A seguir, apresentamos sucintamente os tipos de avaliações de aprendizagem: diagnóstica, formativa, somativa, comparativa e cumulativa, foco deste estudo.

A avaliação diagnóstica, de acordo com Luckesi (2005, p.81), “deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem”. Nessa perspectiva, a avaliação diagnóstica consiste em uma investigação realizada pelo docente em relação ao nível de aprendizagem do estudante. Conforme Luckesi (2005, p. 82), “essa forma de entender, propor e realizar a avaliação da aprendizagem exige que ela seja um instrumento auxiliar da aprendizagem e não um instrumento de aprovação ou reprovação dos alunos.” Assim, entendemos que a avaliação diagnóstica não tem a função classificatória, mas sim, a de identificar os níveis de desenvolvimento e aprendizagem em que o aluno se encontra, para que, assim, possam ser tomadas decisões em relação às práticas docentes no processo de ensino para uma aprendizagem significativa. Portanto, essa avaliação visa à análise do processo de desenvolvimento dos alunos. Esse tipo de avaliação possibilita identificar os pontos fortes e os que precisam ser superados de cada estudante, como meio de dados para perspectivas ações pedagógicas que contribuam nesse

processo, de acordo com as necessidades de cada um. Esse tipo de avaliação pode ser apresentado em forma de provas escritas, orais, on-line etc.

A avaliação formativa, segundo Romanowski e Cortelazzo (2004, p. 90), “é que procura acompanhar o desempenho do aluno no decorrer do processo de aprender”. Esse tipo de avaliação está relacionado ao ato de o professor refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem a partir da própria prática pedagógica, pois percebe a importância de aperfeiçoar suas ações didáticas como meio de sanar dúvidas e corresponder às necessidades de aprendizagem dos alunos. É esse tipo de avaliação possibilita o “estudo contínuo e sistemático do aluno, para que sua aprendizagem possa avançar em direção aos objetivos estabelecidos [...]” (HAYDT 2011, p. 220). Dessa maneira, a avaliação funciona como um mediador do processo de ensino-aprendizagem, pois conduz professor e aluno a refletirem e autoavaliarem-se constantemente. Assim, é na prática que ambos têm maior percepção dos avanços e desafios sobre o desenvolvimento de aprendizagem e das metodologias de ensino.

A avaliação formativa pode ser aplicada de diferentes maneiras, pois se constitui um processo constante, em que se utilizam instrumentos diversificados, possibilitando ao professor mapear o desenvolvimento de aprendizagem do aluno e, dessa maneira, orientar o trabalho docente para que o professor desenvolva estratégias pedagógicas mais assertivas. Nessa perspectiva, a avaliação formativa promove situações que ajudam o professor a entender o perfil de cada aluno e ao mesmo tempo favorece ao aluno, entender a melhor maneira e estratégias de aprendizagem, de acordo com as suas especificidades.

A avaliação somativa tem como característica avaliar o desempenho do aluno adquirido ao final de um processo, ou seja, o resultado ao final de um bimestre, ou do trimestre, semestre e ao final do ano. De acordo com Romanowski e Cortelazzo (2004, p.90), “visa indicar os resultados obtidos para definir a continuidade dos estudos, isto é, indica se o aluno foi ou não aprovado”. Assim, o professor verifica as habilidades e competências de cada aluno em relação aos componentes curriculares ao final de determinado processo, o que cada um atingiu e projeta, planeja quais metodologias e estratégias de ensino serão necessárias para atingir novos objetivos de aprendizagem até o próximo período estabelecido.

A avaliação comparativa é muito semelhante à somativa, pois geralmente é realizada ao fim de um determinado processo. A avaliação comparativa, conforme o próprio nome, compara o resultado de aproveitamento do aluno a partir de uma estratégia metodológica que pode ser numa mesma aula (ao comparar os conhecimentos sobre determinado conteúdo no início da aula e ao final dela). Também pode ser comparado o resultado do desempenho do aluno em relação a um bimestre, trimestre, semestre ou ano ao final de cada um desses períodos. Ou seja, consiste em comparar a aquisição de conhecimentos adquiridos, sua evolução (ou não) no contexto escolar e, assim, o professor poderá utilizar estratégias metodológicas e avaliativas para a próxima avaliação, rever o que foi superado e as habilidades que precisarão ser desenvolvidas a cada período. Esse tipo de avaliação pode ser realizado a partir de resumos de conteúdo, testes, relatórios entre outras possibilidades.

De acordo com Santos (2005, p. 24) a avaliação cumulativa corresponde a “acumulação de dados coletados através de um acompanhamento sistêmico relacionado à aprendizagem”. Sobre essa avaliação, com base na LDB 9394/96, é uma avaliação com foco no desempenho do aluno e prioriza os aspectos qualitativos em relação aos quantitativos (BRASIL, 1996, p. 10). Assim, a avaliação cumulativa apresenta uma característica contínua de acompanhamento constante, diário e gradativo quanto aos conhecimentos dos alunos nos períodos de aula.

Segundo Luckesi (1995, p. 66), a avaliação da aprendizagem existe propriamente para garantir a qualidade de aprendizagem do aluno. Ela tem a função de possibilitar uma qualificação da aprendizagem do educando. O autor destaca que se trata de qualificação do educando e não de classificação.

Nesse sentido, consideramos importante refletir sobre cada contexto, cada realidade escolar e em cada estudante, especialmente no que se refere à avaliação numa perspectiva de caráter construtivo de aprendizagem (BOTH, 2017, p. 81).

A seguir, apresentamos um quadro síntese dos quatro tipos de avaliações supracitados.

Quadro 2 - Síntese dos tipos de avaliações de aprendizagem

<b>TIPO DE AVALIAÇÃO</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>PARA QUE SERVE</b>	<b>QUANDO APLICAR</b>	<b>INSTRUMENTOS DE APLICAÇÃO</b>
<b>DIAGNÓSTICA</b>	Identificar conteúdos em que os alunos possuem aptidão e possíveis defasagens.	Entender e identificar conteúdos em que os alunos possuem aptidão e possíveis defasagens.	Antes de iniciar o processo de aprendizagem escolar.	Provas escritas, provas orais, provas on-line, sondagens e simulados.
<b>FORMATIVA</b>	Promover o acompanhamento e verificar se os alunos estão alcançando os objetivos propostos.	Fornecer aos alunos e professores um feedback quanto ao progresso durante o processo de aprendizagem	Durante todo o processo de aprendizagem.	Estudos de caso, lista de exercícios, seminários, autoavaliação entre outros.
<b>SOMATIVA</b>	Examinar o desempenho de aprendizagem dos alunos	Entender se o aluno tem domínio de conteúdo ou não.	Ao final de um conteúdo, de um período ou de uma etapa educativa.	Exercícios de múltipla escolha, atividades com respostas dissertativas e outras com foco no conteúdo.
<b>COMPARATIVA</b>	Comparar o aproveitamento do aluno de um período em relação a outro período .	Verificar o conteúdo que os alunos já dominam e os que precisam superar.	Aplicada durante ou depois de uma aula ou período final..	Resumos de conteúdo, testes, relatórios entre outros.
<b>CUMULATIVA</b>	Acompanhar a aprendizagem dos alunos a partir da cumulação de dados coletados no dia a dia. Tem como propósito a culminância, ou seja, considerar o melhor desempenho do estudante em seu processo de aprendizagem. É contrária à divisão de resultados para a composição de médias.	Verificar a aprendizagem dos alunos por meio de acompanhamento diário.	Realizada diariamente, processo constante, gradativo com foco nos resultados qualitativos.	Atividades diárias.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

O Quadro 2 representa uma síntese dos tipos de avaliações mais comuns no contexto escolar. Corroboramos com Both (2017, 82), ao considerar que as diferentes modalidades de avaliação se caracterizam por corresponder aos posicionamentos

adotados para o direcionamento das convicções defendidas no tocante ao papel do processo avaliativo no contexto de ensino-aprendizagem.

Ao nos referirmos à avaliação dentro do contexto escolar, não nos limitamos apenas ao espaço físico da sala de aula. Esse espaço avançou para os ambientes virtuais, salas virtuais, aulas on-line, conseqüentemente para as avaliações também. Todo esse cenário escolar para a Educação Básica foi redimensionado drasticamente com a pandemia causada pela COVID-19, principalmente no período de 2020 e 2021. A seguir, apresentaremos um breve retrato no que se refere às tecnologias e à avaliação de aprendizagem no processo educacional da Educação Básica.

### 3.5 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM E AS TECNOLOGIAS: DESAFIOS DO PROCESSO EDUCATIVO NO PERÍODO PANDÊMICO

A importância das tecnologias vem crescendo cada vez mais e com maior intensidade nas diversas áreas da sociedade, inclusive na educação. O uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) vem acontecendo no ambiente educacional há algum tempo, principalmente com a expansão do Ensino a Distância (EaD) em nível de educação superior e um pouco mais timidamente nas escolas da educação básica.

Projetos políticos pedagógicos, planejamentos, recursos teórico-metodológicos, reuniões pedagógicas, metodologias e estratégias de ensino, de avaliação e até o uso de algumas tecnologias são assuntos presentes nas escolas, porém, não estava planejado vivenciar uma pandemia mundial em pleno século XXI. Sim, essa situação não estava em nenhuma pauta de reunião pedagógica no ano de 2020. Mas ela veio e modificou as vidas de todas as pessoas.

Nesse contexto, a educação também refletiu fortemente os efeitos de uma pandemia. Assim, professores e professoras, crianças, jovens e familiares precisaram entender e se apropriar rapidamente do uso de algumas tecnologias para a continuidade das atividades escolares, mas nesse momento, sem sair de casa. A escola se reduziu à tela do computador, de tablet e smartphones. De repente, professores estavam nas salas ou nos espaços das casas das famílias de seus estudantes e, do mesmo modo, estudantes estavam na casa, no espaço íntimo do



professor, da professora, todos compartilhando uma sala de aula virtual, mas sem um “planejamento” para essa nova metodologia. A necessidade de internet e recursos tecnológicos atingiu tanto a estudantes quanto a professores e gestores das escolas e instituições educacionais. Assim se iniciou um período em que as relações sociais tão compartilhadas no contexto educacional passaram a acontecer pelo mundo virtual, pelas telinhas, devido ao isolamento social. Em meio a muitos conflitos, medo, dúvidas, o ensino remoto representava um meio de seguir com as atividades escolares dentro da rotina de cada estudante e profissionais.

Nunca foi tão necessário o uso das tecnologias na Educação nesse caso, num ambiente externo à escola. Esse processo se iniciou com quem tinha o recurso necessário para participar da aula, seja professor ou estudante, pois o computador, tablet, smartphone e internet foram instrumentos necessários, imprescindíveis para o processo de ensino-aprendizagem nesse período. Muitas pessoas estudaram, sentiram dificuldades, se aperfeiçoaram, compartilharam, ensinaram e trocaram experiências de ensino por meio das aulas on-line.

Todos os níveis da educação básica tiveram que passar por essa prova, sim! “Cessa a educação presencial. Um direito básico” (FALCÃO, 2020, p.113). E assim foi por vários meses.

Então, qual o papel da tecnologia na educação nesse período? Segundo Falcão (2020, p. 114), “... foi o meio e a escola teve de ser reinventada”. Foi o meio para que, por alguns instantes e de alguma forma, houvesse uma rotina que aproximava da vida escolar, com horário de início, intervalo e final de aula, tarefa de casa, assim, tudo com os portões das escolas fechados e as telas abertas.

Segundo Palfrey e Grasser (2011, p. 221 “a tecnologia desempenha um enorme papel, tanto como fonte de problema de sobrecarga de informações quanto como o principal modo de enfrentá-la”. Assim, tantos milhões de pessoas com acesso às tecnologias como meio de estar, de fazer parte da sala de aula, agora sala on-line. Desse modo, redes, sistemas, plataformas, internet para tantas milhões de pessoas ao mesmo tempo. Aulas pausadas, interrompidas...melhor por uma sobrecarga do sistema do que por outro motivo, que faz lembrar ou sentir o período pandêmico.

Esse foi um breve cenário do período escolar em pandemia. Mesmo nessa situação inimaginável foi preciso nos reorientar, reconfigurar o GPS da educação e das nossas vidas, do planeta e agir em um tempo muito rápido para as “aulas

emergenciais remotas mediadas pelas tecnologias disponíveis em cada contexto” (GOIS, 2020, p. 107).

Não tem como pensar a escola, o sistema educacional e o processo de ensino-aprendizagem sem pensar em avaliação da aprendizagem. Isso tudo “diante de um problema grave, súbito e inesperado, foi preciso encontrar não as soluções perfeitas, mas aquelas que estavam disponíveis no momento” (GOIS, 2020, p. 8). Num cenário ideal, destaca Gois, (2020, p. 108) “as tecnologias seriam testadas e mapeadas, conteúdos adaptados para outros formatos, professores receberiam treinamento, alunos e famílias teriam tempo para se adaptar à nova rotina”. Como sabemos, nada disso foi planejado para acontecer, mas esse foi um dos meios para manter um engajamento possível, um meio mais sensato para o momento, mas que “não isenta de prejuízos”, complementa o autor (GOIS, 2020, p. 108).

Mesmo com todo esse cenário do inesperado, foi necessário repensar tantas coisas, assim como a educação. Dentro do contexto educacional, é imprescindível pensar a avaliação da aprendizagem, o que é um tema de muitos debates em tempos de não pandemia. Imaginemos a inquietação ao abordar a avaliação em um período de aulas remotas em um contexto tão desafiador. Nessa perspectiva questionamos o que avaliar, como avaliar e para que avaliar e quem avaliar nesse período de turbulência mundial.

#### **4. ANÁLISE DOS DADOS: o que revelam os documentos oficiais da Secretaria de Educação do Estado do Paraná âmbito da avaliação de aprendizagem**

Neste capítulo, apresentamos as concepções de avaliação expressadas nos documentos da SEED/PR. Neste caso, a INSTRUÇÃO N.º 01/2017 – SUED/SEED Paraná. Encontramos mais documentos sobre avaliações, no entanto, referem-se às avaliações em larga escala (externa) e avaliações institucionais, como não é o foco deste estudo, nos limitamos somente às concepções de avaliação de aprendizagem e/ou avaliação educacional.

Para uma análise em nível nacional, ressaltamos que a avaliação da aprendizagem, de acordo com a LDBEN 9.394/96, é norteada pelos artigos 24 e 31 que orientam o Ensino Fundamental e Médio, organizada de acordo com regras comuns a essas duas etapas que se complementam. Nessa perspectiva nacional, a

BNCC apresenta uma concepção de avaliação que visa “construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos (BRASIL, p. 19, 2017).

#### 4.1 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DO ESTADO DO PARANÁ

No caso específico do Estado do Paraná, a concepção de avaliação de aprendizagem de acordo com a c – SUED/SEED Paraná, que está organizada em seis itens. Mas destacaremos neste estudo os dois primeiros, pois são os que retratam a concepção de avaliação da aprendizagem. No item 1 e no item 2 se refere à recuperação de estudos.

Nesse documento, a avaliação da aprendizagem é entendida como:

(...) um dos aspectos do ensino pelo qual o(a) professor(a) estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos(as) estudantes, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor (Instrução N.º 01/2017 – SUED/SEED p. 2, 2017).

Ainda, a Instrução N.º 01/2017 – SUED/SEED complementa a concepção de avaliação da aprendizagem com uma sequência de dez subitens, a seguir:

1.2 A avaliação do aproveitamento escolar deverá incidir sobre o desempenho do(a) estudante em diferentes situações de aprendizagem. 1.3 A avaliação utilizará técnicas e instrumentos diversificados, sendo vedado submeter o(a) estudante a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação. 1.4 Para que a avaliação cumpra sua finalidade educativa, deverá ser contínua, permanente, cumulativa e diagnóstica, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento educacional do(a) estudante, considerando suas características individuais em relação ao conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Nesse contexto, nos respaldamos em Both (2017, p. 81), ao considerar que o documento apresenta uma concepção de avaliação numa perspectiva de caráter construtivo de aprendizagem, ou seja, a avaliação da aprendizagem existe propriamente para garantir a qualidade de aprendizagem do aluno (LUCKESI, 1995, p. 66).

Essas definições de avaliação do Estado do Paraná indicam que a avaliação está centrada no desempenho, isto é, na expressão de aprendizagem dos estudantes em diferentes oportunidades e com diferentes instrumentos como o recomendado pelos pesquisadores deste assunto. Both (2007) afirma que a avaliação vem atrelada ao processo, em que se direciona a qualidade do desempenho sobre a quantidade de atividades propostas.

Em relação à operacionalização da avaliação, as orientações da Instrução N.º 01/2017 SEED-PR recomendam a avaliação no decorrer do processo, mas com períodos de fechamento e registro que mantém uma avaliação somativa periódica como segue no item 1.5.

1.5 Os resultados das atividades avaliativas serão analisados no decorrer do período letivo (bimestre, trimestre, semestre), observando os avanços e as necessidades detectadas, para estabelecer novas ações pedagógicas

1.6 Caberá à instituição de ensino, determinar em seu Regimento Escolar, o sistema de avaliação adotado em consonância com as concepções presentes no Projeto Político Pedagógico e a quantidade mínima de instrumentos avaliativos previstos para cada período avaliativo, com a respectiva regra de cálculo, conforme: a) para a aprovação exige-se média igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) no cômputo geral (total de horas letivas); b) para a composição da média do período avaliativo (bimestre, trimestre ou semestre), deverá ser, obrigatoriamente, proporcionado ao(a) estudante no mínimo 02 (dois) instrumentos de avaliação e 02 (dois) instrumentos de recuperação de estudos; c) A composição da média do período avaliativo (bimestre, trimestre ou semestre) deverá ser previamente definida pelo colegiado da instituição de ensino, descrita no Regimento Escolar e utilizada igualmente por todas as disciplinas em todas as atividades pedagógicas. 1.7 A avaliação da aprendizagem, quando expressa por nota, deverá ter os registros em uma escala de 0 (zero) a 10,0 (dez vírgula zero). o 02 (dois) instrumentos de avaliação e 02 (dois) instrumentos de recuperação de estudos; c) A composição da média do período avaliativo (bimestre, trimestre ou semestre) deverá ser previamente definida pelo colegiado da instituição de ensino, descrita no Regimento Escolar e utilizada igualmente por todas as disciplinas em todas as atividades pedagógicas.

Aqui, entendemos a autonomia quanto à definição sobre as notas mínimas, instrumentos de avaliação (quantidade e tipo) e frequência, pelos estabelecimentos de ensino, de acordo com o Regimento escolar e constantes do Projeto Político Pedagógico. Percebemos que não se adota o conceito de avaliação cumulativa, de trabalho diário, constante e contínuo (BRASIL, 1996, p. 10) e se aproxima mais de uma avaliação somativa que “visa indicar os resultados obtidos para definir a continuidade dos estudos, isto é, indica se o aluno foi ou não aprovado” (ROMANOWSKI; CORTELAZZO, 2004, p. 90). Ressaltamos a importância e

necessidade quanto à recuperação, que no documento indica a prática de dois instrumentos para tal em cada bimestre ou trimestre de acordo com o Regimento Escolar e que a recuperação ocorra em todas as disciplinas. Aqui, destaca mais uma característica de uma avaliação somativa com vistas à manutenção de resultados expressos quantitativamente.

1.8 Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o registro da avaliação dar-se-á através de parecer descritivo (parcial e final), nota, conceito, sobre o desenvolvimento do(a) estudante, a ser emitido pelo(a) próprio(a) professor(a), considerando os aspectos qualitativos acumulados ao longo do processo de ensino e aprendizagem.

Ressaltamos que nesse subitem, referente aos anos iniciais do Ensino Fundamental, é nítida a diferença do tipo de avaliação, pois apresenta uma característica de avaliação formativa, com foco no processo e nos aspectos qualitativos.

1.9 A disciplina de Ensino Religioso, apesar da obrigatoriedade do registro da avaliação, não se constitui objeto de retenção do aluno.

É curioso refletir sobre a intencionalidade da avaliação da disciplina de Ensino Religioso, pois, embora seja obrigatória, o aluno não corre risco de reprovação e essa condição ocorre somente nesta disciplina.

1.10 O processo de avaliação, bem como as estratégias de recuperação de estudos, deve ser estabelecido previamente no Plano de Trabalho Docente, em função dos critérios de avaliação definidos a partir dos conteúdos das disciplinas.

Segundo Luckesi (2005, p. 82), a “forma de entender, propor e realizar a avaliação da aprendizagem exige que ela seja um instrumento auxiliar da aprendizagem e não um instrumento de aprovação ou reprovação dos alunos”, por isso destacamos a importância da realização de uma avaliação planejada e a necessidade quanto aos critérios bem definidos.

Depois de apresentar a concepção e questões diretamente relacionadas à avaliação da aprendizagem como técnicas, instrumentos, nota, estratégias de recuperação, entre outras, o documento apresenta um item sobre a recuperação de estudos, que está organizado em sete subitens:

2.1 A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo de ensino-aprendizagem, realizada ao longo do período (bimestre/ trimestre/semestre), assegurando ao(a) estudante, novas oportunidades de aprendizagem dos conteúdos não-apreendidos, ficando

vedada a aplicação de novo instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos.

Desse modo, a recuperação integra todo o processo e não só o final. Assim aproxima-se de uma avaliação formativa que “procura acompanhar o desempenho do aluno no decorrer do processo de aprender” (ROMANOWSKI; CORTELAZZO, 2004, P. 90).

2.2 A recuperação deve ser entendida como um dos aspectos do processo ensino-aprendizagem pelo qual o(a) professor(a) reorganizará sua metodologia em função das dificuldades dos(as) estudantes, de forma a oportunizar a todos(as) a apropriação efetiva dos conteúdos.

Aqui percebemos a centralidade no domínio dos conteúdos e não em uma avaliação por competência, como preconiza a BNCC.

2.3 A recuperação de estudos, bem com a sua oferta, é direito de todos(as) os (as) estudantes, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, sendo sua oferta obrigatória.

Nesse subitem destacamos a extrema importância de valorizar o processo de não discriminação dos estudantes.

2.4 É vedado oportunizar um único momento de recuperação de estudos ao longo do período de avaliação (bimestre, trimestre ou semestre), considerando que o processo visa recuperar 100% (cem por cento), ou seja, a totalidade dos conteúdos trabalhados.

Como já apontado no item 2.1, este também destaca o acompanhamento permanente do desempenho dos estudantes em uma perspectiva de avaliação formativa.

2.5 Caso o(a) estudante tenha obtido, no processo de recuperação, um valor acima daquele anteriormente atribuído, a nota deverá ser substitutiva, uma vez que o maior valor expressa o melhor momento do(a) estudante em relação à aprendizagem dos conteúdos.

Embora no processo de periodização são estabelecidos momentos de fechamento, o que aproxima de uma característica de avaliação somativa, este item ressalta o resultado cumulativo, pois considera o melhor momento do estudante no processo de aprendizagem.

2.6 A proposta de recuperação de estudos deverá indicar os conteúdos da disciplina em que o aproveitamento do(a) estudante foi considerado insatisfatório, por meio de procedimentos didáticos-metodológicos diversificados, utilizando-se de novos instrumentos avaliativos, com a finalidade de atender aos critérios de aprendizagem de cada conteúdo.

2.7 Os resultados da recuperação serão incorporados às avaliações efetuadas durante o período, constituindo-se em mais um componente do aproveitamento escolar, sendo obrigatória a sua anotação no Livro Registro de Classe ou Registro de Classe Online, tomado na sua melhor forma.

Os dois últimos subitens apresentam novamente a centralidade no domínio dos conteúdos, o que reflete uma avaliação de característica tradicional. Nesse contexto, destacamos a concepção de avaliação de aprendizagem do Estado do Paraná como um processo que visa acompanhar, aperfeiçoar, diagnosticar e medir o progresso da aprendizagem dos estudantes. Percebemos que há necessidade de um avanço ainda mais significativo quanto à avaliação de aprendizagem, pois há características de uma perspectiva tradicional de avaliação. Por outro lado, há evidências importantes de um avanço quanto a um processo de avaliação contínuo numa perspectiva formativa. Assim, evidenciamos nuances de um avanço em relação a uma avaliação com foco na aprendizagem dos estudantes com foco no processo contínuo com ênfase na qualidade.

#### 4.2 OS DOCUMENTOS EXPEDIDOS PELA SEED/PR NO CONTEXTO PANDÊMICO E OS DIRECIONAMENTOS NO PROCESSO AVALIATIVO DE APRENDIZAGEM

A situação emergencial instalada a partir do cenário pandêmico provocado pela crise sanitária da Covid 19, em março de 2020, exigiu muito de todos os profissionais envolvidos com a Educação. Porém, os educadores integrantes da SEED/PR tiveram seus desafios maximizados no sentido de orientar a prática pedagógica, formulando documentos oficiais que norteassem as ações nas escolas, considerando o período de fechamento, o retorno as atividades não presenciais e posteriormente o ensino híbrido.

Nesta investigação, ao focalizar a análise desses documentos, conforme indicado nos itens anteriores, já na pré-seleção dos materiais e leitura flutuante dos documentos, foi possível depreender que a política emergencial adotada privilegiou um posicionamento mais administrativo e legislativo do que didático para conduzir e orientar as escolas durante a Pandemia da Covid-19. Em sua maioria, os documentos da SEED/PR são caracterizados como resoluções, deliberações,

pareceres, portarias, ofícios, comunicados e instruções normativas numeradas. E numa lógica hierárquica, uma substitui a outra em caso de mudança de conteúdo e de encaminhamento de ações. A SEED e os outros órgãos vinculados se posicionam a respeito da situação da educação no momento de pandemia com documentos legais, dentre eles, está o Conselho Estadual de Educação que delibera várias ações propostas para o ensino em tempo de calamidade pública.

Destaca-se aqui que a busca nesta investigação pelos documentos foi focada em fontes on-line e digitais públicas, de livre acesso, nos portais oficiais ou relacionados à SEED/PR. Dentre os canais, podemos citar o portal do Governo do Estado do Paraná, que contém todas as comunicações das áreas administrativas, de educação e legislação, os sites dos núcleos regionais de educação e o portal Dia a Dia Educação.

De modo geral, os documentos expedidos pela SEED e por seus setores complementares, como departamentos e núcleos de educação, orientam todos os processos, desde questões envolvendo a alimentação – merenda escolar, calendário escolar, escalas de trabalho, contratação de pessoal especializado, encaminhamentos pedagógicos e de avaliação. No estudo em foco foram priorizados os documentos que contemplam a avaliação educacional ou de aprendizagem nos anos de 2020 e 2021. Em nosso caso, vamos nos ater aos documentos que contemplam a avaliação educacional ou de aprendizagem nos anos de 2020 e 2021. O corpus da pesquisa foi organizado, conforme quadros 3 e 4.

Quadro 3 - Documentos selecionados para a análise com base no ano de 2020

31/03 - Deliberação n.º 01/2020 – CEE/PR - Instituição de regime especial para o desenvolvimento das atividades escolares no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Paraná em decorrência da legislação específica sobre a pandemia causada pelo Novo Coronavírus – COVID - 19 e outras providências.
03/04 – Resolução nº 1.016/2020 – GS/SEED – Estabelece em regime especial as atividades escolares na forma de aulas não presenciais, em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19. Estabelece, em caráter excepcional, o regime especial para a oferta de atividades escolares na forma de aulas não presenciais, em conformidade com o disposto na Deliberação n.º 01/2020 – CEE/PR. Publicado no Diário Oficial nº. 10648 de 3 de abril de 2020 Replicação no Diário Oficial nº. 10663 de 6 de Abril de 2020 Replicação versão final no Diário Oficial nº. 10665 de 8 de abril de 2020.
15/04 – Orientação nº 02/2020 DPGE/SEED – questões educacionais específicas (modalidades, conteúdos, atividades, acesso) – Componente Curricular para as Atividades Não Presenciais.
28/04 – Orientação nº 04/2020 – SEED/DPGE/DLE/CDE – Orienta sobre os <b>registros no LRCO</b> (Livro Registro de Classe Online) para a Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná para o período de enfrentamento ao surto do novo Coronavírus (Covid-19).



04/09 - Deliberação nº 05/2020 – CEE/PR Normas para o retorno das aulas presenciais no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, no ano letivo de 2020.
06/05 – Ofício Circular n.º 040/2020 – DEDUC/SEED Assunto: Planejamento de avaliações durante a pandemia do Covid-19.
07/05 – Comunicado nº 06/2020 – CDE/DLE/DPGE/SEED – registro de frequência, conteúdos e avaliações.
26/05 – Comunicado nº 07/2020 – CDE/DLE/DPGE/SEED – informações complementares para os registros de frequência, conteúdos e avaliações no LRCO.
29/05 – Ofício Circular n.º 047/2020 – DEDUC/SEED – Retomada de conteúdo do 1º trimestre na semana do dia 01 a 05 de junho de 2020
01/06 – Ofício Circular n.º 048/2020 – DEDUC/SEED – Orientações para a realização do Conselho de Classe do 1º trimestre de 2020.
Deliberação n.º 09/2020 – CEE/SEED - Alteração da Deliberação 01/20, criando condições para a conclusão do ano letivo de 2020.
Orientação Conjunta nº 012/2020 – Deduc/DPGE/DTI/Seed - Orienta as escolas estaduais e os Núcleos Regionais de Educação (NREs) quanto aos encaminhamentos para o encerramento do ano e a validação da carga horária referente ao Calendário Escolar de 2020.
20/11 – Ofício Circular n.º 083/2020 – DEDUC/SEED – Se liga é tempo de aprender. Proposta de recuperação de estudos.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

#### Quadro 4 - Documentos selecionados para a análise com base no ano de 2021

05/02 - Deliberação 01/2021 – CEE/PR - Normas para a organização do ensino híbrido e outras providências, em vista do caráter excepcional, no ano letivo de 2021, no Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná.
09/02 - Resolução 673/2021 – GS/SEED - Estabelece as atividades escolares na forma presencial e não presencial síncrona para o ano letivo de 2021.
Orientação nº 003/2021 - Deduc/Seed - Orienta pedagogicamente os Núcleos Regionais de Educação (NRE) e as escolas públicas estaduais quanto aos encaminhamentos contidos na Resolução n.º 673/2021 – GS/Seed.
Orientação nº 07/2021 – Seed/Deduc/DEP - Orienta sobre a finalização do primeiro semestre (2021-1), para as turmas de continuidade durante o período de pandemia causada pelo novo Coronavírus - Covid-19.
Orientação Conjunta nº 011/2021 - Deduc/DPGE/DTI/Seed - Orienta as instituições de ensino da rede pública estadual e os Núcleos Regionais de Educação (NRE) sobre os encaminhamentos para o encerramento do ano letivo de 2021.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Na análise, com base nos quadros 3 e 4, organizamos cinco grupos e novos quadros com a síntese e dados que evidenciam questões relacionadas à avaliação de aprendizagem e o que revelam os documentos.

### 4.3 RECOMENDAÇÕES A PARTIR DOS DOCUMENTOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

Esse item expressa a análise do conteúdo dos documentos expedidos pela Secretaria do Estado do Paraná para orientar o sistema de ensino da Educação Básica das escolas estaduais da rede públicas durante o período da Pandemia da COVID-19. Para essa análise, será feita uma primeira indicação das palavras mais presentes nesses documentos com o auxílio do aplicativo Voyant Tools. Na sequência uma pré-análise foi realizada na própria seleção dos documentos pela leitura dos seus títulos e uma leitura flutuante de conteúdo para identificar quais documentos seriam analisados. Os resultados desta primeira leitura compõem o quadro 1 e o quadro 2.

Em seguida, pela nuvem de palavras verifica-se que o documento prioriza a avaliação da aprendizagem. Uma terceira leitura foi necessária para depreender as unidades de registro por temas existentes nos documentos que permitem combinar as nuvens de palavras com a leitura de compreensão do conteúdo.

A partir dos Quadros 2 e 3, sentimos a necessidade de organizar um terceiro quadro para a análise. Assim, o Quadro 4 apresenta um agrupamento dos documentos de acordo com cada tipo. Dessa maneira, a análise será realizada sobre o grupo de documentos afins, e destacaremos o foco desses, organizando-os por tipos de documentos, no que se referem à avaliação.

Quadro 5 - Tipos de documentos para análise

<b>TIPO DE DOCUMENTO</b>	<b>QUANTIDADE DE DOCUMENTOS</b>	<b>ANO</b>	<b>QUANTIDADE DE DOCUMENTOS</b>	<b>ANO</b>
Orientação	3	2020	3	2021
Deliberação	3	2020	1	2021
Ofício	4	2020	0	2021
Comunicado	2	2020	0	2021
Resolução	1	2020	1	2021

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

O Quadro 5 destaca cinco grupos com os tipos de documentos denominados: Orientação, Deliberação, Ofício, Comunicado e Resolução. Um total de 18 documentos relacionados às questões educacionais sobre os efeitos diretos da pandemia causada pelo Novo Coronavírus, COVID-19. Neste estudo, nos referimos aos efeitos diretos da Covid-19 pois, os efeitos colaterais foram e estão sendo mais evidenciados após a vacinação, rotina regular da educação básica presencial a partir

de 2022. Nesta pesquisa os documentos selecionados serão analisados com os holofotes na avaliação de aprendizagem.

Nessa perspectiva, nos debruçamos sobre cada um dos tipos de documento e apresentamos a análise de acordo com a sequência respectiva do Quadro 3 seguida da nuvem que ilustra esse processo.

#### 4.3.1 Tipo de documento: Orientação

Apresentamos o quadro 6 com o tipo de documento denominado “Orientação”, o ano e uma síntese em formato de palavras-chave, assim acontecerá com as demais categorias. Posteriormente, explanamos o conteúdo relacionado à avaliação de aprendizagem, presente, ou não, nos documentos.

Quadro 6 - Tipo de documento: Orientação

TIPO DE DOCUMENTO	ANO	PALAVRAS-CHAVE
Orientação n° 02/2020 DPGE/SEED	2020	Componente curricular para as atividades não presenciais.
Orientação n° 04/2020 – SEED/DPGE/DLE/CDE	2020	Registros no LRCO (Livro Registro de Classe Online).
Orientação Conjunta n° 012/2020 – Deduc/DPGE/DTI/Seed	2020	Encaminhamentos para o encerramento do ano e a validação da carga horária referente ao Calendário Escolar de 2020.
Orientação n° 003/2021 - Deduc/Seed	2021	Orienta pedagogicamente os Núcleos Regionais de Educação (NRE) e as escolas públicas estaduais quanto aos encaminhamentos contidos na Resolução n.º 673/2021 – GS/Seed.
Orientação n° 07/2021 – Seed/Deduc/DEP	2021	Orienta a finalização do primeiro semestre (2021-1), para as turmas de continuidade durante o período de pandemia causada pelo novo Coronavírus - Covid-19.
Orientação Conjunta n° 011/2021 - Deduc/DPGE/DTI/Seed	2021	Encaminhamentos para o encerramento do ano letivo de 2021.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

O grupo com tipo de documento denominado **Orientação** corresponde a seis documentos, sendo três emitidos em 2020 e três em 2021. Os documentos retratam basicamente a questão do componente curricular **para as atividades não presenciais, os Registros no LRCO (Livro Registro de Classe Online).**

Encaminhamentos para o encerramento do ano e a validação da carga horária referente ao Calendário Escolar de 2020, finalização do primeiro semestre (2021-1), para as turmas de continuidade durante o período de pandemia causada pelo novo Coronavírus - Covid-19 e encaminhamentos para o encerramento do ano letivo de 2021.

No que se refere especificamente à avaliação, a Orientação nº 02/2020 apresenta o conteúdo em dez páginas e a palavra Avaliação aparece apenas uma vez na penúltima página do documento, nas Considerações Finais, no item 10.1 que retrata:

10.2 Caso o responsável legal exija mais essa forma de atendimento discente, as atividades serão encaminhadas por e-mail. As atividades realizadas deverão ser entregues no retorno, pós-pandemia, ou em cronograma específico determinado pelas Instituições de ensino, respeitando as orientações das organizações de saúde. Elas passarão pela validação docente e serão consideradas tanto frequência quanto **avaliações** preenchidas pelos professores no LRCO – Livro de Registro de Classe Online. (PARANA, Orientação nº 02/2020, p. 9, grifo nosso).

A Orientação refere-se a questões sobre Educação Integral; Atividades de Ampliação de Jornada Escolar – Atividades Periódicas e Permanentes, AET e Celem; Programa de Apoio do Novo Ensino Médio; Disciplina de Cidadania e Civismo – Programa Escolas Cívico-Militares; Educação Profissional; Educação Especial; Educação Escolar; Indígena; Mais Aprendizagem; Escolas do Campo, Multianos, Quilombolas e as Considerações Finais.

Em cada um desses tópicos, são abordadas orientações sobre atividades para os estudantes com e sem acesso à internet, WhatsApp, questões de oferta da Educação à Distância e recursos como Aplicativo “Aula Paraná”, Google Classroom (sala de aula virtual), TV aberta. Mas, no que se refere à avaliação, somente nas Considerações Finais, penúltima página do documento, aparece o tema da avaliação de aprendizagem relacionada ao lançamento, pelo professor, no LRCO (Livro de Registro de Classe On-line), porém, não há orientações evidentes quanto ao encaminhamento da avaliação.

Figura 1 – Nuvem de palavras: Orientação nº 02/2020



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Nessa perspectiva, o conteúdo do documento sobre avaliação apresenta poucos indícios sobre o processo e tipo de avaliação de aprendizagem nas escolas estaduais do Paraná, no período da pandemia em 2020.

A Orientação Nº 04/2020 SEED/DPGE/DLE/CDE, trata dos registros no Livro Registro de Classe Online – LRCO para a Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná para o período de enfrentamento ao surto do novo Coronavírus (COVID – 19). Esse documento é apresentado em quatro páginas, em que os termos relacionados à avaliação (avaliação, avaliações e avaliados) aparecem seis vezes, somente no item quatro, que orienta:

4. Registro de Avaliações do LRCO:

- a) Os registros das avaliações deverão ser feitos com base no planejamento do professor. Acessar a função “Avaliação”, selecionar os dados da turma/disciplina, clicar em “Incluir”, determinar o valor da avaliação, a data da avaliação, clicar em “Lista de Estudantes”, digitar as notas dos estudantes, selecionar os conteúdos avaliados em “Salvar”;
- b) Os conteúdos do período de 05/02 a 19/03 serão apresentados no formato do CREP, a partir de 20/03, no novo formato;
- c) Só poderão ser cobrados nas avaliações os conteúdos que foram efetivamente trabalhados com os estudantes, seja presencial ou a distância (online);

Para as turmas que tiverem professor em licença especial (sem substituto) o acompanhamento e os registros das avaliações deverão ser feitos pelo pedagogo ou diretor. (PARANÁ, Orientação Nº 04/2020, p. 4).

Essa Orientação aborda a questão de avaliação em uma perspectiva mais técnica, relacionada ao sistema de registro das avaliações e não revela o tipo de avaliação que poderia ser realizado nesse processo escolar em período de pandemia.

Figura 2 – Nuvem de palavras: Orientação nº 04/2020



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Em síntese, o documento apresenta uma recorrência de seis palavras relacionadas à avaliação, porém, os termos se referem ao registro dessas pelo professor e/ou pedagogo no LRCO, sem evidenciar o tipo de avaliação durante o processo.

Na Orientação Conjunta Nº 012/2020 – DEDUC/DPGE/DTI/SEED “Orientação as escolas estaduais e os Núcleos Regionais de Educação (NREs) quanto aos encaminhamentos para o encerramento do ano e a validação da carga horária referente ao Calendário Escolar de 2020”. Nessa Orientação, são citados seis termos relacionados à avaliação (avaliações, reavaliando, avaliado, reavaliar), no decorrer de quinze páginas. O primeiro termo “avaliações”, no que se refere à legislação, conforme indica a própria Orientação, é citado no “Ofício Circular n.º 40/2020 – DEDUC/SEED, que trata sobre o planejamento de avaliações durante a pandemia do Covid-19.” (PARANÁ, 2020, p. 2). No mesmo documento, há um destaque para a orientação sobre o encerramento letivo do ano de 2020 e no item 1.2 estão presentes os termos reavaliando e avaliado, conforme citação:

1.2 No decorrer da implementação do “Se Liga! É tempo de aprender mais!”, à medida que os professores forem **reavaliando** os estudantes, deverão registrar as notas no Livro Registro de Classe Online – RCO, no campo: “Se liga!”, no trimestre correspondente ao conteúdo **avaliado**. (PARANÁ, Ofício Circular n.º 40/2020, p. 2).

Adiante, mais uma palavra refere-se às avaliações:

1.10.1 O Registro de Classe Online (RCO) / Livro Registro de Classe (LRC) permite evidenciar o estágio de aprendizagem que o estudante se encontra a

partir da frequência, os conteúdos trabalhados, as **avaliações**, as recuperações ofertadas com datas, os valores atribuídos e os resultados, itens que demonstram quais as dificuldades, os avanços e os encaminhamentos pedagógicos realizados pelos professores para oportunizar a aprendizagem, bem como os conteúdos essenciais não apropriados, os quais impedem que o estudante dê continuidade a sua trajetória escolar. (PARANÁ, Ofício Circular n.º 40/2020, p. 5).

Logo em seguida, aparece o termo avaliar:

1.10.2 Ponderar todas essas variáveis para **reavaliar** a situação a partir de novos olhares e informações, constatando quais aspectos pedagógicos estão referendando essa retenção, principalmente neste ano atípico. (PARANÁ, Ofício Circular n.º 40/2020, p. 5).

O último termo relacionado à avaliação consta no Anexo II, que se refere à sugestão de parecer descritivo do estudante, presente mais especificamente na questão sobre os procedimentos a serem tomados em 2021 para que o estudante melhore sua aprendizagem, uma das opções é “[...] Solicitar **avaliação** para possível atendimento na sala de recurso.” (PARANÁ, Ofício Circular n.º 40/2020, p. 8).

É possível observar que os termos relacionados à avaliação nesse documento, são relacionados às questões técnicas, mas também pedagógicas, ao abordar sobre possíveis reavaliações e ponderações que se aproximam mais de uma perspectiva de avaliação somativa ao dar indícios de avaliar o desempenho do aluno adquirido ao final de um processo, que de acordo com Romanowski e Cortelazzo (2004, p.90), “visa indicar os resultados obtidos para definir a continuidade dos estudos, isto é, indica se o aluno foi ou não aprovado”. Assim, o professor verifica as habilidades e competências de cada aluno em relação aos componentes curriculares ao final de determinado processo, o que cada um atingiu e projeta, planeja quais metodologias e estratégias de ensino serão necessárias para atingir novos objetivos de aprendizagem até o próximo período estabelecido. Esse tipo de avaliação fica mais evidente quando o documento aborda os termos de reavaliação, recuperação e o estágio de aprendizagem em que o estudante se encontra, itens que demonstram quais as dificuldades, os avanços e os encaminhamentos pedagógicos realizados pelos professores para oportunizar a aprendizagem, além do olhar do professor para encaminhar o uso da sala de recursos para a superação de possíveis dificuldades.

Figura 3 – Nuvem de palavras: Orientação nº 012/2020



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Ainda, dentro dos documentos denominados **Orientação**, a de N° 003/2021, é composta por 29 páginas. O documento é mais direcionado para a Equipe Gestora. Orienta no item 7.1.4 “Acompanhar os instrumentos avaliativos e de recuperação utilizados, dando suporte aos profissionais de educação, a fim de garantir a oferta de ensino a todos os estudantes”. (PARANÁ, 2021, p.7).

O termo que mais se aproxima de avaliação, neste documento é o avaliativo, conforme consta no ANEXO VI: Livro Registro De Classe On-Line – Módulo Planejamento:

O LRCO 2.0 apresenta novas funcionalidades, e a principal delas é o Módulo Planejamento. Neste módulo, o professor encontra planos de aula que correspondem a 80% da carga horária de cada trimestre; os 20% restantes são destinados ao desenvolvimento de atividades ou momentos avaliativos e de recuperação, planejados de acordo com a especificidade de cada turma. Os instrumentos avaliativos planejados e de recuperação poderão ser registrados no LRCO 2.0, no campo Instrumentos Avaliativos. No campo Encaminhamentos/Slides, além dos recursos disponibilizados em forma de apresentação eletrônica, o professor poderá registrar o encaminhamento metodológico utilizado. (PARANÁ, Orientação, N° 003/2021, p. 25).

Figura 4 – Nuvem de palavras: Orientação nº 003/2021





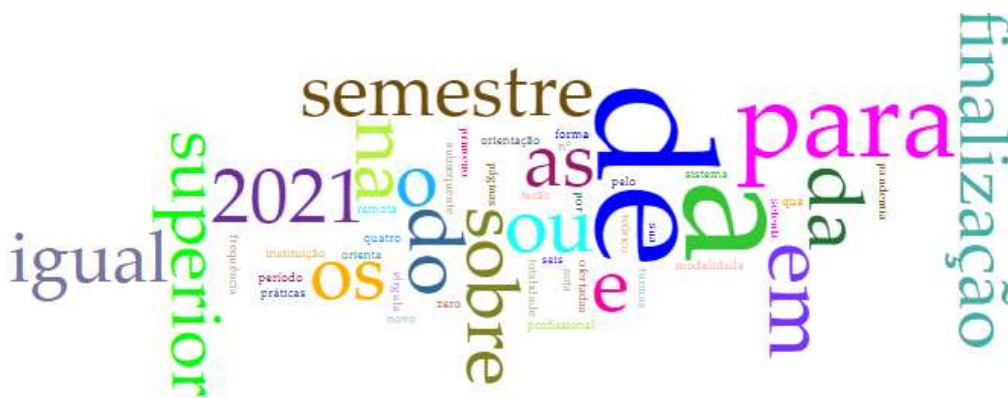
Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Conforme podemos observar na nuvem de palavras, a avaliação não é destaque e nem revela o tipo ou metodologia que deve ser realizada no ano letivo, mas sim, relacionada ao registro no sistema.

A Orientação N<sup>o</sup> 07/2021 aborda a finalização do primeiro semestre (2021-1), para as turmas de continuidade durante o período de pandemia causada pelo novo Coronavírus – Covid-19, em quatro páginas. Esse documento orienta sobre a finalização do semestre para os cursos da modalidade subsequente na Educação Profissional:

3. Para as disciplinas teórico-práticas que foram ofertadas em sua totalidade de forma remota, os estudantes terão a conclusão conforme o sistema de avaliação da instituição de ensino, com nota igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento).

Figura 5: Nuvem de palavras: Orientação nº 07/2021



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

O termo avaliação, nesse documento, traz, mais especificamente, questões sobre o sistema de avaliação da instituição no que se refere à nota e frequência de maneira mais generalizada, sem indícios do tipo de avaliação.

A Orientação Conjunta N.º 011/2021 – DEDUC/SEED dispõe sobre a reposição de aulas dos professores da rede pública estadual de ensino no ano letivo de 2021 e outros temas em três páginas que não retratam a palavra avaliação nem outro termo similar.

Figura 6 – Nuvem de palavras: Orientação nº 011/2021



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Como ilustra a nuvem de palavras, não há destaque para a avaliação de aprendizagem nos documentos referentes às Orientações da SEED/PR.

#### 4.3.2 Tipo de documento: Deliberação

Quanto aos documentos Deliberação, selecionamos quatro documentos, sendo três referentes ao ano de 2020 e um de 2021, conforme Quadro 7:

Quadro 7 - Tipo de documento: Deliberação

TIPO DE DOCUMENTO	ANO	PALAVRAS-CHAVE
Deliberação n.º 01/2020 – CEE/PR	2020	Instituição de regime especial para o desenvolvimento das atividades escolares no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Paraná em decorrência da legislação específica sobre a pandemia causada pelo Novo Coronavírus – COVID - 19 e outras providências.
Deliberação nº 05/2020 – CEE/PR	2020	Normas para o retorno das aulas presenciais no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, no ano letivo de 2020
Deliberação n.º 09/2020 – CEE/SEED -.	2020	Alteração da Deliberação 01/20, criando condições para a conclusão do ano letivo de 2020

Deliberação 01/2021 – CEE/PR	2021	Normas para a organização do ensino híbrido e outras providências, em vista do caráter excepcional, no ano letivo de 2021, no Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná.
------------------------------	------	---

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Conforme a relação apresentada no quadro 7, o primeiro documento a ser analisado se refere à Deliberação n.º 01/2020 definida pelo Conselho Estadual do Paraná aprovada em 31 de março de 2020. Essa deliberação institui o regime especial para o desenvolvimento das atividades escolares no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Paraná, em decorrência da legislação específica sobre a pandemia causada pelo Novo Coronavírus – COVID-19 e dá outras providências.

Na proposição do documento, há duas partes: a primeira contém uma indicação dos relatores Carlos Eduardo Sanches, Fabiana Cristina de Campos e Sandra Teresinha da Silva.

A indicação está organizada com os seguintes itens: introdução, em que se apresenta o contexto da Pandemia da Covid-19, mencionando os Decretos do Governo do Estado do Paraná Decreto Estadual n.º 4.230, em 16 de março de 2020, alterado, entre outros, pelo Decreto Estadual n.º 4.258, de 18 de março de 2020. Entre os pontos principais desse decreto, está a definição de suspensão das aulas presenciais seguida das providências para a adoção de regime especial para o desenvolvimento das atividades escolares.

No processo de análise do conteúdo desta indicação, empregando o aplicativo Voyant Tools, a nuvem de palavras originada destaca os termos “ensino, instituições, atividades, sistema, não e presenciais”. Essa nuvem está a seguir na Figura 7.

Figura 7 - Nuvem de palavras: Deliberação nº 01/2020



o registro do processo e encaminhamentos, de modo a validar essas atividades não presenciais como atividades de ensino. Ainda, há indicações sobre a organização do calendário escolar. Assim, esta Deliberação reconhece as atividades de avaliação mesmo realizadas de modo não presencial como atividades letivas válidas ao mesmo tempo que mantém as normas anteriores de avaliação expressas na Lei 9.394/96, tais como a frequência dos alunos e as relativas à aprovação.

Na sequência, o documento em análise é a Deliberação do Conselho Estadual de Educação do Paraná, nº. 05/2020 aprovada em 04/09 do mesmo ano, que estabelece normas para o retorno das aulas presenciais no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, durante o ano letivo de 2020, em meio à pandemia do Coronavírus.

O texto começa com a introdução, que apresenta o contexto da suspensão das aulas presenciais devido à pandemia e a aprovação da Deliberação CEE/CP n.º 01/2020 pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná, que permitiu a oferta de atividades não presenciais nas instituições de ensino.

Em seguida, a Deliberação estabelece condições para validar as atividades não presenciais como período letivo, como a apresentação de ata de reunião do Conselho Escolar (para instituições públicas) ou da mantenedora (para instituições privadas de educação básica), descrição das atividades não presenciais, metodologia utilizada, demonstração dos recursos tecnológicos utilizados, demonstração do sistema remoto de validação de frequência ou participação dos estudantes nas atividades realizadas, demonstração da metodologia remota de aproveitamento da oferta por meio das atividades escolares não presenciais realizadas, e data de início e término das atividades não presenciais.

A Deliberação também estabelece normas para a reorganização do calendário escolar de 2020, com o objetivo de garantir o cumprimento do período letivo. As instituições do Sistema Estadual de Ensino do Paraná devem apresentar uma proposta de calendário escolar de 2020 reorganizado, com a garantia do cumprimento do período letivo, no prazo de 60 dias após o término da suspensão das aulas presenciais.

No geral, a Deliberação busca estabelecer condições e normas para garantir o direito dos estudantes e a validação das atividades não presenciais durante o período de interrupção das aulas presenciais nas instituições de ensino do Paraná.

No texto do documento oficial, emitido pelo CEE/PR ainda há a explanação sobre as condições para a retomada das aulas presenciais na rede estadual de ensino e informações relevantes sobre a situação da Covid-19 no Estado do Paraná, bem como orientações para as instituições de ensino para garantir a segurança dos alunos, professores e demais funcionários no retorno às aulas presenciais.

O documento enfatiza a importância de se acompanhar a evolução da Covid-19 no Estado, respeitando as diferentes situações em cada região e faixa etária dos estudantes. É destacado que a decisão de retomada das aulas presenciais está condicionada a uma decisão governamental e à capacidade das instituições de ensino de garantir a segurança dos alunos e professores.

Há ainda uma ênfase na necessidade de que as autoridades de saúde em nível estadual e municipal emitam uma manifestação formal para a retomada das aulas presenciais, e que as instituições de ensino devem seguir as recomendações sanitárias. Além disso, o texto destaca que as instituições podem realizar atividades não presenciais quando as aulas presenciais retornarem, utilizando recursos pedagógicos e tecnológicos disponíveis.

Discute-se, também, a reorganização dos calendários escolares de 2020 em virtude da pandemia, destacando a Lei Federal n.º 14.040/20 e as especificidades de cada instituição de ensino em relação à localização geográfica e tipo de oferta de atendimento. É ressaltado que os estabelecimentos de ensino de Educação Básica estão dispensados, em caráter excepcional, de observarem o mínimo de dias de trabalho educacional e do cumprimento da carga horária mínima anual, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, sem prejuízo da qualidade do ensino e da garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem.

Em resumo, a Deliberação N° 05/20, aprovada em 04/09/20, estabelece as normas para o retorno das aulas presenciais no Sistema Estadual de Ensino do Paraná no ano letivo de 2020, interrompido pela pandemia do Coronavírus. A deliberação foi produzida pelo Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, que utiliza as atribuições conferidas pelo artigo 228 da Constituição Estadual do Paraná, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 9.394/1996, Lei Federal n.º 14.040/2020, Lei Estadual n.º 4.978/1964, Parecer CNE/CP n.º 11/2020 e tendo em vista a Indicação n.º 05/2020.

Figura 8 - Nuvem de palavras: Deliberação nº 05/2020



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

A Deliberação N° 05/20 define que o retorno das aulas presenciais deverá ocorrer mediante o estrito cumprimento de três condições: a revogação e/ou alteração do Decreto n.º 4.230/2020 pelo Governador do Estado do Paraná, a manifestação formal das autoridades de saúde em âmbito estadual e no respectivo município, autorizando o retorno às aulas presenciais e o integral atendimento às recomendações sanitárias. Além disso, a retomada das aulas presenciais deverá ocorrer de forma gradual, para preservar a saúde dos estudantes, dos profissionais do magistério e demais trabalhadores da educação. Autoriza a oferta de aulas por meio de sistema híbrido, composto por atividades realizadas nas instituições de ensino e nas residências dos estudantes, de maneira simultânea e/ou complementar. A organização do sistema híbrido ficará a critério da instituição de ensino, respeitado o Projeto Político Pedagógico – PPP e o Plano de Curso da instituição, as condições existentes de infraestrutura, assim como as normas vigentes no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

As instituições de ensino poderão utilizar recursos pedagógicos e tecnológicos, como atividades escolares não presenciais realizadas por meio de orientações impressas, estudos dirigidos, quizzes, plataformas virtuais, correio eletrônico, redes sociais, chats, fóruns, diário eletrônico, videoaulas, audiochamadas, videochamadas e outras assemelhadas. As escolas deverão cuidar para que o cumprimento deste

artigo não cause sobrecarga aos alunos e, conseqüentemente, prejuízos ao processo de ensino e de aprendizagem.

As mantenedoras e suas instituições de ensino da Educação Básica deverão assegurar o cumprimento do período letivo de 800 (oitocentas) horas anuais no ano de 2020, independentemente do tipo de oferta, presencial ou não presencial. Excepcionalmente, para os estudantes da Educação Infantil, fica flexibilizado o cumprimento das 800 (oitocentas) horas anuais nos termos da Lei Federal n.º 14.040/2020.

No que diz respeito ao nosso objetivo de pesquisa, tal Deliberação não traz a avaliação de aprendizagem de forma explícita. A nuvem de palavras e o conteúdo do documento nos apontam a preocupação com o retorno dos estudantes às aulas presenciais nas instituições de ensino e algumas recomendações de atividades que possam ser realizadas e os processos e protocolos de controle dos dias letivos, além da preocupação com o contexto pandêmico.

A Deliberação n.º 09/2020 refere-se à alteração da Deliberação CEE/PR n.º 01/2020, “para fins especificamente de conclusão do ano letivo de 2020”. O seu conteúdo está distribuído em oito páginas. Apresenta uma introdução, na qual se reporta às deliberações anteriores e, em seguida, retrata a deliberação 09/2020. Delibera:

Art. 1º. As instituições públicas e privadas e suas respectivas mantenedoras, que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná, ficam autorizadas a solicitar o encerramento do ano letivo de 2020, desde que cumpridas as previsões da Lei Federal n.º 14.040/2020 e seus respectivos Planos de Curso e Projetos Político Pedagógicos. Art. 2º. A solicitação deverá ser realizada por meio de protocolo junto ao órgão competente do Sistema Estadual de Ensino do Paraná, em até 30 (trinta) dias após a conclusão do ano letivo de 2020. Art. 3º. Com vistas à validação, as instituições deverão instruir o pedido de encerramento do ano letivo de 2020 anexando a seguinte documentação:

I – relatório final de fechamento do ano letivo devidamente assinado pelo diretor da instituição de ensino acompanhado de validação pelo Conselho Escolar, ou outro que o substitua na rede privada; II – **descritivo das atividades não presenciais realizadas abordando a metodologia utilizada**, com remissão à Proposta Pedagógica presencial autorizada; III – demonstração dos recursos tecnológicos utilizados, incluindo softwares e hardwares, se for o caso, para o acesso dos estudantes e desenvolvimento das atividades; IV – demonstração do sistema remoto de **validação de frequência ou participação dos estudantes nas atividades realizadas**; V – demonstração da metodologia remota de aproveitamento da oferta, por meio das atividades escolares não presenciais realizadas; VI – data de início e término das atividades presenciais e não presenciais com as específicas cargas horárias.

Parágrafo Único. O Conselho de Classe de **cada instituição de ensino deverá analisar os objetivos de aprendizagem que não foram trabalhados ao longo do ano letivo de 2020 e consignar em Ata a sua**



**especificação para que sejam retomadas no ano letivo de 2021, independentemente da progressão escolar de cada estudante, com vistas à garantia do direito de aprendizagem.**

Art. 4º. Tornam-se sem efeito, exclusivamente para as instituições de ensino que concluírem o ano letivo de 2020 e requererem seu respectivo encerramento junto ao Sistema Estadual de Ensino do Paraná, as previsões dos Arts. 6º, 7º, 8º e 9º da Deliberação CEE/PR n.º 01/2020. Art. 5º. Esta Deliberação entra em vigor na data da sua publicação em Diário Oficial do Estado e revoga as disposições em contrário. (PARANÁ, Deliberação n.º 09/2020, p. 5-6, grifos nossos).

Os grifos da Deliberação supracitada apresentam indícios que podem se referir a questões relacionadas à avaliação de aprendizagem, no entanto, o documento refere-se mais explicitamente ao encerramento do ano letivo e aos registros das atividades, metodologias, frequência, participação e reporta-se ao direito de aprendizagem, mas em momento algum, à avaliação de aprendizagem.

Figura 9 - Nuvem de palavras: Deliberação n.º 09/2020



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

A Deliberação 09/2020 não apresenta nenhum termo relacionado à avaliação nas oito páginas do documento.

A Deliberação N.º01/2021 está organizada em doze páginas e a palavra avaliação aparece somente duas vezes. A primeira menção ao termo consta no item “III - Oferta por meio do Sistema Híbrido, em Caráter Excepcional :

O Conselho Nacional de Educação prioriza o retorno das atividades presenciais com acolhimento, processo de **avaliação** formativa ou diagnóstica, gradual, por grupos de estudantes, etapas ou níveis educacionais, em conformidade com protocolos produzidos pelas autoridades sanitárias locais, secretarias de educação e instituições escolares. Mas, também, com a participação das comunidades escolares, considerando as características de cada unidade educacional, observando regras de gestão, de higiene e de distanciamento físico de estudantes, de funcionários e profissionais da educação, bem como o escalonamento de

horários de entrada e saída para evitar aglomerações, e outras medidas de segurança recomendadas.(PARANÁ, Deliberação nº1, 2021, p. 3, grifo nosso).

Nesse contexto, o documento expressa uma intencionalidade de “avaliação formativa ou diagnóstica, gradual por grupos de estudantes, etapas ou níveis educacionais” numa perspectiva do sistema híbrido. Assim, tal Deliberação denota que há um interesse em pensar sobre o processo avaliativo, pois a avaliação formativa, é um “tipo de avaliação que possibilita o estudo contínuo e sistemático do aluno, para que sua aprendizagem possa avançar em direção aos objetivos estabelecidos [...]”(HAYDT 2011, p. 220), além de ser um tipo de avaliação que pode ser aplicada de diferentes maneiras. Quanto à avaliação diagnóstica “consiste em uma investigação realizada pelo docente em relação ao nível de aprendizagem do estudante (LUCKESI, 2005, p. 82). Assim, pode-se considerar que um tipo de avaliação pode complementar o outro, também dentro do contexto do sistema híbrido de ensino.

Vale ressaltar que os termos de avaliação formativa e diagnóstica são apenas citados na Deliberação 01/2021, porém, no decorrer das páginas, não há nenhuma explicação ou detalhamento quanto às metodologias ou estratégias dessas avaliações.

O termo avaliação aparece mais uma vez na Deliberação 01/2021, ao final do documento. A citação a seguir é um fragmento da “Declaração de Voto Contrário”, presente nas últimas duas páginas da Deliberação:

No Paraná, vivemos o pior período da pandemia. A taxa de ocupação de leitos exclusivos para COVID-19 de UTI/SUS para adultos é superior a 80%, exceção à região oeste, com 76% (conforme Boletim da Secretaria da Saúde – SESA de 5/2/2021). Não é momento de falarmos em retorno às aulas presenciais. A circulação e aglomerações causadas pelo retorno às aulas certamente impactarão no aumento de casos, como o ocorrido em Manaus, alertado pelo pesquisador Lucas Ferrante et al em artigo publicado em 7/8/2020 na revista Nature Medicine (Brazil's polices condemn Amazonia to a second wave of COVID-19) e na nota técnica do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) ao Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM) – **Avaliação** e diretrizes para tomada de decisão frente a pandemia da COVID-19 em Manaus. (PARANÁ, Deliberação 01/2021, p. 11)

O termo avaliação, nesse contexto, não expressa relação sobre a avaliação de aprendizagem.

Figura 10 - Nuvem de palavras: Deliberação nº 01/2021



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

A nuvem de palavras explicita termos relevantes da Deliberação nº 01/2021 e destacamos as palavras avaliação, diagnóstica, formativa, educação, aprendizagem, estudantes, híbrido, covid dentre outros visíveis na figura 10.

Assim, a avaliação expressa as condições e pressupostos preconizados por diferentes autores Luckesi (2005), Hoffmann (1996, 2011), Both (2007) quanto às concepções e encaminhamentos das práticas avaliativas.

#### 4.3.3 Tipo de documento: Ofício

O grupo 3 de documentos analisados é composto por quatro Ofícios que correspondem a uma demanda do ano de 2020, conforme consta no Quadro 8.

Quadro 8 – Tipo de documento: Ofício

CATEGORIA DE DOCUMENTO	ANO	PALAVRAS-CHAVE
Ofício Circular n.º 040/2020-DEDUC/SEED	2020	Planejamento de avaliações durante a pandemia do Covid-19.
Ofício Circular n.º 047/2020 – DEDUC/SEED	2020	Retomada de conteúdo do 1º trimestre na semana do dia 01 a 05 de junho de 2020
Ofício Circular n.º 048/2020 – DEDUC/SEED	2020	Orientações para a realização do Conselho de Classe do 1º trimestre de 2020.

Ofício Circular n.º 083/2020 – DEDUC/SEED	2020	Se liga é tempo de aprender. Proposta de recuperação de estudos.
---	------	--

Fonte: Elaborada pela autora (2023)

O Ofício Circular nº 040/2020 é o documento que mais explicita a avaliação de aprendizagem. Apresenta a palavra avaliação e similares (avaliar, avaliado, avaliativa, avaliativo) 23 vezes em cinco páginas. A primeira página é o documento em si e as demais correspondem ao Anexo. A palavra avaliações está presente já no destaque do Ofício: “Assunto: Planejamento de **avaliações** durante a pandemia do Covid-19.” O documento segue:

Durante este momento de pandemia do Covid-19, com aulas não presenciais, a **avaliação** deve ser pensada e planejada. Desse modo, partindo do princípio de que ela deve ser **diagnóstica**, é muito importante que a escola e os professores oportunizem instrumentos de **avaliação** que permitam a expressão do conhecimento em diferentes linguagens, mesclando questões objetivas com questões discursivas, propondo pesquisas, produção de pequenos textos, questionários, resolução de situações-problema, enfim atividades que instiguem o estudante a buscar as respostas, a pesquisar, a querer estudar. Além de manter uma rotina de estudos, nosso desafio, neste momento, é realizar atividades que tenham por objetivo identificar/observar os avanços da aprendizagem dos estudantes. Assim, para contribuir com o planejamento das atividades **avaliativas**, anexo seguem algumas orientações. (PARANÁ, Ofício Circular nº 040/2020, p. 1, grifos nossos).

O Ofício Circular nº 040/2020 indica que a avaliação deve ser planejada e que deve ser diagnóstica. Nesse sentido, corrobora Luckesi (2005, p.81), ao considerar que esta “deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem”. Ainda, segundo o autor, “essa forma de entender, propor e realizar a avaliação da aprendizagem exige que ela seja um instrumento auxiliar da aprendizagem e não um instrumento de aprovação ou reprovação dos alunos.” (LUCKESI, 2005, p. 82).

No Anexo do Ofício constam as “Orientações para a realização das atividades avaliativas”, com o seguinte texto:

Um dos principais questionamentos que estamos nos fazendo em meio a esse período de aulas não presenciais é: como e de que forma vou avaliar os meus alunos? Antes de planejar as diferentes formas de avaliar, é fundamental levar em consideração a forma de participação e acesso dos estudantes nas aulas (PARANÁ, Ofício Circular nº 040/2020, p. 2).

Após a introdução do anexo apresentada na citação supracitada, ele apresenta cinco tópicos com orientações específicas em cada um, são eles:

- 1) Estudantes com acesso a todas as ferramentas disponíveis, 2) Estudantes que apenas conseguem assistir as aulas na TV aberta, 3) Estudantes que não possuem acesso à TV aberta e à internet, 4) Estudantes que, por algum motivo, não estão conseguindo realizar as atividades não presenciais, nem mesmo as impressas (PARANÁ, Ofício Circular nº 040/2020, p. 2-3).

Em seguida, há o seguinte destaque no documento:

**Importante:**

1. Nenhum estudante será prejudicado em sua **avaliação** por não ter acesso a computador, a internet e/ou a outros recursos.
2. Os professores têm autonomia para utilizar, editar, excluir ou adequar todas as atividades propostas pela Seed, bem como para produzir suas próprias atividades **avaliativas**. (Grifos nossos) (PARANÁ, Ofício Circular nº 040/2020,).

Na sequência do quadro, o documento explicita a importância de considerar uma avaliação formativa e enfatiza que:

...a avaliação deve ser utilizada como termômetro para o planejamento de como o estudo está sendo mediado. Nesse sentido, as atividades pedagógicas devem ser acessíveis a todos. Este é um tópico importantíssimo no momento do planejamento, e cabe a escola e a cada professor observar e pensar em como atuar frente às dificuldades, tomando decisões coletivamente, considerando as diretrizes e os encaminhamentos da SEED. (PARANÁ, Ofício Circular nº 040/2020, p. 4)

Ofício Circular nº 040/2020 destaca a importância de a escola se aproximar ainda mais dos alunos nesse período de pandemia para “ajudar e apoiá-los para além do aprendizado do conhecimento socialmente construído.” (PARANÁ, 2020, p. 3). O documento ainda destaca o foco na “garantia da aprendizagem e no combate à evasão dos estudantes. Nesse processo, sabemos o quanto uma **avaliação** na perspectiva apenas **somativa** e **classificatória** é excludente e contribui para o abandono.” (PARANÁ, 2020, p. 4 grifos nossos). O documento ainda expressa total preocupação ao declarar: “Não podemos perder nenhum aluno!” (PARANÁ, 2020, p. 5).

Nesse contexto, o anexo do Ofício apresenta uma perspectiva de avaliação formativa, ao destacar o interesse em “acompanhar o desempenho do aluno no decorrer do processo de aprender” (ROMANOWSKI; CORTELAZZO, 2004, p. 90) e por considerar as avaliações somativa e classificatória como excludentes.

Na figura 11, observamos o destaque para a avaliação.

Figura 11 - Nuvem de palavras: Ofício Circular nº 040/2020



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Conforme observamos na nuvem, há um destaque considerável para avaliação nesse documento.

No Ofício Circular n.º 047/2020 – DEDUC/SEED, em sete páginas, os termos relacionados à avaliação aparecem 12 vezes. O assunto do documento é sobre a retomada de conteúdos do 1º trimestre com exibição das Aulas Paraná com conteúdos referentes ao 2º trimestre. O documento explicita que:

O intuito dessa ação é criar mais um momento para que o professor retome com os estudantes os conteúdos já trabalhados, com possibilidades de **reavaliar** e de recuperar os conteúdos essenciais. Sabemos que muitos professores já desenvolveram ações de retomadas de conteúdos e recuperação durante todo o decorrer do primeiro trimestre, por esta razão, destacamos a autonomia do professor para utilizar essa semana (01/06 a 05/06), da melhor maneira possível, para o atendimento às suas turmas. Reforçamos que o fechamento do período **avaliativo** (29/05) não inviabiliza a possibilidade de reavaliar e rever notas e presenças dos estudantes após esse período, uma vez que estamos vivendo um momento atípico, cujo tempos e espaços de aprendizagem precisam ser pensados e **reavaliados** em qualquer época. Conforme descrito no Ofício Circular n.º 040/2020 - DEDUC/SEED, é fundamental repensarmos sobre a intencionalidade da **avaliação**. (PARANÁ, Ofício Circular n.º 047/2020, p. 1).

O Ofício 047/2020 apresenta termos relativos à avaliação, mas não especifica as estratégias e tipos de avaliação. Aborda mais questões relacionadas ao calendário e cronograma escolar.

No anexo, há sete itens de orientações para o 2º trimestre e nos itens 5 e 6 constam as orientações sobre avaliação. O item 5 se refere ao encerramento do

período avaliativo, registro de frequência e avaliação após a Busca Ativa dos alunos. O item 6 também se refere à prorrogação dos registros do LRCO e LRCOM do período avaliativo, validação de frequência e registro da avaliação retroativamente no LRCO.

Há um destaque no documento que apresenta o termo em estudo:

Professor: quem conhece as dificuldades e potencialidades dos seus estudantes é você! Reiteramos a importância do seu protagonismo junto às turmas, quanto aos encaminhamentos, às atividades, às **avaliações**, às **reavaliações** e às **recuperações**. (PARANÁ, Ofício 047/2020).

O destaque apresenta dois termos relacionados à avaliação, mas o destaque é como um incentivo para aos professores quanto ao olhar para as especificidades dos estudantes. Não há nenhuma orientação direta sobre *como* avaliar neste documento.

Figura 12 - Nuvem de palavras: Ofício Circular nº 047/2020



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

O Ofício Circular nº 048/2020 – DEDUC/SEED refere-se às Orientações para a realização do Conselho de Classe do 1º trimestre de 2020, distribuídas em três páginas em que os termos relacionados à avaliação aparecem duas vezes. Esse documento explicita a avaliação de aprendizagem no seguinte contexto:

[...] orientamos que os professores levassem em consideração, para o planejamento de **avaliações**, a forma de participação dos estudantes, o acesso às aulas e a trajetória de cada um, tendo como foco a aprendizagem e o combate ao abandono escolar, a fim de mantê-los, neste momento de pandemia, próximos às atividades escolares.  
Pós-Conselho: [...] Desse modo, durante o Conselho de Classe, é

preciso considerar que o objetivo das aulas não presenciais é desenvolver as habilidades e competências por meio dos conteúdos; e combater o abandono escolar, mantendo os alunos estudando e realizando **avaliação diagnóstica e formativa**, ou seja, **acolhedora**. Além disso, é um momento para definir, coletivamente, os encaminhamentos relacionados às metodologias, ações e estratégias que visem à aprendizagem de todos os estudantes; e para que a equipe gestora planeje de que forma o acolhimento dos estudantes, professores e familiares nesse período de distanciamento. (PARANÁ, Ofício Circular nº 048/2020, p. 2, grifos nossos. Acolhedora grifo do documento).

Esse documento apresenta um texto sobre o pós-conselho e apresenta uma perspectiva de avaliação diagnóstica e formativa que ocorra de maneira acolhedora. No entanto, não retrata nada além do citado sobre avaliação de aprendizagem. Contudo, nesse documento, entendemos a intencionalidade quanto à avaliação diagnóstica no que se refere a uma forma de entender, propor e realizar a avaliação da aprendizagem como um "instrumento auxiliar da aprendizagem e não um instrumento de aprovação ou reprovação dos alunos." (LUCKESI, 2005, p. 82). Nesse Ofício, interpretamos que considera a avaliação formativa como um meio mediador do processo de ensino-aprendizagem, pois conduz professor e aluno a refletirem e autoavaliarem-se constantemente por meio de uma autoavaliação. Assim, é na prática que ambos têm maior percepção dos avanços e desafios sobre o desenvolvimento de aprendizagem e das metodologias de ensino (HAYDT 2011, p. 220).

Figura 13 - Nuvem de palavras: Ofício Circular nº 048/2020



Fonte: Elaborada pela autora (2023)



O termo avaliação aparece duas vezes nas três páginas do Ofício Circular nº 048/2020.

Ofício Circular nº 083/2020 - DEDUC/SEED, documento com seis páginas e recorrência da palavra avaliação e similares é de 12 vezes. Esse documento apresenta o “Assunto: Se Liga! É tempo de aprender mais!” (PARANÁ, 2020, p. 1). As primeiras vezes que aparece a palavra avaliação ou similar referem-se a questões acerca do amparo legal como “avalição do aproveitamento escolar, recuperação de estudos”, cita o Ofício nº 040/2020 que “discorre especificamente sobre os objetivos e as formas de avaliar os estudantes no momento de aulas não presenciais (PARANÁ, 2020, p. 3). O documento retrata a “utilização de novas estratégias de ensino e o olhar diferenciado sobre o que é avaliar em épocas de aulas não presenciais devem ser a premissa!” (PARANÁ, 2020, p. 3).

A seguir, apresentamos um item específico sobre avaliação de aprendizagem, conforme consta no Ofício nº 083/2020:

Para a avaliação da aprendizagem dos estudantes nesse período, sugere-se que:

- Sejam utilizados novos instrumentos avaliativos ou formatos de avaliação, para a recuperação do rendimento dos trimestres/bimestres anteriores, os quais não poderão ter um valor maior do que 10,0 (dez) para cada período avaliativo, disponibilizando-os em tempo hábil para a devolução e correção das atividades dos estudantes que utilizam material impresso.
- Com relação ao desenvolvimento dos estudantes no período de realização dessa ação, caberá ao professor a revisão das notas anteriores, inclusive para valorizar o esforço dos estudantes que melhoraram seu rendimento no período de implementação do “Se liga! É tempo de aprender mais!”.
- Sejam consideradas as condições excepcionais de ensino e de aprendizagem pela qual estamos passando, validando a frequência a partir das atividades entregues/respondidas e avaliando todo o percurso feito pelos estudantes, num processo contínuo cujo resultado final venha expressar a aprendizagem, mesmo que mínima, tomada na sua melhor forma, considerando que o processo de ensino-aprendizagem é contínuo. (PARANÁ, Ofício nº 083/2020, p. 4).

A parte do documento que revela explicitamente a avaliação da aprendizagem destaca a utilização de novos instrumentos e formatos de avaliação, com foco na recuperação dos trimestres anteriores, pois o “Se Liga” é um momento em que o estudante pode recuperar todas as avaliações (notas) do ano, ao final do mesmo ano letivo, de acordo com as avaliações disponibilizadas pelos professores para tal. O documento destaca a necessidade de os professores considerarem o percurso do estudante e as necessidades excepcionais do momento de pandemia. Podemos interpretar que o documento expressa uma certa preocupação com o processo de ensino e aprendizagem no contexto específico, pois considera que o resultado deve



realização do ensino no período pandêmico a aprendizagem discente sofreu impactos. Esses impactos estão em processo de investigação em vários estudos, como os de Wunsch e Margeviča-Grinberga (2022).

#### 4.3.4 Tipo de documento: Comunicado

O tipo de documento 4 é composto por dois Comunicados, ambos do ano de 2020: nº 06/2020 e nº 07/2020, que correspondem ao registro de frequência, conteúdos e avaliações e informações complementares, respectivamente, conforme o Quadro 9.

Quadro 9 - Tipo de documento: Comunicado

CATEGORIA DE DOCUMENTO 4: COMUNICADO	ANO	CONTEÚDO PRINCIPAL
Comunicado nº06/2020 – SEED	2020	Registro de frequência, conteúdos e avaliações.
Comunicado nº07/2020 – SEED	2020	Informações complementares para os registros de frequência, conteúdos e avaliações no LRCO.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Foram localizados dois documentos relativos a comunicados: Comunicado nº 06/2020 – CDE/DLE/DPGE/SEED e Comunicado nº 07/2020. O primeiro é apresentado em duas páginas e os termos relacionados à avaliação aparecem três vezes. Logo no início está em destaque no documento como um título “**Registros de frequência, conteúdo e avaliações**” (PARANÁ, 2020, p. 1). Os outros dois termos são apresentados no item 7, entre os 8 que contemplam o documento. No item 7 consta que: “Os registros de **avaliações** no LRCO deverão ser mantidos atualizados, lembrando que só podem ser **avaliados** os conteúdos que foram efetivamente trabalhados com os estudantes” (PARANÁ, 2020, p. 1, grifos nossos). O LRCO é um sistema disponível para os professores da Rede de Ensino do Paraná com planos de aula específicos para as disciplinas e séries, sugestões pedagógicas e encaminhamentos metodológicos. Observamos alguns termos do documento na nuvem de palavras a seguir.

Figura 15 – Nuvem de palavras: Comunicado nº 06/2020



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Embora o documento apresente três vezes termos relacionados à avaliação em duas páginas, esses termos pouco revelam sobre avaliação de aprendizagem, pois o texto apresenta uma perspectiva mais técnica quanto à necessidade de registro no LRCO. Destaca-se que o documento ressalta a importância de avaliar somente o que foi trabalhado com os estudantes e indica que essa recomendação é válida para todo e qualquer período escolar, independentemente de qualquer situação, seja de pandemia ou não. Enfatizamos que esta última consideração atende aos preceitos recomendados por diferentes autores. Como pondera Both (2007), a avaliação vem atrelada ao processo, em que se prioriza a qualidade do desempenho em detrimento da quantidade de atividades propostas. Também se coaduna com as normas legais vigentes, pois a LDB nº 9394/96, enfatiza que a avaliação deve ser contínua, cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período.

No Comunicado nº 07/2020 – CDE/DLE/DPGE/SEED – **Informações complementares para registro de frequência, conteúdos e avaliações no LRCO**, aparece duas vezes a palavra avaliações. A primeira no assunto do documento, conforme negrito acima. A segunda vez, no item 7 dos 10 que constam no Comunicado: “7. As datas de início e fim dos períodos **avaliativos** devem ser mantidas no calendário dos cursos no LRCO [...]” (PARANÁ, 2020, p. 3, grifo nosso).

Figura 16 – Nuvem de palavras: Comunicado nº 07/2020



Resolução 673/2021 – GS/SEED	2021	Estabelece as atividades escolares na forma presencial e não presencial síncrona para o ano letivo de 2021.
------------------------------	------	---

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

No que se refere à avaliação, na Resolução nº 1.016/2020 – GS/SEED em 11 páginas aparece o termo avaliação, ou similar, três vezes e na Resolução 673/2021 – GS/SEED, com dez páginas não se observa a palavra avaliação.

Assim, a Resolução nº 1.016/2020 – GS/SEED – “Estabelece em regime especial as atividades escolares na forma de aulas não presenciais, em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19” (PARANÁ, 2020, p. 1). Sobre o termo avaliação ocorre em três momentos no documento. O primeiro é no Art. 6º, que caracteriza o que são atividades escolares não presenciais. Esse artigo se desenvolve em cinco itens, no último inclui o termo avaliação: “V - as que integram o processo de **avaliação** do estudante.” (PARANÁ, Resolução nº 1.016/2020, p. 2, grifo nosso). O segundo momento é no “Art. 17. Os estudantes serão **avaliados** automaticamente ao realizar as atividades disponíveis no aplicativo “Aula Paraná”, Google Classroom e Google forms, pois os sistemas de gestão estarão sincronizados. (PARANÁ, Resolução nº 1.016/2020, p. 5, grifo nosso). O termo é mencionado pela terceira vez no “Art.18. Os estudantes que necessitarem realizar as atividades mediante material impresso deverão entregar as atividades na data do recebimento do kit de merenda escolar, sendo que estas atividades serão **avaliadas** após o retorno das aulas presenciais. (PARANÁ, Resolução nº 1.016/2020, p. 6, grifo nosso).

Os termos relacionados à avaliação na Resolução nº 1.016/2020 revelam que a avaliação faz parte das atividades escolares não presenciais, que os estudantes seriam avaliados pelas atividades disponíveis nas plataformas, aplicativos e material impresso, porém não é possível identificar o encaminhamento e tipo de avaliação a ser desenvolvido durante esse processo. É possível depreender que as avaliações são as mesmas a serem realizadas por todos os alunos das escolas do ano em que cada aluno se encontra. Trata-se de uma avaliação padrão, mas na perspectiva de atividades, portanto, formativas, a serem consideradas como somativas na composição das notas. Dessa forma, a avaliação centrada em atividades é predominante como instrumentos de avaliação na modalidade formativa e somativa, como se apresenta no quadro 1 desta pesquisa, com base em Luchesi (1996) e Both (2017).



Figura 18 – Nuvem de palavras: Resolução 673/2021



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

É possível observar a ausência da palavra “avaliação” na nuvem apresentada na figura 18, assim como no documento. Naquele momento o desenvolvimento das aulas se constituía preocupação predominante.

#### 4.4 SÍNTESE DAS ANÁLISES POR TIPO DE DOCUMENTO

No estudo em foco foram priorizados os documentos que contemplam a avaliação de aprendizagem nos anos de 2020 e 2021.

Nessa perspectiva, nos debruçamos sobre cada documento e apresentamos no quadro abaixo o panorama geral da análise realizada, classificando-os por tipos de documentos.

Quadro 11 - Panorama da Análise por tipo de documento

Características dos Documentos	Síntese
<p><b>Tipo:</b> Orientação  <b>Número de documentos:</b> 6  <b>Total de páginas:</b> 65  <b>Recorrência da palavra avaliação ou similar:</b> 20</p>	<p>Os documentos denominados “Orientação” totalizam 65 páginas e a recorrência da palavra e/ou termo similar soma 20 vezes. Quatro documentos deste tipo revelam que os termos relacionados à avaliação referem-se a questões mais técnicas, pouco retratam a avaliação da aprendizagem e quando citada está mais relacionada às técnicas de registro. Em um dos documentos não aparece a palavra ou termo similar avaliação.</p> <p>Apenas um documento, a Orientação Conjunta Nº 012/2020 apresenta indicativos mais próximos de orientações sobre avaliação da aprendizagem numa perspectiva mais pedagógica, ao abordar sobre possíveis reavaliações e ponderações que se aproximam mais</p>



	<p>de uma perspectiva de avaliação somativa, ao dar indícios de avaliar o desempenho do aluno adquirido ao final de um processo.</p> <p>Em síntese, este tipo de documento (1) revela poucas Orientações referentes à avaliação de aprendizagem.</p>
<p><b>Tipo:</b> Deliberação  <b>Número de documentos:</b> 4  <b>Total de páginas:</b> 55  <b>Recorrência da palavra avaliação ou similar:</b> 9</p>	<p>Nos documentos denominados “Deliberação”, em suas 55 páginas são mencionados termos relacionados à avaliação 9 vezes. Em um dos documentos não há referência da palavra ou termo similar. Outros dois não trazem a avaliação de aprendizagem de forma explícita. A Deliberação 01/2021 aborda os termos de avaliação formativa e diagnóstica, porém, no decorrer das páginas, não há nenhuma explicação ou detalhamento quanto às metodologias ou estratégias dessas avaliações na perspectiva da aprendizagem.</p>
<p><b>Tipo:</b> Ofício  <b>Número de documentos:</b> 4  <b>Total de páginas:</b> 21  <b>Recorrência da palavra avaliação ou similar:</b> 49</p>	<p>Nos documentos denominados “Ofício” foi onde mais houve destaque para o tema da avaliação, tanto em quantidade de palavras, quanto em encaminhamentos referentes à avaliação de aprendizagem. Os quatro documentos analisados abordam a avaliação de aprendizagem e explicitam, de algum modo, as avaliações diagnóstica e formativa. Apenas um pouco retrata o termo em estudo. O Ofício Circular nº 040/2020 é o documento que mais explicita a avaliação de aprendizagem. Esse ofício foca na “garantia da aprendizagem e no combate à evasão dos estudantes. Nesse processo, sabemos o quanto uma <b>avaliação</b> na perspectiva apenas <b>somativa e classificatória</b> é excludente e contribui para o abandono.” (PARANÁ, 2020, p. 4 grifos nossos), apresenta uma perspectiva de avaliação formativa ao destacar o interesse em “acompanhar o desempenho do aluno no decorrer do processo de aprender” (ROMANOWSKI; CORTELAZZO, 2004, p. 90) e por considerar as avaliações somativa e classificatória como excludentes. O Ofício 048/2020, apresenta um texto sobre o pós-conselho e apresenta uma perspectiva de avaliação diagnóstica e formativa que ocorra de maneira acolhedora, no entanto, não retrata nada além do citado sobre avaliação de aprendizagem. Esse Ofício considera a avaliação formativa como um mediador do processo de ensino- aprendizagem, pois conduz professor e aluno a refletirem e autoavaliarem-se constantemente por meio de uma autoavaliação.</p>
<p><b>Tipo:</b> Comunicado  <b>Número de documentos:</b> 2  <b>Total de páginas:</b> 6  <b>Recorrência da palavra avaliação ou similar:</b> 5</p>	<p>Em ambos os documentos os termos relacionados à avaliação denotam uma intencionalidade mais técnica, relacionada ao registro no LRCO e data de encerramento de período avaliativo.</p> <p>Não há indicativos, nesses dois Comunicados, sobre os tipos de avaliações de aprendizagem.</p>
<p><b>Tipo:</b> Resolução  <b>Número de documentos:</b> 2  <b>Total de páginas:</b> 21  <b>Recorrência da palavra avaliação ou similar:</b> 3</p>	<p>Ao analisar os termos relacionados à avaliação em um dos documentos do tipo Resolução, observa-se que a avaliação faz parte das atividades escolares não presenciais, que os estudantes foram avaliados pelas atividades disponíveis nas plataformas, aplicativos e material impresso, porém, não é possível identificar o encaminhamento e tipo de avaliação a ser desenvolvido durante esse processo. Em outra Resolução não há nenhuma referência ao termo avaliação de aprendizagem no documento.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Após o panorama apresentado no Quadro 11, destacamos os tipos de documentos denominados “Ofício”, que revelam questões relacionadas à avaliação



## 5 AVALIAÇÃO PARA ALÉM DOS DOCUMENTOS: O PRODUTO DA PESQUISA

A pesquisa, intitulada “AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM: as orientações da Secretaria de Educação do Paraná para as escolas da Rede Estadual no cenário pandêmico de Covid-19 nos anos 2020 e 2021”, faz parte de uma investigação vinculada ao grupo de pesquisa Educação, Tecnologia e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias – UNINTER. Discorre sobre a avaliação da aprendizagem e a forma como a Secretaria de Estado da Educação do Paraná orientou, por meio dos documentos expedidos, as escolas e seus docentes da Educação Básica, especificamente Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio, para a efetiva prática pedagógica e consolidação deste importante elemento do planejamento durante a pandemia da COVID-19. O objetivo geral nesta pesquisa foi analisar nos documentos oficiais emanados da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná, quais foram as orientações para as práticas de avaliação de aprendizagem dos estudantes da Educação Básica durante o cenário de pandemia Covid-19.

Para se chegar ao resultado do problema em questão, foi utilizada uma metodologia de abordagem qualitativa, do tipo exploratória e como estratégia a pesquisa documental. Os autores que fundamentaram o processo de investigação além de Ludke e André (1986, 2013), Fonseca (2002), Gil (2008), foram: Perrenoud (1999), Luckesi (2005), Hoffmann (1996, 2011), Both (2007), Demo (1999), Hadji (2001), entre outros.

Os documentos oficiais analisados são de domínio público e podem ser encontrados nos sites, portais e plataformas do Governo do Estado do Paraná.

A discussão dos resultados revelou que, de modo geral, os documentos da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná, trouxeram orientações insuficientes para práticas efetivas de avaliação de aprendizagem dos estudantes da Educação Básica durante o cenário de pandemia Covid-19 no período de 2020 e 2021, no que se refere a subsídios aos professores quanto aos tipos, metodologias, recursos e práticas de avaliação, com foco substancial no processo de ensino-aprendizagem com vistas à garantia da qualidade da educação pública. Porém, em nenhum momento estes documentos deixaram de ratificar a concepção de avaliação do Estado do Paraná destacada na Instrução 01/2017 vigente até o presente momento.

Como uma das condições para se atingir o grau de mestre no Programa de Pós-graduação – Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, faz-se necessário que a partir da pesquisa realizada seja apresentada uma proposta envolvendo os recursos tecnológicos para a divulgação dos resultados obtidos e que possa se constituir em uma contribuição para o cenário educacional.

## 5.1 O PRODUTO: AVALIAÇÃO PARA ALÉM DOS DOCUMENTOS

É nesse contexto reflexivo, observada a ausência de informações consistentes e didáticas nos documentos expedidos pela SEED/PR, que tratam da avaliação de aprendizagem, que foi pensado um produto, com a intenção de contribuir com a formação continuada dos professores, possibilitando, por um meio dinâmico, embasamento teórico sobre a temática que envolve os tipos avaliação de aprendizagem e relacionando-o com a prática possível e já realizada no dia a dia em sala de aula.

O produto desta pesquisa caracteriza-se por uma série de vídeos curtos, elaborados pela autora, sendo ela também a apresentadora, tendo como propósito mostrar, por esta mídia digital, o resultado da sua pesquisa sobre como a avaliação de aprendizagem foi tratada de forma documental pela Secretaria de Estado da Educação no Paraná, no período de pandemia nos anos 2020 e 2021. E, ainda, com base nos referenciais bibliográficos, levar aos docentes informações objetivas sobre os tipos de avaliação, destacadas e sistematizadas pela autora no quadro desenvolvido na fundamentação teórica da dissertação. O objetivo é ainda oportunizar aos educadores, estudantes ou interessados na área, a compreensão e a ratificação de ações já realizadas, entre a teoria apontada nos documentos e possíveis práticas avaliativas.

O produto ora produzido por meios das novas tecnologias para a Formação de Professores tanto inicial como continuada e se apresenta como uma alternativa acessível para contribuir com a atualização dos professores. Focaliza a importância das diretrizes documentais que tratam sobre a avaliação da aprendizagem, seja no cenário pesquisado ou no contexto pós pandêmico, como também traz à luz, de forma didática, a relação entre a teoria e a prática nos processos avaliativos em sala de aula,

revelando o potencial de uma aprendizagem significativa quando conduzida por uma da avaliação justa, afetiva, inclusiva, social e humanizada realizada pelo professor.

A série intitulada “Avaliação para além dos Documentos”, é composta por cinco vídeos curtos de no máximo dois minutos cada e poderá ser acessada por meio de QR CODE ou diretamente no Vimeo.

O Código QR, de acordo com informações disponíveis na Wikipédia (disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%B3digo\\_QR](https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%B3digo_QR). Acesso em: 24 mar. 2023) é um código de barras, ou barramétrico, bidimensional, que pode ser facilmente escaneado usando a maioria dos telefones celulares equipados com câmera. O código foi criado em 1994 pela companhia japonesa Denso Wave. Já Vimeo é um site de compartilhamento de vídeo, no qual os usuários podem fazer upload, partilhar e ver vídeos. Foi fundada por Zach Klein e Jakob Lodwick em dezembro de 2004. O nome "Vimeo" foi criado pelo co-fundador Jakob Lodwick e é um jogo das palavras "vídeo" (em português: vídeo), e "me" (em português: eu) como uma referência à dedicação exclusiva do site para vídeos feitos por usuários, e é um anagrama de "movie" (filme). Disponível em < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Vimeo>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

FIGURA 20 - QR CODE de acesso à série de vídeos da autora



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Quadro12 - Proposta e sequência da série de vídeos

<b>Vídeo</b>	<b>Tema</b>	<b>Informações</b>
<b>1</b>	<b>Abertura</b>	Apresentação da pesquisa de dissertação e seus resultados
<b>2</b>	<b>Avaliação Diagnóstica</b>	Explicação sobre o conceito do tipo de avaliação, função, para que serve quando aplicar e possíveis instrumentos de aplicação.
<b>3</b>	<b>Avaliação Formativa</b>	Explicação sobre o conceito do tipo de avaliação, função, para que serve quando aplicar e possíveis instrumentos de aplicação.
<b>4</b>	<b>Avaliação Somativa</b>	Explicação sobre o conceito do tipo de avaliação, função, para que serve quando aplicar e possíveis instrumentos de aplicação.
<b>5</b>	<b>Avaliação Comparativa</b>	Explicação sobre o conceito do tipo de avaliação, função, para que serve quando aplicar e possíveis instrumentos de aplicação.
<b>6</b>	<b>Avaliação Cumulativa</b>	Explicação sobre o conceito do tipo de avaliação, função, para que serve quando aplicar e possíveis instrumentos de aplicação.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A autora ainda propõe a confecção de um painel plotado com o quadro desenvolvido na dissertação sobre os tipos de avaliação, incluindo o QR CODE que dá acesso à série de vídeos, para disponibilizar em espaços educativos, para que, ao serem observados e analisados, os leitores possam facilmente acessar o conteúdo on-line.

Quadro 13 - Síntese dos tipos de avaliações de aprendizagem

<b>TIPO DE AVALIAÇÃO</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>PARA QUE SERVE</b>	<b>QUANDO APLICAR</b>	<b>INSTRUMENTOS DE APLICAÇÃO</b>
<b>DIAGNÓSTICA</b>	Identificar conteúdos em que os alunos possuem aptidão e possíveis defasagens.	Entender e identificar conteúdos em que os alunos possuem aptidão e possíveis defasagens.	Antes de iniciar o processo de aprendizagem escolar.	Provas escritas, provas orais, provas on-line, sondagens e simulados.
<b>FORMATIVA</b>	Promover o acompanhamento e verificar se os alunos estão alcançando os objetivos propostos.	Fornecer aos alunos e professores um feedback quanto ao progresso durante o processo de aprendizagem	Durante todo o processo de aprendizagem.	Estudos de caso, lista de exercícios, seminários, autoavaliação entre outros.
<b>SOMATIVA</b>	Examinar o desempenho de aprendizagem dos alunos	Entender se o aluno tem domínio de conteúdo ou não.	Ao final de um conteúdo, de um período ou de uma etapa educativa.	Exercícios de múltipla escolha, atividades com respostas dissertativas e outras com foco no conteúdo.
<b>COMPARATIVA</b>	Comparar o aproveitamento do aluno de um período em relação a outro período .	Verificar o conteúdo que os alunos já dominam e os que precisam superar.	Aplicada durante ou depois de uma aula ou período final.	Resumos de conteúdo, testes, relatórios, entre outros.
<b>CUMULATIVA</b>	Acompanhar a aprendizagem dos alunos a partir da cumulação de dados coletados no dia a dia. Tem como propósito a culminância, ou seja, considerar o melhor desempenho do estudante em seu processo de aprendizagem. É contrária à divisão de resultados para a composição de médias.	Verificar a aprendizagem dos alunos por meio de acompanhamento diário.	Realizada diariamente, processo constante, gradativo com foco nos resultados qualitativos.	Atividades diárias.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Para a confecção dos vídeos, foram feitos roteiros sobre cada um dos temas, destacando os percursos da pesquisa, os tipos de avaliação de aprendizagem incluindo os textos de fala para a apresentação, movimentação de câmera, organização de letreiros, cenários, posição de luz, equipamentos de áudio e vídeo. A

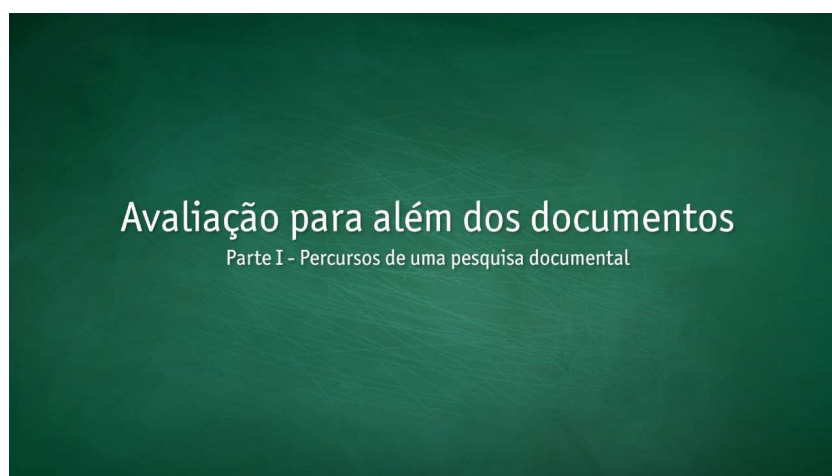
edição dos vídeos foi feita no software Adobe Premier e publicado em uma plataforma de Streaming.

O primeiro vídeo, denominado de abertura, apresenta a proposta de pesquisa da autora e sua orientadora, relatando o problema de pesquisa, a metodologia utilizada, os objetivos estabelecidos, a análise das definições legais, trazidas nos documentos oficiais pesquisados, sobre a avaliação de aprendizagem para as escolas de Educação Básica da rede pública, vinculadas à Secretaria de Educação do Estado do Paraná, no cenário de pandemia de Covid-19 nos anos de 2020 e 2021 e seus impactos, bem como contextualiza as orientações sobre a temática no cenário educacional.

A avaliação educacional é uma poderosa ferramenta para revelar o que nossos estudantes já sabem e provocar novas aprendizagens. A avaliação, na perspectiva de vários autores, mas em especial do professor Dr. Ivo José Both, é uma prática afetiva, social de acolhimento e equidade, que procura orientar os caminhos da aprendizagem dos estudantes, por meio da tomada de decisão justa e eficaz por parte do professor. A avaliação permeia toda a prática pedagógica docente e é importantíssima para o diagnóstico, registro e verificação dos resultados.

Os demais vídeos da série apresentam o conceito de avaliação de aprendizagem, tipos, definição de critérios e instrumento que fazem parte do processo avaliativo, de acordo com os indicativos da literatura e já apresentados no quadro 11.

Figura 21 - Vídeo de Abertura: Avaliação para além dos documentos



Fonte: Autora, 2023.



Dando continuidade à série intitulada “Avaliação para além dos documentos”, vamos falar sobre os tipos de avaliação de aprendizagem, a síntese de um dos tópicos da dissertação que traz de maneira objetiva para vocês a função de cada uma delas, quando aplicar e o principal, os instrumentos de aplicação. Para entender um pouco mais sobre os percursos da avaliação de aprendizagem, vamos começar falando sobre avaliação diagnóstica.

### **5.1.1 Avaliação diagnóstica**

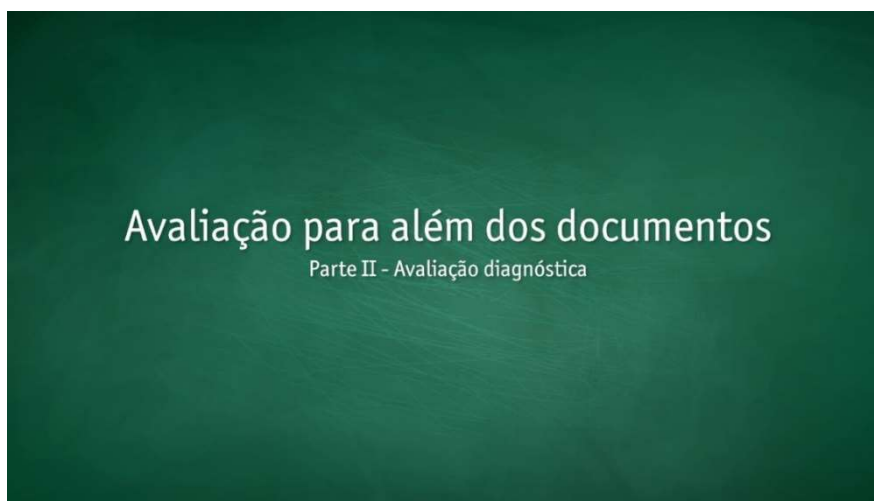
A avaliação diagnóstica, como o nome já diz, tem a função de diagnosticar o nível de aprendizagem do estudante. É por meio desta prática que vamos identificar o que nosso aluno já sabe, suas habilidades, competências e fragilidades em determinados conteúdos e traçar, por meio do planejamento de ensino, os caminhos para uma aprendizagem sistemática e significativa.

A avaliação diagnóstica, de acordo com Luckesi (2005, p.81), “deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem”.

Assim como numa consulta médica, em que o diagnóstico é feito antes da prescrição da medicação, para que seja assertivo e eficaz, também na educação, antes de iniciar um novo processo de aprendizagem é que faz o diagnóstico do nosso estudante.

Podemos identificar o que ele já sabe fazendo aquela conversa próxima, afetiva, acolhedora, para aferir os conhecimentos prévios, pré-requisitos e o potencial do aluno sobre determinado assunto, mas também podemos usar provas escritas, on-line, sondagens, simulados e outros instrumentos de aplicação.

Figura 22 - Avaliação Diagnóstica



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

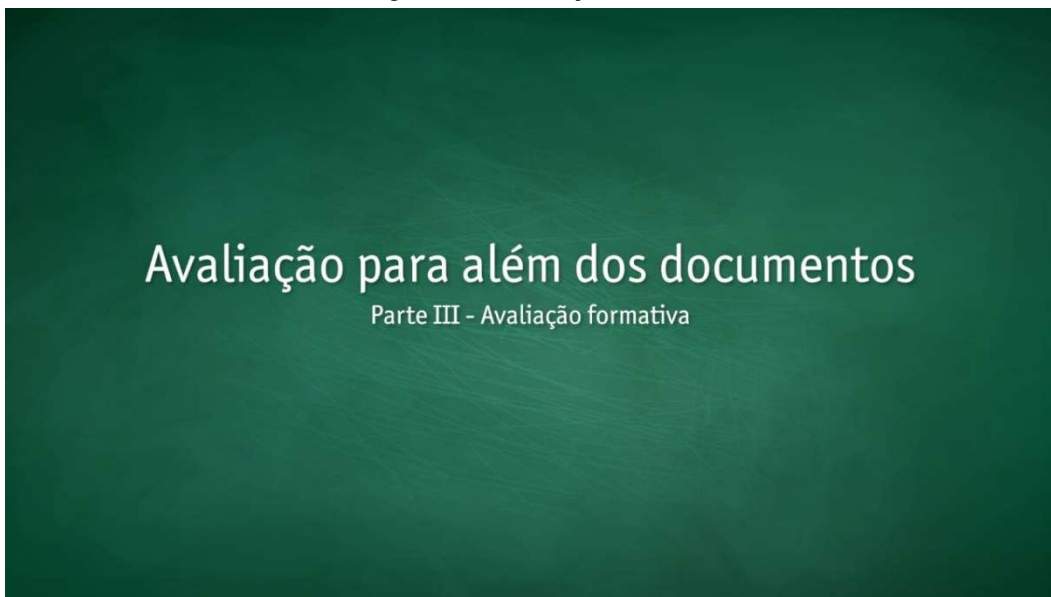
### **5.1.2 Avaliação formativa**

A avaliação formativa, segundo Romanowski e Cortelazzo (2004, p. 90), “é que procura acompanhar o desempenho do aluno no decorrer do processo de aprender”. Esse tipo de avaliação está relacionado ao ato de o professor refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem a partir da própria prática pedagógica, pois percebe a importância em aperfeiçoar suas ações didáticas como meio de sanar dúvidas e corresponder às necessidades de aprendizagem dos alunos. É através desse tipo de avaliação que se possibilita o “estudo contínuo e sistemático do aluno, para que sua aprendizagem possa avançar em direção aos objetivos estabelecidos [...]”(HAYDT 2011, p. 220) . Dessa maneira, a avaliação funciona como um mediador do processo de ensino- aprendizagem, pois conduz professor e aluno a refletirem e autoavaliarem-se constantemente. Assim, é na prática que ambos têm maior percepção dos avanços e desafios sobre o desenvolvimento de aprendizagem e das metodologias de ensino.

Na avaliação formativa, as evidências e os registros da avaliação não podem e não devem ser apenas quantitativos – mais do que coletar dados, eles se transformam em novos métodos e novas orientações que podem fazer toda a diferença na sala de aula. Ela pode ser aplicada de diferentes maneiras, pois tem como característica um processo constante e a utilização de instrumentos

diversificados e, assim, possibilita ao professor, mapear o desenvolvimento de aprendizagem do aluno e dessa maneira, orientar seu trabalho com estratégias pedagógicas mais assertivas. Nessa perspectiva, a avaliação formativa envolve situações que ajudam o professor entender o perfil de cada aluno e ao mesmo tempo possibilita ao aluno desenvolver estratégias de aprendizagem de acordo com as suas especificidades.

Figura 23 - Avaliação Formativa



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

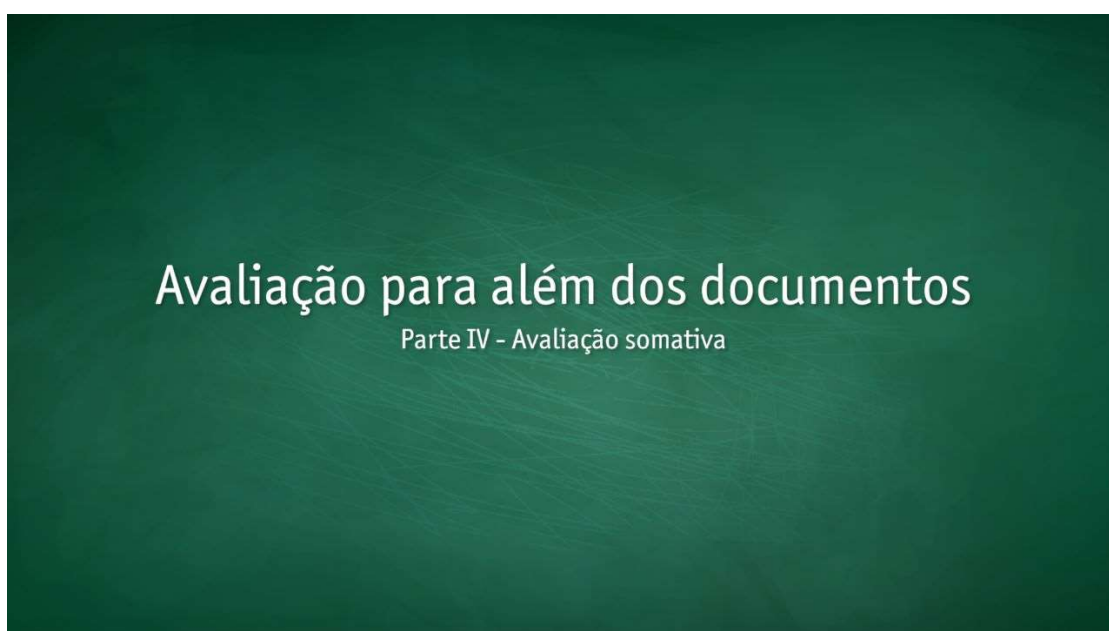
### **5.1.3 Avaliação somativa**

A avaliação somativa tem como característica avaliar o desempenho do aluno adquirido ao final de um processo, ou seja, o resultado ao final de um bimestre, ou do trimestre, semestre e ao final do ano. De acordo com Romanowski e Cortelazzo (2004, p.90), “visa indicar os resultados obtidos para definir a continuidade dos estudos, isto é, indica se o aluno foi ou não aprovado”. Assim, o professor verifica as habilidades e competências de cada aluno em relação aos componentes curriculares ao final de determinado processo, o que cada um atingiu e projeta, planeja quais metodologias e estratégias de ensino serão necessárias para atingir novos objetivos de aprendizagem até o próximo período estabelecido. Na atualidade, indica a possibilidade de continuidade de acesso aos anos subsequentes no processo de

escolarização dos estudantes, pois a avaliação perdeu seu caráter seletivo para se tornar um processo de melhoria da aprendizagem.

Portanto, compreende-se como avaliação somativa aquela que ocorre ao final de um determinado período ou de um assunto trabalhado, quando são abordados os conteúdos mais relevantes e significativos, geralmente tem o propósito de classificar e mensurar o desempenho estudantes, de acordo como os supostos níveis de aproveitamento. Possui como instrumentos principais a prova e questões objetivas, mas pode incluir resultados das aprendizagens realizadas durante o período.

Figura 24 - Avaliação Somativa



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

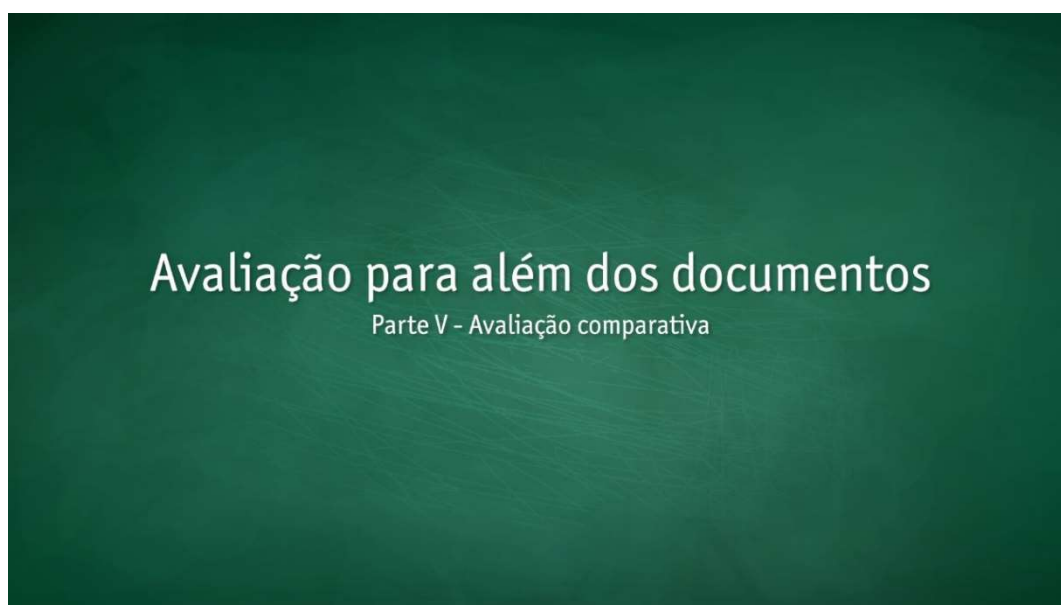
#### **5.1.4 Avaliação comparativa**

A avaliação comparativa é muito semelhante à somativa, pois geralmente é realizada ao fim de um determinado processo. A avaliação comparativa, conforme sugere o próprio nome, compara o resultado de aproveitamento do aluno a partir de uma estratégia metodológica que pode ser numa mesma aula, ao confrontar os conhecimentos sobre determinado conteúdo no início da aula e ao final dela. Também pode ser comparado o resultado do desempenho do aluno em relação a um bimestre, trimestre, semestre ou ano ao final de cada um desses períodos. Ou seja, comparar a aquisição de conhecimentos adquiridos, sua evolução (ou não) no contexto escolar e, assim, o professor poderá prever novas estratégias

metodológicas, rever o que foi superado e as habilidades que precisarão ser desenvolvidas a cada período. Esse tipo de avaliação pode ser realizado a partir de resumos de conteúdo, testes, relatórios entre outras possibilidades.

Esta modalidade de avaliação comparativa permite mensurar e averiguar o aproveitamento e o nível de conhecimento e as habilidades dos alunos, tendo como objetivo qualificar o ensino, possibilitando a reflexão sobre o que foi aprendido e o que ainda precisa ser ensinado.

Figura 25 - Avaliação Comparativa



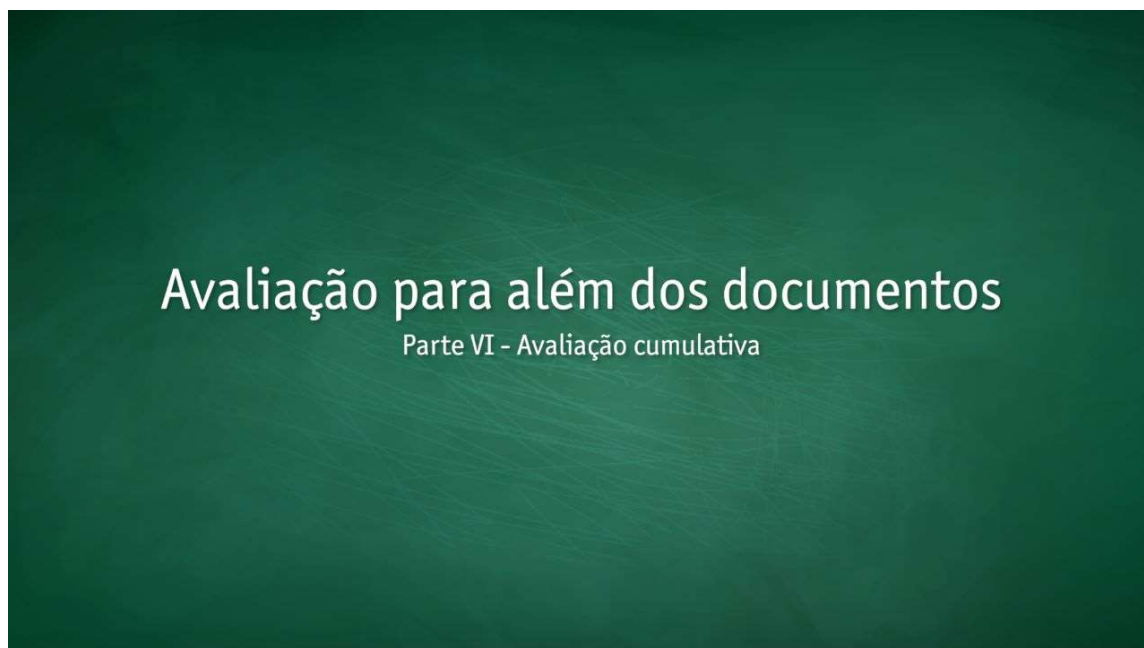
Fonte: Elaborada pela autora (2023)

### **5.1.5 Avaliação cumulativa**

A avaliação cumulativa é a que expressa o ponto máximo de aprendizagem obtido pelos alunos. Sobre essa avaliação, com base na LDB 9394/96, é uma avaliação com foco no desempenho do aluno e prioriza os aspectos qualitativos em relação aos quantitativos (BRASIL, 1996, p. 10). Assim, a avaliação cumulativa apresenta uma característica contínua de acompanhamento constante, diário e gradativo quanto aos conhecimentos dos alunos nos períodos de aula.

De acordo com Romanowski e Wachowicz (2009, p. 144) “A lógica do registro cumulativo é oposta à lógica da média. Portanto, na avaliação cumulativa, os resultados são incorporados e superados em cada nova proposta avaliativa, valendo somente a última versão, pressupondo-se que seja a melhor de todas.

Figura 26 - Avaliação Cumulativa



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

## 5.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRODUTO

Neste produto, compartilhamos algumas considerações de um processo inquietante, indagador e desafiador de pesquisa sobre a práticas de avaliação de aprendizagem dos estudantes da Educação Básica do Paraná durante o cenário de pandemia Covid-19 no período de 2020 e 2021. Manifestamos o desejo que as próximas pesquisas não precisem ser realizadas com base em uma realidade pandêmica e tão devastadora como a vivida nos últimos anos.

Ressaltamos o esforço de estudantes e suas famílias, de professores e professoras, de gestores na direção de desenvolver a educação nesses tempos tão adversos, em que não estávamos preparados e nem tínhamos as condições necessárias para realizar uma prática pedagógica de modo tão inovador. Com certeza, há um longo caminho para recompor tempos e práticas, de modo a desenvolver a melhor forma da aprendizagem dos estudantes.

Assim, este produto se soma aos esforços na busca de uma educação para a equidade em que efetive uma avaliação justa, afetiva, inclusiva, social e humanizada realizada pelo professor.

A seguir, apresentamos as considerações finais sobre esse processo de pesquisa a partir dos documentos da Secretaria de Educação do Paraná para as escolas da Rede Estadual no cenário pandêmico de Covid-19 nos anos 2020 e 2021, com foco na avaliação de aprendizagem.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar nos documentos oficiais expedidos pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná, quais foram as orientações para as práticas de avaliação de aprendizagem dos estudantes da Educação Básica, Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio, durante o cenário de pandemia Covid-19, no período de 2020 e 2021.

Para esta análise, fundamentada na metodologia de Pesquisa Documental apresentada por Marli André e Menga Ludke, as etapas do percurso da pesquisa envolveram a definição do tema e problema de pesquisa, a identificação dos documentos relevantes, a seleção e a organização dos materiais, a leitura e análise dos documentos e a interpretação e discussão dos resultados.

Após realizada a leitura flutuante dos documentos, em seguida, foram destacados cinco grupos com tipos de documentos: 1. Orientação; 2. Deliberação; 3. Ofício; 4. Comunicado; 5. Resolução. A discussão dos resultados revela que dos 18 documentos pesquisados em 168 páginas, a palavra “avaliação” ou termos similares, aparecem 86 vezes nesses materiais. A maioria desses documentos aborda o tema avaliação de uma maneira generalizada, nem sempre direcionada à avaliação de aprendizagem, assim como apresentam uma perspectiva de orientações mais técnicas em relação aos registros de avaliações no sistema LRCO.

Os documentos do tipo “Orientações” revelam poucas informações referentes à avaliação de aprendizagem. Um dos documentos aborda os termos de avaliação formativa e diagnóstica, porém, no decorrer das páginas, não há orientação mais específica quanto às metodologias ou estratégias de avaliação da aprendizagem. No grupo do tipo “Deliberação”, os documentos que se reportam à avaliação não especificam de maneira efetiva possíveis práticas para o seu desenvolvimento.

Dos tipos de documentos analisados, os “Ofícios” tiveram maior destaque no tema avaliação, tanto em quantidade, quanto em encaminhamentos referentes à avaliação de aprendizagem. Os documentos abordam a avaliação de aprendizagem e explicitam, de algum modo, as avaliações diagnóstica e formativa. O Ofício Circular nº 040/2020 é o documento que trata com maior vigor da avaliação de aprendizagem. O documento ressalta que a **avaliação** na perspectiva apenas **somativa** e **classificatória** é excludente e contribui para o abandono da escola pelos estudantes. (PARANÁ, 2020, p. 4 grifos nossos). Aborda a avaliação sob uma perspectiva



formativa, ao destacar o interesse em “acompanhar o desempenho do aluno no decorrer do processo de aprender” (ROMANOWSKI; CORTELAZZO, 2004, p. 90) e por considerar as avaliações somativa e classificatória como excludentes. Ainda, um dos documentos apresenta um texto sobre o pós-conselho e uma perspectiva de avaliação diagnóstica e formativa que ocorra de maneira acolhedora, no entanto, não retrata nada além do citado sobre avaliação de aprendizagem. Esse Ofício considera a avaliação formativa como um mediador do processo de ensino-aprendizagem, pois conduz professor e aluno a refletirem e autoavaliarem-se constantemente.

Os documentos das demais tipologias, “4. Comunicado e 5. Resolução”, apresentam termos relacionados à avaliação, no entanto, com uma intencionalidade técnica, relacionada aos procedimentos de registro no LRCO, data de encerramento de período avaliativo, como também há documento sem indicativo do termo avaliação.

De modo geral, com base no estudo realizado, consideramos que os documentos da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná, trouxeram orientações insuficientes para práticas de avaliação de aprendizagem dos estudantes da Educação Básica durante o cenário de pandemia Covid-19, no período de 2020 e 2021, no que se refere a subsídios aos professores quanto aos tipos, metodologias, recursos e práticas de avaliação, no processo de ensino-aprendizagem, com vistas ao desenvolvimento de melhoria das práticas de avaliação. Porém, em nenhum momento estes documentos deixaram de ratificar a concepção de avaliação do Estado do Paraná destacada na Instrução 01/2017 vigente até o presente momento. Nesse sentido, refletimos sobre a necessidade de documentos mais esclarecedores no que se referem às questões relacionadas à avaliação de aprendizagem, que veiculem de uma maneira mais clara e efetiva as orientações para a sua prática nas escolas.

É nesse contexto reflexivo, observada a ausência de informações mais consistentes e didáticas nos documentos expedidos pela SEED/PR, que falam sobre a avaliação de aprendizagem, que foi pensado um produto com a intenção de contribuir com a formação continuada dos professores, possibilitando por um meio bastante didático e dinâmico, embasamento teórico sobre a temática que envolve os tipos avaliação de aprendizagem e relacionando-o com a prática possível ou já realizada no dia a dia em sala de aula.

O produto desta pesquisa consiste em uma série de vídeos curtos, elaborados pela autora, tendo como propósito mostrar o resultado da sua pesquisa sobre como a

avaliação de aprendizagem nos documentos da Secretaria de Estado da Educação no Paraná, no período de pandemia nos anos 2020 e 2021. E, ainda, com base nos referenciais bibliográficos, levar aos docentes informações claras e objetivas sobre os tipos de avaliação, estas destacadas e sistematizadas pela autora no quadro desenvolvido na fundamentação teórica desta dissertação. Tal quadro também foi produzido em formato de poster plotado e vai compor o ambiente de aprendizagem de estudantes do Curso de Formação de Professores (Magistério nível médio) de uma das escolas da Rede Estadual de Educação do Paraná.

O produto ora produzido por meio das novas tecnologias para a Formação (inicial e continuada) de Professores, é uma alternativa acessível para garantir a atualização dos professores sobre a importância da avaliação da aprendizagem, seja no cenário pesquisado ou no contexto pós pandêmico, como também traz à luz, de forma didática, a relação entre a teoria e a prática nos processos avaliativos em sala de aula, revelando o potencial de uma aprendizagem significativa quando conduzida por uma avaliação justa, afetiva, inclusiva, social e humanizada realizada pelo professor.

A série intitulada “Avaliação para além dos Documentos” é composta por cinco vídeos curtos de, no máximo, dois minutos cada e poderá ser acessada por meio de QR CODE ou diretamente no Vimeo.

Durante o processo de realização desta pesquisa vivemos desafios extraordinários na composição de uma fundamentação que pudesse expressar com rigor os conceitos da avaliação. Isso exigiu muitas horas de leitura e reflexão. Ainda, como colocado no início desta dissertação, as experiências com a avaliação foram sempre um processo difícil da minha história de vida. Portanto, estudar e compreender a avaliação representou riscos, avanços e tropeços na minha caminhada. Terminar esta pesquisa é uma vitória pessoal na direção de sentir um sonho conquistado!

Findada a pesquisa documental sobre os materiais analisados e pós-produção do produto desta dissertação, sentimos a necessidade de novas pesquisas quanto à temática: - novas ações possam ser realizadas, de maneira a atender as necessidades de professores e estudantes com foco no processo de ensino-aprendizagem. Embora existam muitos estudos sobre a avaliação da aprendizagem, este é um tema que ainda tem muito a ser pesquisado e debatido para que haja um

espelho sobre este processo no panorama educacional do Paraná e em outros Estados do Brasil, principalmente no cenário pós-pandêmico, que trouxe à luz que o uso das tecnologias digitais nos processos avaliativos é um caminho sem volta. Fica aqui registrado o interesse de investigar quais são os instrumentos digitais de avaliação usados nos diferentes tipos de avaliação de aprendizagem, citados em nossa fundamentação teórica, atualmente. Seriam os mesmos sugeridos nos documentos expedidos pela SEED/PR em tempos de pandemia? Também a inquietante curiosidade sobre como foi ou está sendo a formação de professores para a avaliar de aprendizagem dos estudantes na era digital. Não há dúvidas de que o tema precisa de novas pesquisas que podem nos mostrar dados e informações que certamente poderão contribuir na nossa busca de incessante de uma avaliação de aprendizagem que seja justa, humanizada e afetiva. Além disso, uma avaliação que priorize a equidade, o estudante nos seus aspectos social, cultural, emocional, que seja processo e não fim, que seja paz e não medo, que revele a aprendizagem e não o erro, que promova a autorregulação, que entregue ao professor subsídios para o (re) planejamento de suas práticas pedagógicas, enfim, que esteja a serviço da aprendizagem significativa.

Até aqui, compartilhamos algumas considerações de um processo inquietante, indagador e desafiador de pesquisa sobre as práticas de avaliação de aprendizagem dos estudantes da Educação Básica do Paraná durante o cenário de pandemia Covid-19, no período de 2020 e 2021. Manifestamos o desejo de que as próximas pesquisas não precisem ser realizadas com base em uma realidade pandêmica e tão devastadora como a vivida nos últimos anos.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Geografia . M., & ARAUJO, Zilda. R. Portfólio: conceitos básicos e indicações para utilização. *Estudos Em Avaliação Educacional*, 17(33), 137–148, 2006. <https://doi.org/10.18222/eae173320062131>

BOGDAN, Robert. C.; BIKLEN, Sara. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1982.

BOTH, Ivo José. **Avaliação planejada, aprendizagem consentida: a filosofia do conhecimento**. 1ª Edição, Curitiba, PR: IBPEX, 2007.

BOTH, Ivo José. **Avaliação: “voz da consciência” da aprendizagem**. Edição Português. InterSaberes, 2012.

BOTH, Ivo José. **Avaliação planejada, aprendizagem consentida: é ensinando que se avalia, é avaliando que se ensina**. Edição Português. InterSaberes, 2017.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/superior/legisla\\_superior\\_cons\\_t.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_cons_t.pdf). Acesso 28/12/2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96**. Conselho Nacional de Educação, 1996.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4244 de 9 de abril de 1942. **Lei Orgânica do Ensino Secundário**. Rio de Janeiro. RJ: 1942. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso 15/01/2014

CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. **Avaliação e processo de ensino aprendizagem**. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v. 3, p. 53-61, set./out. 1997.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. 6a ed., Campinas SP: Autores Associados, 1999.

DEPRESBITERIS, Lea. Instrumentos y técnicas de evaluación de impactos y de aprendizaje en programas educativos de capacitación laboral. La necesidad de conjugación. *Estudos Em Avaliação Educacional*, (29), 5–48, 2004. <https://doi.org/10.18222/eae02920042157>

FALCÃO, Duda. **Educação básica e Covid-19**. In: NEVES, J. R. C (Org.). O mundo pós-pandemia. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020, p. 113-119.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

- GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOIS, Antônio. **Incertezas, possibilidades e o que haverá de solido na educação depois da pandemia**. In: NEVES, J. R. C (Org.). O mundo pós-pandemia. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020, p. 108-111.
- HADJI, Charles. **Avaliação Desmistificada**. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.
- HAYDT, Regina Celia Cazaux. **Curso de Didática Geral**. Ed. - São Paulo: Ática, 2011.
- HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação Mediadora**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1996.
- HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliar para promover as setas do caminho**. 14 Ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 14 Ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Verificação ou avaliação: o que a escola pratica?** Série Ideias, n. 8. São Paulo: FDE, 1998.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 17. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **A avaliação da aprendizagem – componente do ato pedagógico**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. 448p.
- LUCKESI, Cipriano Carlos . **Diante da prática da avaliação como fica a questão das notas?** . Salvador. S/d. Disponível em: <http://www.luckesi.com.br/> Acesso em 21/12/2022
- LÜDKE, Menga. ANDRE, Marli Elisa.D.A. **A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.
- MORAN, José Manuel. **Educação Híbrida: um conceito-chave para a educação, hoje**. In: BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando Mello. (Org.). **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. 1 ed. Porto Alegre: Penso, 2015, v. 1, p. 47-66.
- NOVAK, Joseph. D. **Uma teoria de educação**. Editora Pioneira, São Paulo, 1984. Tradução de Marco Antônio Moreira.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Instrução n.º 07/10-SEED/DAE/CDE**, 2010. Disponível em:  
<<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao072010.pdf>>  
Acesso: 28/10/2022.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação n.º 01/2020** – CEE/PR, 2020. Disponível em: <[https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/cee-pr-del-01-20\\_5f80592d61820.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/cee-pr-del-01-20_5f80592d61820.pdf)> Acesso em 26 out. 2022.

Paraná. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n.º 1.016/2020** - GS/SEED, 2020. Disponível em:  
<[https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/covid19/edu/resolucao\\_n1016\\_2020\\_gs\\_seed\\_pr\\_regime\\_especial\\_aulas\\_nao\\_presenciais\\_covid19.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/covid19/edu/resolucao_n1016_2020_gs_seed_pr_regime_especial_aulas_nao_presenciais_covid19.pdf)>. Acesso em 26 set. 2022.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Orientação n.º 02/2020** DPGE/SEED, 2020. Disponível em: <  
[https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2022-09/orientacao\\_022020\\_seeddpgedle.pdf](https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-09/orientacao_022020_seeddpgedle.pdf)>. Acesso em 26 set. 2022.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Orientação n.º 04/2020** – SEED/DPGE/DLE/CDE, 2020. Disponível em:  
<[http://covid19.ieem.com.br/wpcontent/uploads/2020/06/Orientacao\\_04\\_2020\\_Registros-no-LRCO.pdf](http://covid19.ieem.com.br/wpcontent/uploads/2020/06/Orientacao_04_2020_Registros-no-LRCO.pdf)>. Acesso em 26 set. 2022.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação n.º 05/2020 CEE/PR**, 2020. Disponível em:  
<[https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos\\_restritos/files/migrados/File/pdf/Deliberacoes/2020/deliberacao\\_05\\_20.pdf](https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/migrados/File/pdf/Deliberacoes/2020/deliberacao_05_20.pdf)> Acesso em 26 set. 2022.

PARANÁ. **Ofício Circular n.º 040/2020**, 2020. Disponível em:  
<[https://drive.google.com/file/d/147WeF6JAKnb3EXRcbRZ\\_dsXcWMCLnkmL/view](https://drive.google.com/file/d/147WeF6JAKnb3EXRcbRZ_dsXcWMCLnkmL/view)>. Acesso em 26 set. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação, Diretoria de Educação. EDUC/SEED. **Comunicado n.º 06/2020** – CDE/DLE/DPGE/SEED, 2020. Disponível em: –  
<https://mandirituba.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Orienta%C3%A7%C3%A3o-Conjunta-06-2020-DEDUC-DPGE-SEED-Redes-Privadas-de-Ensino.pdf>. Acesso em: 26 set. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação, Diretoria de Educação. DEDUC/SEED. – **Comunicado n.º 07/2020**, 2020. Disponível em:  
<https://drive.google.com/file/d/13eJb3KTOrij3zGL0yyxWmp5aMnDZYc29/view>. Acesso em 26 set. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação, Diretoria de Educação. DEDUC/SEED. **Ofício Circular n.º 047/2020**, 2020. Disponível em:  
<https://drive.google.com/file/d/14D8WOeKLFUCwvKuwYRg1WGVucDbl8UA/view>. Acesso em 26 set. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação, Diretoria de Educação. DEDUC/SEED. **Ofício Circular n.º 048/2020**, 2020. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/13kXHET3EbAAkn51gATTjxtR-4RBQIVnO/view>> Acesso em 26 set. 2022.

PARANÁ Conselho Estadual de Educação; Secretaria de Estado da Educação. **Deliberação n.º 09/2020**, 2020. Disponível em: - <[https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos\\_restritos/files/migrados/File/pdf/Deliberacoes/2020/deliberacao\\_09\\_20.pdf](https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/migrados/File/pdf/Deliberacoes/2020/deliberacao_09_20.pdf)> Acesso em: 26 set. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação, Diretoria de Educação. [Deduc/DPGE/DTI/Seed](#), **Orientação Conjunta n.º 012/2020**. Disponível em: <<https://educ.laubing.com.br/pdf/legislacao/estadual/orientacaoconjunta012de2020.pdf>> Acesso em: 26 set. 2022.

PARANA. Secretaria de Estado da Educação, Diretoria de Educação. DEDUC/SEED. **Ofício Circular n.º 083/2020**, 2020. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/506828112/083-SeLiga-E-tempo-de-aprender-mais-1>. Acesso em: 26 set. 2022.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação 01/2021**, 2021. Disponível em: <[https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos\\_restritos/files/documento/2021-02/deliberacao\\_01\\_21.pdf](https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-02/deliberacao_01_21.pdf)> Acesso em: 26 set. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação, Diretoria de Educação. Deduc/Seed. **Orientacao\_003/2021, 2021**. Disponível em: <[https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2021-08/orientacao\\_0032021\\_deducseed.pdf](https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-08/orientacao_0032021_deducseed.pdf)>. Acesso em: 26 set. 2022.

PARANA Secretaria de Estado da Educação, Diretoria de Educação. **Orientação n.º 003/2021, 2021**. Disponível em: ≤ a Resolução n.º 673/2021 – GS/Seed. PARANA. Seed/Deduc/DEP. **Orientação n.º 07/2021, 2021**. Disponível em: <[https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2021-10/orientacao\\_072021\\_seeddeducdep.pdf](https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/orientacao_072021_seeddeducdep.pdf)>. Acesso em: 26 set. 2022.

PARANÁ Secretaria de Estado da Educação, Diretoria de Educação. **Orientação Conjunta n.º 011/2021, 2021**. Disponível em: [https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2021-12/orientacao\\_conjunta\\_0112021\\_deducdpgedtiseed.pdf](https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-12/orientacao_conjunta_0112021_deducdpgedtiseed.pdf). Acesso em 26 set. 2022.

PERRENOUD, Pierre. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens, entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

ROMANOWSKI, Joana Paulin & CORTELAZZO, Iolanda Bueno C. **Guia de orientação de cursos**. Curitiba: Ibpex, 2004.

ROMANOWSKI, Joana Paulin & WACHOWICZ, Lilian Anna (2009). **Avaliação Formativa no ensino superior**: que resistências manifestam os professores e os alunos? In: Léa das Graças Camargos Anastasiou & Leonir Pessate Alves (Orgs.)

Processos de Ensino na Universidade: Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. (pp. 133-149) 8. ed. Joinville, SC: UNIVILLE.

SANTOS, Roberto; FERREIRA, Maria Cecília. **Avaliação Educacional** "um olhar reflexivo sobre a sua prática". 1ª ed. São Paulo. editora: Avercamp, 2005.

SOUSA, Sandra M. Zákia L. **Avaliação da aprendizagem na legislação nacional: dos anos 1930 aos dias atuais**. 2009. Disponível em: 27 <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1536/1536.pdf>. Acesso 15/12/2013.

VASCONCELLOS, Celso. **Avaliação da aprendizagem**: práticas de mudança – por uma práxis transformadora. São Paulo: Libertad, 2003

VASCONCELLOS, Celso. **Avaliação**: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar. 15. Ed. São Paulo: Libertad, 2005.

VEIGA, Ima Passos A. **Projeto político-pedagógico**: continuidade ou transgressão para acertar? In: CASTANHO, M.E.L.M.; CASTANHO, S. (Org.). **O que há de novo na educação superior**: do projeto pedagógico à prática transformadora. Campinas: Papyrus, 2000.

WUNSCH, Luana. P.; & Margeviča-Grinberga, Ieva. (2022). Mulheres e a prática docente pós-março de 2020: como as tecnologias serviram de apoio para as pesquisadoras em tempos de crise? **Revista Intersaberes**, 17(41), 382–386. <https://doi.org/10.22169/revint.v17i41.2421>



## APÊNDICE A - ROTEIRO SÉRIE DE VÍDEOS

Título Geral: **AVALIAÇÃO PARA ALÉM DOS DOCUMENTOS**

***Título: Avaliação para além dos Documentos I - Percursos de uma Pesquisa Documental***

Cenário 1 – apresentadora no estúdio de fundo infinito branco

### ***Apresentadora***

Olá, Professor, Olá, Professora, Estudantes e Interessados na temática de Avaliação de Aprendizagem.

Meu nome é Eloise Brustolin, Pedagoga e Mestre em Educação e Novas Tecnologias pela UNINTER. A série de vídeos intitulada “Avaliação para além dos documentos”, é o produto da minha dissertação de mestrado. Nesse produto disponibilizo para vocês os resultados minha pesquisa e uma sistematização – geral sobre os tipos de avaliação de aprendizagem baseado nos referenciais teóricos consultados.

Sob a orientação da professora Dra. Joana Romanowski, a minha pesquisa de mestrado de abordagem qualitativa e de caráter documental, teve como objetivo investigar nos documentos oficiais expedidos pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná como este órgão orientou as escolas públicas, mais especificamente as de Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio, e conseqüentemente seus docentes sobre as práticas para a avaliação da aprendizagem durante a pandemia da COVID-19 nos anos de 2020 e 2021.

Os documentos oficiais que estou falando são Decretos, Deliberações, Orientações, Ofícios, Pareceres e Resoluções, que estavam disponíveis nos portais, sites e plataformas do Governo do Estado do Paraná de acesso público.

A pesquisa também contemplou o estudo do documento Instrução nº. 01/2017 que define a Concepção de avaliação adotada pelo Sistema de Educação do Estado do Paraná. Este documento aponta os percursos, critérios e tipos de avaliação que orientam a prática pedagógica no chão da escola.

A análise de 18 documentos, que tinham alguma relação com a temática da avaliação da aprendizagem, mostraram por meio de um diálogo com a fundamentação teórica realizada e a estratégia de pesquisa documental adotada, que o assunto foi pouco enfatizado de maneira didática nos documentos. Com efeito, as orientações específicas sobre práticas de avaliação são insuficientes para um processo de ensino remoto e híbrido que o momento exigia, contudo os documentos não deixaram de expressar a necessidade da avaliação, os registros de resultados e frequência e a condução do Conselho de Classe para o encerramento do ano letivo. Essas orientações são fundamentais para legitimar a efetivação do ensino.

No Ofício circular 040/2020, o tema da avaliação tem destaque do conteúdo, nele está expresso o foco na garantia da aprendizagem e no combate à evasão dos estudantes e considera a avaliação formativa como um meio mediador do processo de ensino-aprendizagem, pois orienta professor e aluno a refletirem e realizarem a autoavaliação constantemente.

De modo geral, os documentos contêm as definições da Instrução 01/2017, ratificando o processo de avaliação consolidado pelo Sistema Educacional do Estado do Paraná.

Tendo como base estes dados, e percebendo a necessidade de uma orientação mais didática para compreensão dos tipos de avaliação de aprendizagem, nós nos aprofundamos na pesquisa e nos propusemos a conversar com vocês sobre a avaliação para além dos documentos.

Nos próximos vídeos, abordaremos os tipos de avaliação de aprendizagem trazendo uma síntese sobre a função de cada uma delas e as possibilidades de seu desenvolvimento na prática pedagógica. Espero que o material produzido possa contribuir na formação continuada dos docentes e possibilite a prática de avaliações mais justas, humanas e afetivas aos nossos estudantes. Agradeço a todos que estão prestigiando esta produção, será um prazer ter vocês aqui conosco, muito obrigada!

***Título: Avaliação para Além dos Documentos II***

Cenário 2 – apresentadora na mesa de escritório com notebook

***Apresentadora:***

Olá, sejam bem-vindos a mais um vídeo da série “Avaliação para além dos documentos”, e a partir de hoje, vamos falar sobre os tipos de avaliação de aprendizagem, a síntese de um dos tópicos da dissertação que traz de maneira objetiva para vocês a função de cada uma delas, quando aplicar e o principal, os instrumentos de aplicação.

A avaliação permeia toda a prática pedagógica docente e é importantíssima do diagnóstico ao registro e verificação dos resultados.

Para entender um pouco mais sobre os percursos da avaliação de aprendizagem, vamos começar falando sobre avaliação diagnóstica.

### **Letreiro – avaliação diagnóstica**

A avaliação Diagnóstica, como o nome já diz, tem a função de diagnosticar o nível de aprendizagem do estudante. É por meio desta prática que vamos identificar o que nosso aluno já sabe, suas habilidades, competências e fragilidades em determinados conteúdos e traçar, por meio do planejamento de ensino, os caminhos para uma aprendizagem sistemática e significativa.

Assim como numa consulta médica, o diagnóstico é feito antes da prescrição da medicação para que seja assertivo e eficaz, assim é na educação, é antes de iniciar um novo processo de aprendizagem que se verifica ou seja se faz o diagnóstico do nosso estudante.

Podemos identificar o que ele já sabe fazendo aquela conversa próxima, afetiva, acolhedora para saber sobre conhecimentos prévios, pré-requisitos e o potencial do aluno sobre determinado assunto, mas também podemos usar provas escritas, online, sondagens, simulados e outros instrumentos de aplicação.

Tenho certeza de que vocês aí, no chão da escola já estão habituados com esta prática, não é mesmo? No próximo vídeo vamos falar sobre avaliação formativa como processo de aprendizagem. Espero vocês!

### ***Título – Avaliação para além dos documentos III***

Cenário 3 – apresentadora na mesa de escritório com notebook

#### ***Apresentadora:***

Olá, pessoal! Vamos continuar a nossa conversa sobre as práticas avaliativas e os tipos de avaliação de aprendizagem? Nesta série “Avaliação para além dos documentos”, vamos conhecer um pouco mais sobre a avaliação formativa.

### **Letreiro – avaliação formativa**

Como vocês já sabem, a avaliação educacional é uma poderosa ferramenta para revelar o que nossos estudantes já sabem e provocar novas aprendizagens.

A avaliação na perspectiva de vários autores, mas em especial do professor Ivo José Both, é de uma prática afetiva, social de acolhimento e equidade, que procura orientar os caminhos da aprendizagem dos estudantes por meio da tomada de decisão justa e eficaz do professor.

A avaliação formativa caracteriza por ser processual, ou seja, ocorrer de forma contínua no processo de aprendizagem e tem como função contribuir com o papel transformador da escola. Ela leva em conta as necessidades e desafios do estudante e o coloca como protagonista no seu processo de aprendizagem.

O objetivo da avaliação formativa é permitir que o professor detecte pontos frágeis e pontos fortes do estudante sobre determinado assunto, critério ou conteúdo e assim colete dados suficientes para criar um plano de ação e inferências que possibilite ao aluno ou a turma que consigam se apropriar daquilo que ainda não foi internalizado. Desta forma, na avaliação formativa, o professor assume o papel de

guia na jornada do conhecimento, dando feedbacks construtivos sobre o desempenho de seus estudantes e suporte para a consolidação das aprendizagens. Na avaliação formativa, há variados instrumentos que servem para o acompanhamento dos progressos dos alunos, entre eles seminários, trabalhos em grupo, atividades de teatro, jogos, produções escritas e especialmente, a autoavaliação.

No cenário pandêmico nos anos 2020 e 2021, os documentos oficiais destacaram em suas orientações legais a importância desta avaliação formativa, tendo em vista o modelo de Ensino à Distância adotado. No próximo vídeo vamos falar sobre a avaliação Somativa e de que forma ela é aplicada na prática. Até mais!

#### ***Título: Avaliação para Além dos Documentos IV***

Cenário 4 – apresentadora na mesa de escritório com notebook

#### ***Apresentadora:***

Estamos aqui novamente para falar sobre avaliação para além dos documentos. E por que para além dos documentos? Porque trazemos para a prática aquilo que é expresso oficialmente pelos órgãos responsáveis pela Educação nos Estados e traduzimos a sua efetividade no dia a dia da escola. Em nosso caso, estamos falando sobre os documentos oficiais expedidos pela Secretaria de Estado de Educação do Paraná.

Na instrução 01/2027, o documento define que o Sistema de Educação do Estado em sua concepção de avaliação prevê um processo avaliativo diagnóstico, somativo e cumulativo.

Já conversamos um pouco sobre a avaliação diagnóstica, a formativa e hoje vamos falar sobre a Somativa. Mais adiante nós voltaremos à instrução 01/2017 para contemplar a avaliação cumulativa.

#### **Letreiro – avaliação somativa**

Em relação à avaliação somativa, alguns autores afirmam que este tipo de avaliação tem como objetivo examinar o desempenho da aprendizagem dos alunos procurando entender se este tem ou não domínio de um determinado conteúdo. Ela pode ser realizada por meio de instrumentos como provas ou testes de múltipla escolha, atividades com perguntas e respostas discursivas, resolução de exercícios, produções dissertativas entre outros com foco no conteúdo. Geralmente ocorrem no final de períodos de aprendizagem e têm como característica a ideia de somar os resultados dos instrumentos aplicados para se chegar ao resultado quantitativo da aprendizagem do estudante.

Mas, avaliação somativa, pode ser aliada da avaliação formativa da qual falamos no vídeo anterior, sabem como? Assumindo o papel de reunir os resultados alcançados pelo estudante durante o processo de aprendizagem e não apenas no final de um período. Desta forma, ela assume uma função qualitativa de avaliação e expressa uma jornada de construção e elaboração gradativa do conhecimento. E por hoje é isso! Em nosso próximo encontro vamos abordar a avaliação comparativa.

#### ***Título: Avaliação para Além dos Documentos V***

Cenário 5 – apresentadora na mesa de escritório com notebook

**Apresentadora:**

Olá! Vamos hoje falar de avaliação Comparativa! Acredito que nós, professores estamos sempre comparando os resultados dos nossos alunos em busca das melhores expressões de suas aprendizagens.

**Letreiro – avaliação Comparativa**

A avaliação comparativa tem como função comparar o aproveitamento do estudante de um período em relação a outro período, verificando o conteúdo que já dominam e o que precisam superar. Pode ser realizada durante ou depois de uma aula ou final de uma atividade e período por meio de instrumentos como resumos de conteúdos, testes, relatórios e outras propostas planejadas pelo professor. Em nosso próximo e último vídeo, vamos falar de avaliação cumulativa, um dos tipos de avaliação que expressa a proposta avaliativa definida pelo Conselho Estadual de Educação e homologada pela Secretaria de Estado de Educação do Paraná. Até mais!

***Título: Avaliação para Além dos Documentos VI***

Cenário 6 – apresentadora na mesa de escritório com notebook

**Apresentadora:**

Olá! Chegamos ao nosso último vídeo da série “Avaliação par além dos documentos e conforme prometi para vocês no vídeo sobre avaliação somativa, hoje vamos falar sobre um tipo de avaliação documentada na Instrução 01/2017 da Secretaria de Estado de Educação do Paraná e na Lei de Diretrizes e Bases Nacionais 9394/96, a avaliação cumulativa!

**Letreiro – avaliação cumulativa**

Se formos procurar no dicionário o que significa cumular, vamos chegar ao simples conceito de acumular, ou seja, em nosso contexto, fazer uma acumulação dos dados de aprendizagem e resultados obtidos pelos estudantes, mas será que é isso mesmo?

A avaliação cumulativa tem a função de acompanhar a aprendizagem dos estudantes a partir da acumulação de dados coletados no dia a dia e verificar a retenção do conhecimento. Os instrumentos de avaliação são constituídos das atividades diárias que buscam a autorregulação da aprendizagem do estudante neste processo constante e gradativo.

A professora e minha orientadora, Joana Romanowski, em um dos seus artigos apontam que “A lógica do registro cumulativo é oposta à lógica da média. Portanto, na avaliação cumulativa, os resultados são incorporados e superados em cada nova proposta avaliativa, valendo somente a última versão, pressupondo-se que seja a melhor de todas.

Neste sentido, podemos concluir que a avaliação cumulativa se refere à CULMINÂNCIA, a expressão do melhor desempenho do estudante nos instrumentos de aplicados e que demonstram a evolução do seu aprendizado. Desta

forma, a avaliação cumulativa assume esta forma qualitativa, pois se coloca a serviço da aprendizagem, considerando sempre o melhor resultado obtido.

Podemos concluir então que avaliação cumulativa revela e expressa o melhor desempenho do estudante, ou seja o ápice da sua aprendizagem sobre determinado assunto ou conteúdo e este desempenho expressa o rendimento da aprendizagem a ser considerado dos dados acumulados para a composição do resultado de um processo.

E para encerrarmos esta série, quero colocar as minhas considerações pessoais sobre a avaliação de aprendizagem. Avaliar é começo, é meio e fim no planejamento de ensino, sem ela, não sabemos onde estamos, para onde vamos, como vamos e de que forma chegamos. Quando o estudante tem diferentes oportunidades de ser avaliado, num processo diagnóstico, formativo, somativo, comparativo e cumulativo, tornamos a avaliação mais humana, afetiva, social, justa, a favor da aprendizagem e da equidade.

Espero que esta série de vídeos tenha contribuído para o processo de formação inicial e continuada dos professores no que diz respeito à compreensão dos conceitos de avaliação de aprendizagem definidos pela legislação nacional e estadual e possam ter agregado conhecimentos e práticas de avaliação para além dos documentos! Um abraço a todos e até a próxima!

#### Assinaturas

Eloise Cristina Teixeira Freitas Brustolin – Pedagoga e Mestre em Educação e Novas Tecnologias – Programa de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias do Centro Universitário Internacional UNINTER

Orientadora: Joana Paulin Romanowski – Professora, Doutorado em Educação – Universidade de São Paulo – Bolsa Produtividade CNPQ.

Realização e Produção

PPGENT UNINTER - 2023

ESTÚDIO CLICKTEZ

## APÊNDICE B – QR CODE DO PRODUTO



Fonte: Elaborado pela autora (2023)